



**CARLOS
MARIGHELLA**
TEXTOS ESCOLHIDOS



EDIÇÕES GEAPB

CARLOS
MARIGHELLA

TEXTOS ESCOLHIDOS



CARLOS MARIGHELLA

Textos escolhidos



EDIÇÕES GRUPO DE ESTUDOS AO POVO BRASILEIRO (GEAPB)

2020

Ficha técnica:

Capa: Jorge H. Coelho

Organização: Marconne Oliveira

Introdução: Nathan Carminatti e Leonardo Máximo

Nota sobre a edição

Esta edição que apresentamos visa ser um compilado de escritos de Carlos Marighella em comemoração à data de seu nascimento, 5 de Dezembro de 1911. A organização foi feita a partir da data de lançamento dos textos aqui dispostos e levando em conta a trajetória do grande revolucionário brasileiro. Como esta organização foi feita de maneira célere para o lançamento no mesmo dia do aniversário de Marighella, alguns erros presentes nas fontes de onde os textos foram retirados ou de diagramação podem aparecer no documento eletrônico que agora lançamos. Se este for o caso, nos desculpamos com os leitores e agradecemos a paciência. Uma segunda edição revisada deste mesmo compilado será feita em algum momento no futuro e estes erros serão eliminados.

Todos os textos aqui dispostos foram retirados de fontes livres na internet, em específico do site Marxists Internet Archive.

SUMÁRIO

Introdução – p. 3
O que é o nosso Partido? – p. 7
A religião, o Estado e a família – p. 15
Se fores preso, camarada... – p. 30
Por um amplo trabalho de agitação e propaganda entre as mulheres – p. 50
Alguns aspectos da renda de terra no Brasil – p. 60
Resistência ou conformismo – p. 93
Marxismo e liberdade – p. 99
O papel das forças populares e nacionalistas – p. 107
Sobre alguns princípios da tática nas atuais condições brasileiras - p. 117
Rejeição da tática que subordina o proletariado à burguesia – p. 123
O proletariado e as forças militares – p. 128
As guerrilhas como forma de luta – p. 138
Luta interna e dialética – p. 144
Carta à Comissão Executiva do Partido Comunista Brasileiro – p. 150
Ecletismo e marxismo – p. 160
Algumas questões sobre as guerrilhas no Brasil – p. 164
Chamamento ao povo brasileiro – p. 181
Sobre a organização dos revolucionários – p. 188

INTRODUÇÃO

Hoje, dia 05 de dezembro, nascia um dos maiores heróis do povo brasileiro, uma das nossas mais importantes figuras históricas que os reacionários fracassaram em tentar apagar da história: Carlos Marighella. Conhecido como “inimigo número 1 da ditadura”, o “preto”, como era chamado, não iniciou sua atuação política apenas no golpe, pelo contrário, sua vida foi muito intensa. Em 1932 já era preso pela primeira vez por escrever um poema criticando o interventor Juracy Magalhães. Em 1936, abandonou o curso de Engenharia Civil e se dedica à militância, se filiando ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Nesse período tornou-se militante profissional.

Foi preso também durante a ditadura Vargas por subversão e torturado pela polícia do fascista Filinto Müller, até 1945. Em 46, elegeu-se deputado federal constituinte, como um dos mais bem votados. Porém, nesse mesmo ano, no governo Dutra, perde seu mandato e voltou à clandestinidade, por conta da cassação à comunistas.

Quando o golpe de 1964 é instaurado, Marighella é baleado e preso por agentes do DOPS em um cinema do Rio de Janeiro, sendo apenas liberto em 65. Em 1967, após retornar de Cuba, é expulso do Partido Comunista Brasileiro (PCB), por querer aderir à luta armada, levando alguns militantes com ele, e funda a Ação Libertadora Nacional (ALN). Infelizmente, na noite de 4 de novembro de 1969, Marighella sofre uma emboscada de agentes do DOPS e é assassinado na alameda Casa Branca, na capital paulista.

Carlos Marighella, dentre todos os seus brilhantes atributos ficou mais marcado como um dos brasileiros que não tiveram tempo para ter medo. Foi um comunista e nacionalista exímio que abdicou da sua vida pessoal com firmeza para defender todo nosso povo. Foi um brasileiro que através da prática revolucionária ao longo de toda sua trajetória heroica demonstrou o que é amar incondicionalmente os nossos iguais e canalizar o ódio revolucionário contra as classes dominantes reacionárias e contra o imperialismo que tanto nos aprisionam.

Marighella tomou para si junto aos seus camaradas a dura responsabilidade de libertar o Brasil, o que por si só já faz com que tenhamos uma dívida de gratidão com o grande revolucionário. Sua dignidade ímpar e caráter exemplar

foram descritos da melhor maneira possível pelos Racionais Mc's, que deram a ele o epíteto de "mártir, mito ou maldito sonhador, bandido da minha cor, um novo messias, um dos nossos que ousou lutar, honrou a raça, honrou a causa que adotou".

Nesta seleção de textos de Carlos Marighella buscamos demonstrar nosso agradecimento à sua imensa contribuição através da prática e da teoria, à sua demonstração de que o futuro pertence ao nosso povo, movido por todo nosso passado de lutas e pelo presente de resistência, de muitos Marighellas que passaram, que permanecem no movimento operário e camponês e dos que estão por vir. Sem dúvidas sempre que falarmos da Revolução no Brasil escutaremos um nome: Carlos Marighella. Muito obrigado a este que foi nosso grande herói e a todos que continuam e elevam sua luta!

Nathan Carmitatti e Leonardo Maximo

Brasil, 05 de Dezembro de 2020

Não ficar de joelhos,
que não é racional renunciar a ser livre.

Mesmo os escravos por vocação
devem ser obrigados a ser livres,
quando as algemas forem quebradas.

É preciso não ter medo,
é preciso ter a coragem de dizer.

*(Carlos Marighella, Rondó da liberdade, São
Paulo, Presídio Especial, 1939.)*

O QUE É O NOSSO PARTIDO?

1945

O PCB – Vanguarda da Classe Operária

O Partido Comunista do Brasil é o Partido do proletariado e de todo o povo. Mas é essencialmente a vanguarda organizada da classe operária.

Segundo os estatutos do PCB, em seu artigo 2º, “o Partido Comunista do Brasil, vanguarda política da classe operária, é um só todo organizado, coeso pela disciplina consciente, igualmente obrigatória para todos os membros do Partido, e tem como objetivo superior organizar e educar as massas trabalhadoras do Brasil, dentro dos princípios do marxismo-leninismo.”

O Partido Comunista do Brasil, portanto, é a vanguarda da classe operária, seu destacamento de vanguarda, a sua parte mais esclarecida e consciente, a que está reservado o importantíssimo papel de direção política do proletariado em primeiro lugar, e, em seguida, de todo o povo.

É evidente que a classe operária no Brasil está amadurecida politicamente e já surgiu como classe em si e para si. Entretanto, toda a classe operária não poderia estar organizada dentro do Partido. Ao Partido vai a sua parte mais consciente. A classe operária, porém, em seu conjunto, quanto mais amadurecida está tanto mais empreende e apoia o seu Partido de classe, o que é a sua vanguarda política.

A unidade

A primeira condição para a vanguarda da classe operária desempenhar seu papel é a unidade.

A unidade do Partido é, por isso, coisa sagrada. Que dizer do Partido da classe operária se cada um dos seus membros pudesse agir como bem quisesse e entendesse? Não seria um Partido. Quanto muito estaríamos diante de um amontoado de indivíduos agindo pessoalmente, de acordo com interesses particulares e não de acordo com os interesses da classe operária. Pelo fato de serem de uma

classe como a operária, esses interesses têm de ser defendidos intransigentemente de forma coletiva, em bloco e por um todo consciente.

Os interesses da classe operária não podem ser defendidos por um Partido que permitisse em seu seio alas e frações. Isso significaria admitir a existência de interesses contraditórios ou diferentes no seio da própria classe operária, que pudessem ser defendidos por alas e frações em divergências ou marchando em sentidos diferentes dentro do Partido da classe operária.

Os interesses da classe operária são de uma só ordem. Terão que ser defendidos por um Partido que coloque acima de tudo a unidade, por um Partido coeso, que rechace toda e qualquer tentativa de fracionismo e que represente, pois, um bloco único, inteiramente identificado com a classe operária antes de tudo, e com o povo.

Este Partido é o Partido Comunista do Brasil.

A disciplina

Como destacamento da classe operária, o Partido Comunista do Brasil não pode deixar de ter uma disciplina consciente que atinja a todos os seus membros sem exceção. Sem essa disciplina consciente, o proletariado organizado em sua vanguarda de classe não poderá levar ao fim suas tarefas nem o Partido poderá cumprir sua missão histórica.

A disciplina do Partido não é imposta de cima para baixo. É uma disciplina compreendida por TODOS os seus membros como necessária. Sem ela, a vanguarda do proletariado não teria possibilidades de agir como um todo organizado, coeso e decidido. Se o Partido não tivesse essa disciplina, teria que agir fragmentariamente, sem unidade, sem decisão, e isso só poderia enfraquece-lo diante de seus inimigos e das forças reacionárias organizadas.

O Centralismo Democrático

Cabendo, antes de tudo, ao Partido Comunista do Brasil a defesa dos interesses da classe operária, por força mesmo dessa circunstância, é ele essencialmente democrático em sua estrutura e organização internas.

Segundo o art. 27º dos Estatutos do PCB, “o principio diretor da estrutura orgânica do Partido é o centralismo democrático”.

Isso quer dizer que todos os órgãos dirigentes do Partido são eleitos. Não pode haver, portanto, dentro desses órgãos, nenhum dirigente que não goze da confiança da massa de membros do Partido. Nenhum dirigente comunista é imposto. O dirigente comunista se faz pelo seu trabalho diário, pela sua combatividade, pelo seu interesse pelo Partido, pela sua disciplina, pelo seu desassombro na defesa da causa dos trabalhadores, pela sua fibra de lutador incansável e corajoso, zeloso no cumprimento de suas tarefas, impecável em sua vida partidária como na vida pública. Com tais credenciais, é que ganha a confiança de seus companheiros e logra pelo voto chegar ao posto dirigente do Partido do proletariado e do povo.

Entretanto, todos os órgãos dirigentes do Partidos são obrigados periodicamente a prestar contas de sua atividade e conduta perante as respectivas organizações do Partido.

A subordinação da minoria à maioria

O centralismo democrático implica, além do mais, na manutenção de uma estrita disciplina de Partido e na subordinação da minoria à maioria.

Essa subordinação não é indispensável, sob pena do Partido não poder aplicar suas resoluções. Todos sabemos que, dentro do Partido, as discussões são realizadas até que se tomem as resoluções. Uma vez tomadas essas resoluções, todos são obrigados a cumpri-las, mesmo que os que, nas discussões, não estiveram de acordo. Se fosse permitido aos que discordaram nas discussões deixar de aplicar as resoluções da maioria, o Partido não agiria como um todo na execução de suas tarefas práticas. Teríamos então o espetáculo do Partido do proletariado e do povo agindo, não como um todo, mas como frações de orientação desencontrada: uns de um lado, atuando de uma forma; outros de outro lado, atuando de

forma diferente. E esses grupos se digladiando entre si, cada qual procurando justificar a sua orientação. É fácil compreender que a classe operaria e o povo nada teriam a lucrar com semelhante modo de agir. A classe operaria e o povo continuariam desorientados, em confusão, o Partido não poderia desempenhar a sua missão de vanguarda dirigente. A classe operaria e o povo estariam, assim, de pés e mãos amarrados diante dos inimigos.

A subordinação da minoria à maioria é, pois, uma necessidade democrática em benefício da própria causa do trabalhador, tão bem encarnada nos princípios que o Partido Comunista do Brasil defende.

A subordinação dos organismos inferiores às resoluções dos organismos superiores

Há mais ainda: os organismos inferiores devem respeito e subordinação incondicionais às resoluções dos organismos superiores.

Isso decorre da própria estrutura orgânica do nosso Partido. É sabido que os organismos de base do Partido Comunista do Brasil são as células. As células são os alicerces do Partido. Sobre elas se levantam todos os outros organismos do Partido. Segundo o art. 6º dos Estatutos do PCB, nenhum membro do Partido pode deixar de estar incorporado em um de seus organismos. Além do mais, segundo o art. 14º, “todo membro do Partido tem o direito e o dever de participar, dentro dos princípios partidários e das normas estatutárias, na elaboração da linha política do Partido e das resoluções do organismo a que pertence.” E o art. 15º diz: “Todo membro do Partido tem o direito de eleger e ser eleito para os órgãos dirigentes do Partido.” Democraticamente, portanto, todos os membros do Partido participam em todas as suas discussões e atividades e se fazem representar por esta ou aquela forma. Todos os organismos inferiores estão representados nos organismos superiores, o que é resultado da organização do Partido ser de baixo pra cima.

Quando os organismos superiores tomam suas resoluções, já os organismos inferiores contribuíram para elas, quer lhes delegando poderes nas assembleias e conferências em que os organismos superiores são eleitos, quer através das discussões que são feitas sem todo o Partido, antes das resoluções serem tomadas pelos organismos superiores. Se após todo esse processo democrático que

culmina com as resoluções, os organismos inferiores ainda resistissem à aplicação das resoluções e voltassem a discuti-las, tais resoluções nunca seriam aplicadas ou seriam modificadas na prática. O Partido deixaria então de ser um Partido revolucionário da classe operária, agindo como um todo na execução das resoluções tomadas, para ser uma colcha de retalhos de organismos autônomos, sem disciplina, sem linha, cada qual agindo como melhor lhe parecesse.

A crítica e a autocrítica

Para assegurar o caráter democrático e responsável do Partido, em todos os seus órgãos e organizações, a crítica e a autocrítica são obrigatórias. Pelo art. 16º dos Estatutos, “todo membro do Partido tem o direito de criticar, em reuniões do Partido, qualquer membro deste”. E segundo o art. 24º, “qualquer pessoa, pertença ou não ao Partido, pode apresentar acusações contra membros deste, enviando-as por escrito a célula respectiva ou a qualquer Comitê do Partido”.

O Partido não tem receio de analisar suas debilidades ou as debilidades de seus membros. A crítica e autocrítica são assim, largamente empregadas no trabalho partidário. Como diz a História do Partido Comunista (bolchevique) da URSS, “o Partido é invencível, se não teme a crítica nem a autocrítica, se não dissimula os erros e deficiências em seu trabalho, se ensina e educa os quadros com o exemplo dos erros do trabalho no Partido e sabe corrigir a tempo esses erros.”

É Lênin também quem afirma: “A atitude de um Partido político em face de seus erros é um dos critérios mais importantes e mais fieis da seriedade desse Partido e do seu cumprimento efetivo de seus deveres para com a sua classe e para com as massas trabalhadoras. Reconhecer abertamente os erros, revelar suas causas, analisar minuciosamente a situação que os gerou e examinar atentamente os meios de corrigi-los, eis aí o que caracteriza um partido sério, eis aí em que consistente o cumprimento de seus deveres, eis aí o que é educar e instruir primeiro a classe e depois as massas.”

Reconhecendo e corrigindo seus erros, o Partido se fortalece aos olhos da massa e de seus próprios membros. O partido consolida-se com o emprego de uma arma tão segura como a autocrítica. Por isso, não receia aparecer realmente como é diante de toda a massa. E aparece democrática e revolucionariamente,

aceitando toda e qualquer crítica justa e construtiva, e, ao mesmo tempo, criticando-se a si mesmo, toda a vez que verifica falhas em sua atuação.

O PCB – Fator e Exemplo de Democracia

Mas o Partido Comunista do Brasil não se preocupa tão somente com a democracia interna. Como defensor dos interesses da classe operária, como Partido do proletariado e de todo o povo, o nosso Partido desempenha um papel de grande importância na marcha de nossa democratização. É que a classe operária e o povo em geral têm seus interesses intimamente ligados à democratização pacífica de nossa Pátria. O Partido Comunista do Brasil constitui-se, assim, em esteio da democracia, pela natureza mesma do papel que desempenha como vanguarda política organizada da classe operária. O nosso Partido não se limita a prática da democracia nas suas fileiras. Ele próprio é fator de democracia. Faz democracia e é exemplo vivo de democracia.

O Marxismo-Leninismo – Guia de Ação do PCB

O Partido Comunista do Brasil rege-se pelos princípios científicos do marxismo-leninismo, uma vez que seu objetivo superior, segundo art. 2º dos Estatutos, é organizar e educar as massas trabalhadoras de acordo com os princípios da filosofia marxista-leninista.

O Partido Comunista do Brasil não se orienta ao sabor dos acontecimentos, nem pela inspiração momentânea de seus membros. O Partido Comunista do Brasil possui uma teoria de vanguarda, a teoria marxista-leninista. Orienta-se, portanto, segundo os princípios dessa ciência, que é a ciência do desenvolvimento da sociedade, ciência do movimento operário.

Manejando uma ciência como o marxismo-leninismo, que evidentemente não é um dogma, mas um guia de ação, o Partido Comunista do Brasil, se sente cada vez mais forte e firme na sua orientação. Isso é o resultado da força da teoria marxista-leninista, que é uma teoria da vanguarda.

Segundo a História do Partido Comunista (bolchevique) da URSS, “a força da teoria marxista-leninista consiste em dar ao Partido a possibilidade de orientar-se dentro da situação, de compreender a trama interna que liga os acontecimentos que o rodeiam, de prever a marcha dos acontecimentos e discernir, não só como para onde se desenvolvem os acontecimentos no presente, mas também como e para onde terão de desenvolver-se no futuro”.

E acrescenta logo em seguida: “Só um Partido que possui a teoria marxista-leninista pode avançar com passo firme e levar para a frente a classe operária.”

E é isso precisamente o que sucede com o Partido Comunista do Brasil, cuja firme e rigorosa orientação marxista-leninista nos levou a justa política de União Nacional, no atual processo de marcha pacífica para a democracia e o progresso.

O Partido Comunista do Brasil é um Partido de novo tipo, combativo, revolucionário, bastante experiente no orientar-se em face das condições do momento, bastante flexível e hábil no superar as dificuldades levantadas em seu caminho.

Tais qualidades resultam do fato de ser o marxismo-leninismo a ciência que serve de guia da ação para o nosso Partido.

A ligação com as massas

Como Partido marxista, o nosso Partido, finalmente, se caracteriza pela estreita ligação com as massas.

Nesse particular, seguimos fielmente os ensinamentos marxista-leninista: “Sem manter amplos vínculos das massas, sem fortalecer constantemente estes vínculos, sem saber escutar atentamente a voz das massas e compreender suas necessidades mais presentes, sem ser capaz não só de ensinar as massas, mas também de aprender com elas, o Partido da classe operária não poder ser um verdadeiro partido de massas, capaz de arrastar consigo as massas de milhões da classe operária e de todos os trabalhadores.”

O nosso Partido tem em tão alta conta a ligação estreita com as massas que o art. 11º dos Estatutos obriga a todo membro do Partido “A pertencer ao sindicato de sua profissão ou outra organização de massas relacionada com seu trabalho ou atividade, devendo respeitar as decisões democráticas que ali se tomem e concorrer, por todas as demais formas possíveis, para o fortalecimento e desenvolvimento da organização.

O segredo da invencibilidade do Partido está no contato estreito e permanente com as grandes massas. Assim, uma das características do PCB é que ele não ague nunca isolado das massas.

E é em íntimo contato com as grandes massas trabalhadoras que o nosso Partido, tendo à frente o camarada Prestes, vem sendo forjado.

Na realidade, transforma-se dia a dia num grande Partido.

Nem poderia deixar de ser assim. Porque as grandes massas no Brasil sentem cada vez mais a necessidade de “um grande Partido para um grande líder”.

A bancada do Partido Comunista já tem ocupado a tribuna mais de uma vez para dar sua opinião sobre o mesmo projeto, depois que no plenário foi lido a declaração de voto pelo ilustre Deputado Caíres de Brito.

Dizíamos, então, que o projeto constitucional era reacionário, falho e insuficiente, preso ainda a fórmulas antiquadas, sem ver a realidade brasileira, assegurando a hipertrofia do Executivo, mantendo um velho instrumento de estagnação e retrocesso como o Senado, negando o direito de voto a praças de pré e aos analfabetos, sujeitando a justiça eleitoral ao Poder Executivo, negando a autonomia dos municípios, negando o direito de greve, passando para uma tímida repressão aos *trustes* e monopólios, em vez de impedi-los; não abrindo perspectivas para liquidação do monopólio da terra, fonte do atraso de todo o nosso povo, e, por fim, não assegurando a completa separação entre a Igreja e o Estado.

Fizemos críticas ao projeto exatamente por esses motivos. Hoje, coube-me a honra de debater, em nome da minha bancada, o ponto a que acabo de referir-me — a separação da Igreja do Estado. Nas críticas que aduzimos, naturalmente não envolvemos a Grande Comissão, em seu conjunto, uma expressão da cultura e da notabilidade do nosso povo, mas que, evidentemente, não pôde elaborar projeto capaz de satisfazer às nossas condições, e, por isso mesmo, de transformar-se em Constituição que encarne a realidade brasileira, que impeça os poderes ditatoriais e, também, evite a volta da reação e do fascismo, assegurando à nossa Pátria, progresso e democracia.

Sr. Presidente, como tenho de me referir, particularmente, à separação entre a Igreja e o Estado, devo analisar os artigos do projeto relacionados com esse assunto — art. 159, §§ 9, 11 e 13 e art. 164, §§ 37 e 38. Importante, para nós, é o confronto dos dispositivos análogos das Constituições de 1934 e 1891.

Tomemos o artigo do projeto de 1946 atinente à liberdade de consciência, e do teor seguinte:

"É inviolável a liberdade de consciência e de crença, e garantido o livre exercício dos cultos religiosos, desde que não contravenham à ordem pública ou aos bons costumes. As associações religiosas adquirem personalidade jurídica na forma da lei civil". (Art. 159, § 9.º).

A Constituição de 1934, no seu artigo 113, item 5, diz mais ou menos a mesma coisa quanto à liberdade de religião e à liberdade de consciência e de crença. Mas a de 1891, no artigo 72, § 3.º, tem redação mais precisa, indicando maior progresso que o projeto de 1946:

"Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se, para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum". (Art. 72, § 3.º).

O dispositivo do projeto de 1946 com as restrições que estabelece no atinente à ordem pública e aos bons costumes, dá, mais uma vez, à polícia do Brasil poderes para intervir nas questões relativas à religião e impedir o livre exercício dos cultos religiosos. Não nos devemos esquecer de que, durante o longo período do Estado Novo eram os Centros espíritas fechados sob alegação de constituírem focos de agitação. Esse mesmo perigo correremos se, por acaso, inadvertência ou imprevidência, sagrarmos o que ficou assentado no dispositivo do projeto constitucional de 1946.

Verifica-se, Sr. Presidente, do confronto entre o projeto ora em debate e a Constituição de 1891, que esta leva a palma.

Se analisarmos o artigo referente ao casamento civil, também haveremos de ver que a vitória cabe ainda àquela Constituição, porque o art. 159, § 11, do projeto, declara o seguinte:

"O casamento será civil, e gratuita a sua celebração. O casamento religioso equivalerá ao casamento civil, desde que se observem os impedimentos legais deste. . ."

E acrescenta, por último, que o registro civil "é gratuito e obrigatório".

A Constituição de 1934, no art. 146, ficou, mais ou menos, nos termos do dispositivo do projeto atual. Entretanto, a de 1891, no art. 72, 5 4.º situa a questão de forma muito mais clara e decisiva, afirmando que "a República só reconhece o casamento civil", evitando assim de modo completo, qualquer ligação que, nesse sentido, se pretenda estabelecer entre a Igreja e o Estado.

Em relação ao ensino, enquanto o projeto de 1946 determina, no mesmo art. 159, no § 13, que "o ensino religioso, nas escolas oficiais, constituirá matéria

dos seus horários", a Constituição de 1891, no art. 72, § 6.º, diz, precisamente, que "será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos".

Mais uma vez observa-se que a Constituição de 1891 supera o projeto em debate.

Perceberemos, ainda o dedo dos remanescentes do feudalismo, pretendendo, no ano da graça de 1946, encobrir suas tentativas de manter o Estado ligado à Igreja, se formos ao art. 193, item III do projeto, o qual veda à União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

"III — Ter relação de aliança ou dependência com qualquer culto ou igreja, sem prejuízo da colaboração recíproca em prol dos interesses coletivos".

O texto correspondente da Constituição de 1891 — Art. 72, § 7.º — prescrevia:

"Nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o Governo da União, ou dos Estados".

Ora Srs. Constituintes, ainda uma vez constata-se, do cotejo desses dispositivos, que a Constituição de 1891 também, leva a palma sobre o atual projeto.

As Relações Entre a Igreja e o Estado

Na verdade, Sr. Presidente, uma tese precisa ser debatida aqui: a de que nem sempre a Igreja esteve ligada ao Estado, como, também, nem sempre esteve separada dele.

Assim como nem sempre existiu união da Igreja com o Estado, nem a sua separação, é necessário acentuar que o Estado também nem sempre existiu. É que o Estado não é senão a resultante dos antagonismos de classes; e, mais, é a instituição que visa refrear esses mesmos antagonismos. Como instrumento de domínio de classes, tem ele de valer-se de todos os meios para impor a vontade das classes dominantes sobre as dominadas.

Imposto, polícia, cadeia, tribunal, são como que os quatro pontos cardeais do Estado, instrumento de dominação de classes. E não deixa, também, de valer-se de um outro meio, exatamente a religião.

Lenin afirmava — e tenho de citar Lenin porque estou fazendo a demonstração de uma tese materialista-dialética:

"A religião é um aspecto da opressão espiritual que pesa sempre e por toda a parte sobre as massas populares submetidas pelo trabalho perpétuo em proveito de outrem, pela miséria e a solidão. A fé em uma vida melhor, no além, nasce, inevitavelmente, da impotência das classes exploradas contra os exploradores tanto quanto a crença nas divindades, nos diabos, nos milagres, etc. . . nasce da impotência do selvagem em luta contra a natureza".

Se a religião nasce dessa impotência do selvagem contra a natureza pelo seu desconhecimento dos fenômenos, ou das causas que explicam os fenômenos dessa mesma natureza, e se a religião serve, também como instrumento de opressão das classes dominantes, é claro que o Estado, como instrumento de dominação de classes, não poderia de maneira alguma, deixar de parte a utilização da religião; porque, como diz Marx:

"A religião é o suspiro da criatura oprimida, a alma de um mundo sem coração, bem como é o espírito de uma civilização da qual se excluiu o espírito. Ela é o ópio do povo".

Quer dizer: a religião adormece, a religião faz que os explorados não se possam erguer contra os seus exploradores, a não ser quando se tornam cientes da própria exploração e adquirem a consciência da classe. Mas, assim como a religião era utilizada pelo Estado, a Igreja o foi. O mesmo aconteceu com o Cristianismo. Entretanto, como a tese que procuro demonstrar é de que o Estado nem sempre se tem mantido ligado à Igreja e à religião, faz-se mister, no estudo do início do Cristianismo, observar que este representou uma religião de deserdados, de escravos e, por isso mesmo, se opôs ao Estado durante muito tempo.

Era de Kautsky, ao tempo em que era marxista, a seguinte interpretação:

"A igreja cristã tem sido uma organização de domínio, ora no interesse de seus próprios dignitários, ora no interesse dos dignitários de outra organização, o Estado, onde este conseguiu obter o controle da igreja. Quem batesse estes poderes teria também que bater a Igreja. A luta pela Igreja, bem como a luta contra a Igreja, tem sido, por conseguinte, uma causa de partido, à qual se acham ligados os mais importantes interesses econômicos".

Como afirmava, porém, Sr. Presidente, que o Cristianismo estava em seu início colocado como a religião dos explorados, dos dominados, devo fundamentar a assertiva. E é o que podemos fazer, se tomarmos a Bíblia e a compararmos com os Evangelhos escritos à época em que o Cristianismo era ainda uma religião

de escravos, e com os Evangelhos da época em que o Cristianismo já constituía religião do Estado.

O Imperador Diocleciano sabia, perfeitamente, que não contava mais com os exércitos infiltrados de cristãos que não mais empunhavam o gládio romano e, sim, a cruz, e que não obedeciam às ordens dos césaes romanos. Foi Constantino, chamado o Grande, pelos clericais, quem compreendeu ser o único recurso transformar o cristianismo em religião do Estado, e o fez no século IV.

No tempo, portanto, em que ainda não era religião do Estado, dizia Jesus, no Evangelho de São Lucas, escrito nos princípios do século II:

"Difícilmente entrarão no Reino de Deus os que têm riquezas. Porque mais difícil é entrar um camelo pelo fundo de uma agulha, do que um rico entrar no reino de Deus." (XVIII — 24-25.).

Quer dizer, o problema levantado por Jesus não era o do rico ser mau, nem o do rico não ser religioso, mas, precisamente, o fato do rico ser rico, do rico ser explorador.

Era a mesma coisa que afirmava Jesus, no Sermão da Montanha:

"Bem-aventurados os pobres, porque deles é o Reino de Deus; bem-aventurados os que têm fome, porque serão saciados; mas ai dos ricos! ai dos que estão fartos, porque terão fome! ai dos que riem agora, porque depois chorarão!" (Lucas VI-20).

É o mesmo problema, portanto: o rico a ser castigado, não porque seja mau, mas, precisamente, por ser rico e por ser explorador.

Já no Evangelho de São Mateus, escrito no século IV, em que a religião cristã passou, por determinação de Constantino, a ser religião do Estado — o Sermão da Montanha sofre alteração: não se fala mais em bem-aventurados os pobres; fala-se, agora, em "Bem-aventurados os pobres de espírito". . . o que, na realidade, não tem sentido nenhum.

Mas a religião cristã, o cristianismo, adotado como religião do Estado, serviu de sustentáculo a todos os senhores de escravos e a todos os dominadores da Idade Média e do feudalismo. A filosofia escolástica é a que servia a esses desígnios de exploração dos senhores de terras e dos barões feudais.

Quando a burguesia se levantou na França contra o feudalismo, insurgiu-se, precisamente, contra a religião, que fora o esteio de todos os senhores feudais.

Aí, então, é a própria burguesia revolucionária que pretende estabelecer uma separação entre a igreja e o Estado.

Antes disso mesmo, na Alemanha feudal, tivemos a reforma de Lutero, que se ergueu contra a união existente entre os senhores e barões feudais de então e a Igreja. Em 1523 e 1525, a História pôde registrar movimentos da pequena nobreza e também dos camponeses, inspirados na reforma luterana. Mas Lutero, que representava os interesses da burguesia, não foi capaz de levar adiante sua reforma, passando-se, com armas e bagagens, para a própria nobreza, e a religião luterana ficou, então, como religião do Estado, dentro da Alemanha.

Na França, Calvino pregou, também, sua reforma, que, no fundo, representava as aspirações da burguesia que se insurgia contra os senhores feudais não conseguindo, porém, a vitória em sua terra natal. Mas o calvinismo se espalhou como religião, principalmente pela burguesia de países como a Holanda e Bélgica. E porque não tivesse conseguido a vitória, a burguesia, no tempo de Calvino, em 1789, por ocasião da Revolução Francesa, levantou-se muito mais seriamente contra a religião dando lugar ao materialismo do Século XVIII. Mas depois que a burguesia assegura o seu poder, reprimindo a religião ou estabelecendo com raízes mais profundas a separação entre a Igreja e o Estado, — porque isso interessava a ela própria, como classe, para que se libertasse daquela outra que o dominava anteriormente — logo a vemos numa posição contrária, quando o proletariado começou a aparecer como classe em si e para si.

Depois da revolução de 1848 a burguesia francesa, não estava mais interessada em manter o materialismo do século XVIII, em manter a separação entre a Igreja e o Estado. Para que a burguesia explorasse o proletariado lançava mão, novamente, da religião e procurava ligá-la ao Estado, embora, sob forma disfarçada. É o tempo em que surge o positivismo, que é uma filosofia reacionária para sua época, dentro da França, porque era uma doutrina criada com o intuito de esmagar o proletariado, a classe mais consequentemente revolucionária, destinada a libertar-se a si mesmo e a toda sociedade.

Eis aqui o que o ilustre historiador russo Scheglov afirma a respeito do positivismo:

"O positivismo de Comte significa um retrocesso em comparação com a filosofia da burguesia progressista e revolucionária, com o materialismo

francês do século XVIII e com a dialética de Hegel. Comte expressava o ponto de vista da burguesia já convertida numa classe reacionária, preocupada em esmagar a luta revolucionária da classe operária".

E, assim, Sr. Presidente, explica-se porque, quando a burguesia está interessada em manter seu domínio, se vale da religião, procurando ligá-la ao Estado.

A Luta Pela Separação Entre a Igreja e o Estado no Brasil

Transplantando para o Brasil, esta mesma situação, podemos dizer que, depois de 1822, quando já havia sido iniciado o movimento pela nossa emancipação política, a burguesia ainda incipiente e muito fraca começava a compreender a necessidade de lutar contra o poder temporal, contra o poder dos Papas, contra a teoria que dizia ser fonte do Direito o Poder Divino — *omnia potestas a Deo est*. Quando já esta situação se verificava dentro do Brasil, pudemos também assistir a fatos como o que se deu quando o Papa Leão XII baixou a bula "*Preclara Portugaliae*", instituindo a Ordem de Cristo para que os Imperadores, dentro de nosso país, ficassem com atribuições no sentido de nomear bispos e eclesiásticos, e a Assembléia Geral de então reagia contra essa bula, em 1827, por intermédio de uma declaração do Padre Diogo António Feijó, de Limpo de Abreu, Bernardo de Vasconcelos e José Clemente Pereira.

O parecer da Assembléia Geral dizia o seguinte :

"E quais são esses direitos? A bula os designa; e são, segundo ela, todos os privilégios e direitos sobre as igrejas e benefícios concedidos pelos papas. Mas onde estará o inventário desses direitos e privilégios que os Reis de Portugal exerciam sobre as igrejas do Brasil, adquiridos por concessão dos papas?

Acaso há sobre a terra outra fonte de onde derivem atributos majestáticos que não sejam as leis fundamentais dos impérios?"

Aí, Sr. Presidente, verificamos precisamente a reação daqueles que, procurando libertar-se do domínio de Portugal, já começava por não aceitar essa ligação estreita entre a religião e o Estado. Mas, a tendência para a separação entre a Igreja e o Estado, no Brasil, se aprofunda com o movimento pela implantação da república, e justo é destacar-se aí o papel dos positivistas.

O positivismo que, na França, representou um papel reacionário porque se atirava contra o proletariado, dentro do Brasil representa um papel progressista porque é nossa burguesia incipiente que se volta contra os senhores de escravos,

que dominavam no tempo do Império. Este o caráter progressista dos positivistas dentro do Brasil e, por isso, com tanta firmeza se dedicaram à luta pela separação entre a Igreja e o Estado.

Não são, porém, somente, os positivistas que têm desempenhado papel acentuado, no sentido de separar a Igreja do Estado, no Brasil. Há opiniões de outros publicistas e filósofos que também se colocam dentro do ponto de vista democrático e justo, adequado a situação em que vive o povo, que precisa de libertar-se e construir a sua própria grandeza, como é o caso do padre Ventura de Raulica, que dizia: "a religião não é nenhum pontífice, sacerdote ou cristão, muito menos pode ser instrumento do governo."

Laboulaye, grande publicista francês que tem toda a razão de ser aqui citado, visto como não é materialista, nem também adepto do marxismo, afirmava que o Estado nada tem a ver com o fiel ou o crente, mas com o cidadão.

O próprio Laboulaye dizia ainda que é justo negar-se à Igreja a posse da terra, porque um dos motivos que a tem levado — e falo aqui, em Igreja, de modo geral — a resistir, quanto a essa separação entre a religião e o Estado, é que, realmente, tem ela interesses econômicos profundos ligados a essa situação, isto é, de proprietária de terras e latifúndios.

Sr. Presidente; sustentando o ponto de vista da separação entre a Igreja e o Estado, estamos, necessariamente, nos colocando numa atitude democrática, de vez que não pode haver democracia sem a liquidação do monopólio da terra, que é contra o progresso. Se ainda não conseguimos a liquidação desse monopólio, qual se acha tão estreitamente ligado o clero, ou a Igreja, que, pelo menos, desenvolvamos os maiores esforços no sentido de garantir, no projeto constitucional de 1946, a separação entre a Igreja e o Estado, não deixando margem alguma para que os remanescentes do feudalismo tripudiem sobre o nosso povo, servindo-se dos dispositivos introduzidos no referido projeto.

Nós, comunistas, sabemos respeitar as religiões; somos pela liberdade completa de consciência e não desejamos, de forma alguma, que essa liberdade seja utilizada pelos dominadores, pelos fascistas, pelos reacionários, pelos senhores feudais para acorrentar o nosso povo, miseravelmente, como o têm feito.

Não combatemos religiões, porque não seria útil, proveitoso, nem mesmo científico, visto como a religião só desaparecerá quando desaparecerem os antagonismos de classe. É necessário compreender que, hoje, todo o povo sofre sem que seus dominadores se lembrem de procurar ver se os que estão sendo explorados são católicos, positivistas, teosofistas, ateus, ou pertencem a qualquer outro credo religioso. O patrão, capitalista explorador, não paga melhor salário a seus operários, porque se trata de um católico se a religião desse patrão anti-progressista é a católica. O sistema de exploração é o mesmo. A única divisão que se pode fazer no seio da sociedade é realmente entre os explorados e os exploradores.

Daí, Senhores Constituintes, a posição do Partido Comunista em querer lutar, com todas as forças da Democracia, como Partido democrata que é, para garantir, no Brasil, a liberdade de consciência, respeitando-se todos os credos, fazendo que se não estabeleça privilégio de um credo sobre os demais, ou não se recorra a essa situação, no sentido de impedir a liberdade democrática e acorrentar mais ainda a nossa gente.

Para encerrar a parte referente à liberdade religiosa, vou ler trecho de A. J. de Macedo Soares (que não se confunde com nenhum dos seus homônimos dos tempos atuais) no qual, em folheto publicado em 1879, sob o título "Da Liberdade Religiosa no Brasil", tratou do assunto aqui ventilado:

"A consequência da posição da religião em frente do Estado é que este, como instituição encarregada de realizar o direito, deve reconhecer a liberdade da religião e garantir as condições necessárias para o seu desenvolvimento".

E, mais adiante:

"A Questão da liberdade religiosa está decidida a favor da democracia e parece que, antes que o século XIX se volva nas sombras do passado, terá recebido a consagração de caso julgado".

Assim, Sr. Presidente, dentro de nossa tese materialista dialética, interpretamos a separação entre a Igreja e o Estado não considerando de maneira alguma entre eles união eterna, mas vendo tudo em movimento e ligando sempre esses fenômenos às condições materiais de vida, às relações de produção, porque religião não é coisa que tenha proporcionado a existência do homem e, sim, porque a vida deste é que faz a religião. Quanto ao Estado, como nem sempre existiu, também não poderia ser dado aqui como coisa estática que tivesse sua existência sempre ligada à Igreja ou à religião.

Apresentamos emendas ao projeto no que tange à separação entre a Igreja e o Estado. Já foram publicadas e as defenderemos no momento oportuno, tão logo sejam submetidas ao voto do plenário.

A Constituição e a Família

Para terminar o debate acerca do projeto constitucional, consubstanciado nos parágrafos 37 e 38 do art. 164. O primeiro deles diz o seguinte:

"A família, constituída pelo casamento indissolúvel, tem direito a amparo especial dos poderes públicos".

Ora, Sr. presidente, a família, constituída, por qualquer forma, merece o amparo dos poderes públicos. Como Representantes do povo e Constituintes de 1946, devemos procurar exatamente a realidade. Não adianta firmarmos uma coisa no papel, sendo outra a realidade.

Nunca houve esse casamento indissolúvel em todo o desenvolvimento da humanidade. A própria família nunca teve este aspecto estático, que muitos legisladores lhe atribuíram. Sob o ponto de vista materialista-dialético e da nossa concepção marxista, a família também evoluiu e tem de se adaptar às condições materiais de vida. Não são, aliás, somente os marxistas que assim afirmam; illustre sábio norte-americano que, durante muito tempo, viveu entre os índios iroqueses na América do Norte também adotava esse conceito sobre a evolução da família.

Ouçamos a palavra de Morgan:

"A família é o elemento ativo; nunca permanece estacionária, mas, sim, passa de uma forma inferior a uma forma superior à medida que a sociedade evolui de um grau mais baixo para um mais alto".

Isso demonstra claramente, Srs. Representantes, que a família, tendo de obedecer a essa evolução, nem sempre foi o que é hoje.

Existia muito antes do casamento monogâmico, da família monogâmica o casamento por grupos a família consanguínea. E para mostrar, dentro do nosso critério científico, como esta é a realidade, posso citar Engels, grande marxista, que tão profundamente estudou a evolução da família, numa obra completa como é "A origem da família, da propriedade privada e do Estado".

Diz ele:

"De acordo com a teoria materialista, o móvel essencial e decisivo a que obedece a Humanidade na sua história é a produção e a reprodução da vida imediata. Por sua vez, este móvel divide-se em duas partes: de um lado, a produção dos meios de existência, de tudo o que proporcione alimento, vestuário, habitação e utensílios domésticos e, de outro lado, a produção do próprio homem, a reprodução da espécie. As instituições sociais sob as quais vivem os homens em determinada época estão em íntima relação com estas duas espécies de produção, o trabalho e a família.

Quanto menos desenvolvido está o trabalho, mais restrita a quantidade dos produtos do trabalho e menor a riqueza da sociedade, a ordem social está mais subordinada aos laços de consanguinidade".

Sr. Presidente, quer dizer que houve um momento em que a família era consanguínea, em que não havia barreiras no comércio sexual em que pais e filhos podiam contrair matrimônio, em que no limite da família avôs e avós eram ao mesmo tempo maridos e esposas, em que pais e mães eram maridos e esposas igualmente, e, assim, netos e netas, bisnetas e bisnetos.

O grande e primeiro progresso que se realizou na evolução da família foi justamente a proibição do casamento entre pais e filhos, e, em seguida o outro grande progresso a proibição do casamento entre irmãos e irmãs.

Mas, no tempo em que predominava o comunismo primitivo o comunismo espontâneo, que existiu na época da pré-história da humanidade, o casamento era por grupos e esses laços de consanguinidade iam em grau bastante avançado.

É com a família punalua que se verifica a proibição de casamento entre irmãos e irmãs, e o progresso que se dá em seguida é com a chamada família sindiásmica, segundo a classificação de Morgan. Ainda aí o casamento é por grupos.

Neste momento, o progresso que se faz é exatamente que entre os vários maridos e as várias mulheres há uma mulher preferida e um esposo preferido, mas podendo o casamento dissolver-se a prazo curto, a qualquer momento, se tanto interessar a um dos cônjuges.

O outro progresso em relação à família sindiásmica é o da família monogâmica. Chegamos assim, à família monogâmica dos dias de hoje, que nem sempre foi monogâmica, segundo estou demonstrando pela tese que apresento aos Srs. Representantes: família monogâmica apoiada na propriedade individual.

Quando se passou da propriedade comum, da propriedade coletiva para a individual, o homem que podia desposar, com vários outros de seus companheiros, dentro das gentes as mulheres que bem quisesse e entendesse, achou que era necessário, para poder transmitir seus bens de fortuna, determinar quais eram os seus filhos e, por isso, apenas por uma questão de ter estabelecido a propriedade privada, exigiu que a mulher mantivesse a indissolubilidade para com o esposo. Obrigou-a, porém, a ter um só marido. Mas em vez de reservar para si uma só mulher, como seria de esperar, preferiu continuar a viver em poligamia, como ainda hoje vive, pois, na realidade, monogamia é indissolubilidade é só para a mulher. Os homens praticam a poligamia, fazem casamentos por grupos, enfim, tudo o que acham que é imoral, mas que se julgam com direito de praticar.

Essa, Sr. Presidente, a realidade que precisamos reconhecer, a realidade capitalista, cujas causas residem na propriedade privada dos meios de produção, causas essas que precisam ser estudadas e melhor meditadas para que possamos fazer obra digna de nossos tempos.

A Igreja Católica nega o divórcio precisamente porque sabe que o adultério é tão inevitável quanto a morte, e o que não se pode remediar, remediado está. É bem verdade que o homem, por ter conseguido a propriedade privada, suprimindo o direito materno dos velhos tempos, obteve assim, uma vitória sobre a mulher e, mais, subordinando-a à situação de escrava, em que até hoje se encontra.

Fora de dúvida, entretanto, é que as mulheres vencidas conseguiram, pelo menos, enfeitar as respeitáveis cabeças de seus maridos, única vingança que podem tirar, até que transformemos esta sociedade. Assim, quando a propriedade dos meios de produção passar a ser novamente coletiva, a ser social e não mais como nas velhas épocas do comunismo primitivo, mas dentro da abundância e da técnica, quando pudermos utilizar da ciência e dos recursos materiais que possuímos, quando, enfim realizarmos essa transformação social, então haverá verdadeira monogamia, não somente da mulher para com o homem, mas também deste para com a mulher. É balela o que se pretende atribuir à União Soviética — que conseguiu já estabelecer o socialismo — de que ali não há família, nem se respeita a família. Precisamente por esse motivo, porque ali se estabeleceu essa

transformação social, porque os bens de produção passaram para as mãos do proletariado, precisamente ali a mulher é digna de todo o respeito e pôde deixar de se sujeitar às condições em que se encontra dentro do capitalismo, com essa monogamia, que é acompanhada, inevitavelmente, de um lado, do adultério, e, do outro, da prostituição.

Não é possível, portanto, pretendamos ignorar a situação real em que nos encontramos no Brasil. Não há a indissolubilidade, a não ser para a mulher. É necessário, pois, coloquemos a mulher no verdadeiro papel digno que lhe compete não somente dentro da família, mas também fazendo-a participar da produção social, porque o que estabelece essa situação e escravização da mulher é o predomínio econômico. É o homem o único que está a trabalhar ligado à produção e que sustenta a família, e, por isso, se acha com o direito de fazer todas as imposições sobre a mulher.

Ilustre dama da sociedade carioca, aliás católica, casada, quando pretendeu dissociar-se de seu marido, porque tinha fortuna, pôde gastar cerca de quatro a cinco mil contos e casou-se com não menos ilustre cidadão da sociedade carioca, também católico, que se dissociou de sua mulher. E novo casamento foi feito, legal. São tidos como figuras de relevo de nossa sociedade e nunca ninguém lhes atirou a primeira pedra.

É que, Srs. Representantes, o divórcio, no Brasil, é privilégio de ricos. A realidade é que a grande massa de nossa população não poderá estar a olhar para as textos que são fabricados sem que se verifique o que ocorre.

Dentro do Brasil existem dois milhões de separados por desquite ou separados naturalmente, sem obedecer a nenhuma lei, porque os casamentos não saíram como esperavam. Um milhão de filhos adulterinos e, mais ainda, um milhão de amancebados ou amasiados comuns.

O povo brasileiro não casa, com tanta complicação, com tantos papéis; por este vasto interior, para trinta milhões de analfabetos o casamento indissolúvel é apenas um dogma religioso. Não é disto que precisamos mas ver a realidade.

Os casamentos que se fazem no interior ocorrem quando o padre passa pregando as missões e depois acabam resolvendo-se da melhor maneira porque os pobres que se casam nessas missões, sob a proteção de Deus, quando as coisas

não vão lá muito bem sabem, sem muita pompa e sem muita gala, resolver sua situação e separam-se naturalmente.

Necessariamente teremos de ver essas coisas e por isso, não poderíamos deixar de dar nossa opinião favorável ao divórcio. Não que com o divórcio venhamos resolver os problemas do nosso atraso, porque tudo isso, Srs. Representantes é consequência do monopólio da terra. Enquanto houver feudalismo dentro do Brasil, é claro que haveremos de encontrar essa situação, mas não tenhamos medo de marchar aberta e francamente pelo caminho que está traçado diante de nós, que é o caminho objetivo de encarar as condições brasileiras.

Não podemos, de maneira alguma, ficar a fazer obra de gabinete a discutir dentro de uma Assembleia, com graves responsabilidades, como esta, apenas para atender aquilo que nos dita o dogma da Igreja, o dogma da religião.

Compreendamos o tempo em que vivemos. A matéria, realmente, não é constitucional, mas da legislação ordinária. Não tranquemos, portanto, as possibilidades da solução deste problema, fazendo passar no projeto de 46 um dispositivo que, evidentemente é reacionário, como o do art. 164, §§ 37 e 38.

É necessário estudar a realidade e deixar possibilidade para que, mais adiante, possamos ter no Brasil o divórcio, facilitando o casamento.

Em Portugal, enquanto não se tinha estabelecido o divórcio, a situação era semelhante à do Brasil. Instituído o divórcio, cerca de quatro a cinco mil casos surgiram de uma hora para outra. Mas eram casos que, podemos dizer estavam à espera de solução, ou melhor, iam se resolvendo de qualquer maneira porque a lei não atendia à realidade. Mas, logo que o divórcio se transformou em matéria de lei, que se verificou? Diminuíram os divórcios. De quatro a cinco mil casos, passaram a sessenta e setenta por ano.

Na União Soviética, também, quando se estabeleceu o divórcio, milhares e milhares de casos surgiram repentinamente; mas eram remanescentes do capitalismo que havia sido destruído. Logo depois, quando se regularizou a situação, o divórcio, na União Soviética, vem diminuindo, porque, na realidade, o que o homem aspira é à monogamia e não às condições estabelecidas, pela opressão negra do capitalismo.

Assim também, no Brasil: estabelecido o divórcio, iremos ver que inúmeros casos surgirão, mas são esses casos que existem por aí encobertos, são esses casos que todo o mundo sente e grande parte da nossa população sente na própria carne, mas que a lei não quer encarar. A lei, como afirmava, é para ver a realidade. Devemos dedicar-nos a fazer obra à altura da nossa época e que sendo democrática, estude o problema na forma em que se apresenta e não somente busque introduzir fórmulas, como acontece com o projeto de 1946. Se marchamos para a democracia, se estamos sinceramente devotados a respeitar a opinião de nosso povo e acatar a realidade, é preciso considerar que a liquidação do monopólio da terra é o primeiro passo para chegarmos à democracia a que aspiramos. Mas também não existirá democracia, em hipótese nenhuma, sem a liberdade de culto, sem o casamento civil — casamento civil sem nenhuma intromissão da religião, — sem o ensino leigo e sem o divórcio.

SE FORES PRESO, CAMARADA...

1951

A prisão se enfrenta com coragem – É um posto de honra para o militante revolucionário.

Nas linhas que se seguem chamamos atenção de todos os militantes comunistas para o problema muito sério e muito importante do comportamento pessoal de cada um frente a polícia em caso de prisão.

A prisão não é senão um dos múltiplos aspectos da luta que sustentamos, mas é também a oportunidade que se apresenta a cada militante para provar sua fidelidade à Revolução e demonstrar que jamais se esquece de ser seu dever contribuir sempre para o fortalecimento do Partido, defendendo a sua organização e seu prestígio.

É dever de cada militante do Partido, em caso de prisão, ter na polícia uma conduta irrepreensível, e que significa portar-se com dignidade e recusar-se honradamente a fazer declarações que de qualquer forma possam vir a prejudicar o Partido.

Os comunistas brasileiros devem para tanto ter sempre em mente o exemplo do camarada Prestes, cujo comportamento, ao ser preso em março de 1936, e em seguida, durante os nove anos de sua prisão, é um modelo de dignidade revolucionária, internacionalmente conhecido e admirado. Desde o primeiro momento de sua prisão, o camarada Prestes preocupou-se sempre, antes e acima de tudo, com a defesa da causa revolucionária e com a defesa do Partido Comunista e tratou sempre de dirigir-se, por cima das autoridades policiais e judiciais às massas. Seus nove anos de prisão foram nove anos de luta permanente, em que Prestes soube sempre aproveitar cada oportunidade para tomar a ofensiva e dirigir-se às massas, reiterando sua posição revolucionária e sua fidelidade ao internacionalismo proletário. No exemplo de Prestes, encontram os comunistas uma justa aplicação das leis formuladas por Lenin ao definir qual deve ser o comportamento de um revolucionário na prisão: 1) Defender sua causa e não sua pessoa;

2) Mostrar-se física e politicamente corajoso; 3) Não prestar informações ao inimigo sobre o que ele deve ignorar; 4) Atacar o regime acusador; 5) Dirigir-se, por cima da cabeça do juiz, às massas; e 6) Não confiar sua defesa aos advogados.

A polícia luta contra o partido, como organização

O amor ao Partido é a característica essencial do verdadeiro revolucionário, de todo aquele que, como ensina Dimitrov, sabe “subordinar toda sua vida privada aos interesses do proletariado”.

O partido é a cabeça dirigente, é o Estado-Maior da revolução. O proletariado, dizia Lênin, “não dispõe, em sua luta pelo Poder, de outra arma senão a organização”.

É justamente por isso que é fundamentalmente contra o Partido, contra sua existência como organização que a burguesia dirige toda a força de seus golpes e não vacila no emprego de todas as armas e de todos os recursos, visando sempre decapitar a força do proletariado e impedir a vitória da revolução.

No Brasil, como acontece, aliás, em todo o mundo capitalista, a luta da polícia contra o Partido Comunista, contra sua existência como organização, tem a duração da própria existência do Partido, se bem que variando em forma e intensidade, de acordo com o momento histórico e com a maior ou menor agravação da luta de classes no país.

Nosso Partido já conheceu os longos anos de terror fascista do Estado Novo getulista e a brutal repressão policial que se seguiu a derrota do movimento nacional libertador de 1935 e, mais recentemente, seus militantes já travavam conhecimento com os novos métodos de repressão dos governos de Dutra e Getúlio, métodos norte-americanos, da época de Truman, que em geral nada ficam a dever aos da Gestapo nazista, quando não são mais bárbaros ainda. Justamente por isso, já não é pequeno em nosso Partido o núcleo de militantes que possuem experiência na luta com a reação policial e que já aprenderam na prática como tem importância saber enfrentar com serenidade e firmeza, desde o momento mesmo da prisão, todas as brutalidades policiais. Muito menor porém, é em nossas fileiras o número de camaradas que somente agora começa a travar conhecimento

direto com a reação policial, experimentam pela primeira vez as prisões do Estado capitalista e que não estão por isso suficientemente armados para saber como enfrentar essa nova forma de luta contra o inimigo de classe, sem vacilações e sem erros que podem ser de consequências desastrosas.

Tornar-se assim urgente e indispensável discutir em todo o Partido esse problema prático e atual, a fim de que todos os militantes sejam suficientemente armados para saber qual o comportamento que devem ter diante da repressão policial, qual a atitude que deve assumir um membro do Partido frente à polícia em caso de prisão.

Preceitos gerais em que se baseia a atitude do militante diante da polícia

Antes de tudo é indispensável compreender que a reação na sua luta por quebrar o movimento operário e revolucionário visa fundamental o nosso Partido, porque tem a compreensão e avalia a importância decisiva do seu papel dirigente de vanguarda combativa do proletariado e cabeça da Revolução. O objetivo fundamental da reação é liquidar a organização e para tanto emprega todos os recursos e se utiliza de todos os processos. Estes processos vão da violência a provocação política que assume as mais variadas formas, das mais rudimentares até as mais refinadas e sutis, por meio das quais a burguesia trata de infiltrar seus agentes no Partido para tentar desagrega-lo, liquida-lo por dentro. É com idêntico objetivo que a reação não deixa jamais de utilizar-se da prisão de cada militante do Partido para prova-lo em sua firmeza, em suas convicções e em seu espírito de sacrifício. A reação tudo faz para desmoralizar a cada militante, para liquidar moralmente a cada quadro do Partido, porque sabe que é dessa maneira que mais seriamente e de maneira prática pode golpear a organização e penetrar sem em seu seio.

Quem não persistir até o fim, não é em geral um combatente, se vê na prisão uma questão pessoal, acabará derrotado e humilhando-se diante do inimigo.

O militante comunista ao ser preso se mantém por isso sereno, digno e firme. Particularmente o quadro dirigente, conhecido como tal, jamais tenta inventar histórias ou justificativas para suas atitudes anteriores. O que não quer

dizer, no entanto, que isto não possa ser feito pelo militante de base, quando as circunstâncias o permitam e desde que o álibi ou justificativa não possa de forma alguma comprometer a organização, nem a dignidade do militante. É método que pode as vezes dar resultados quando o militante é desconhecido da polícia ou, mesmo, pouco conhecido, como militante revolucionário.

Atitude de protesto – A prisão deve ser sempre encarada pelo militante revolucionário como um arbitrário e viciante das classes dominantes contra o qual é seu dever lutar e, na medida do possível, desmascarar diante das massas. Não é admissível que um comunista aceite conformada e passivamente, sem protesto claro e veemente, a arbitrariedade do tira que pretende arrastá-lo para a prisão ou jogá-lo violentamente numa viatura policial. A atitude de protesto no momento da prisão serve para despertar as massas contra a política e, no mínimo dificulta sua ação repressora, obrigando-a a uma dispersão de forças cada vez maior.

A atitude de protesto sempre é possível e permite muitas vezes ao comunista dirigir-se ao povo em comício provocado pela própria polícia. Em 1946, uma companheira presa em plena via pública conseguiu com seus gritos de protesto que se reunissem mais de duzentas pessoas das quais se dirigiu desmascarando a brutalidade policial com expressões simples, mas incisivas: “não ajudem a essa polícia de bandidos!”, “Hoje sou eu, amanhã são vocês!”, etc.

Cenas dessa natureza, a medida que se repetem e que a situação econômica e política se agrava no país, acabam sempre por determinar ações de massa contra a polícia e tornam cada vez mais difícil sua ação repressora.

Essa atitude de protesto deve prosseguir dentro da polícia, na sala de detidos e na prisão. Preso, o militante comunista deve continuar lutando pelos seus direitos, contra as arbitrariedades policiais e saber sempre colocar-se como combatente de vanguarda na primeira linha de todas as ações de massas e movimentos de solidariedade. No início, porém, essas ações não podem, em geral, deixar de ser individuais, porque a polícia sempre procura infiltrar seus agentes entre os presos para colher informações. Cabe, no entanto, a cada militante, especialmente aos mais responsáveis ou aos mais esclarecidos e experientes, tomar a iniciativa no sentido de procurar orientar seus demais, ensinando a todos, na medida do possível, a como proceder para manter uma posição firme e digna.

Mais tarde, já na prisão, cabe a cada militante tomar a iniciativa de organizar os demais camaradas presos em coletivo que discuta os problemas práticos e oriente a todos no sentido, de sustentarem uma posição firme de manterem um procedimento uniforme frente a polícia, ajudarem os camaradas menos experientes, subsidiarem moralmente os mais fracos, corrigir fraternalmente os que tenham errado ou vacilado, desmascararem os traidores e provocadores.

Não conversar com a polícia – Digno e firme, sem esquecer por um só momento que esta diante do inimigo de classe, o militante comunista não pode admitir nenhuma proximidade nem aceitar favores dos tiras e delegados ou comissários. Qualquer atitude conciliatória será sempre um erro que pode constituir o primeiro passo no caminho perigoso das concessões ao inimigo e que levará inevitavelmente a capitulação e a traição.

Por isso mesmo, o militante comunista não conversa com a polícia, jamais discute política ou aceita debate sobre qualquer problema. Sua atitude é sempre a de um cidadão que protesta contra a violência de que é vítima e que por isso responde apenas, de maneira seca e lacônica, as perguntas que lhe foram feitas. Mas, mesmo isto, só deve ser feito no momento da inquirição oficial e a autoridade encarregada do inquérito – delegado ou juiz -, e nunca a qualquer policial no tira que pretende arrancar-lhe confissões.

Não dizer nada sobre a organização – É preceito básico nada dizer sobre a organização. A atividade de cada militante no Partido, célula ou organização a qual pertence ou pertenceu, tudo que sabe sobre o Partido constitui segredo inviolável que seria um crime revelar. Não cabe de forma alguma, a cada militante saber o que pode ou não pode ser conhecido por terceiros da organização partidária. Neste terreno, qualquer informação a polícia é sempre prejudicial ao Partido e constitui a pior das traições qualquer concessão, por menor que seja, e por mais justificável que possam parecer no momento os motivos para serem feitas.

A polícia procura arrancar de cada militante uma informação sobre a organização, porque é desta maneira, pela apreciação crítica das diversas informações obtidas que seus técnicos podem chegar às conclusões que lhe permitam melhor orientar seus golpes contra o Partido. Ainda disto, visa também a polícia, como já dissemos acima e convém sempre repetir, dobrar a vontade de cada militante, desmoralizar e desagregar toda a organização por meio da desmoralização

sistemática de seus quadros, que a polícia tudo faz para reduzir a farrapos humanos e delatores de seus próprios camaradas, a traidores da revolução e renegados do proletariado.

Não acreditar em promessas nem se deixar enganar – Para tanto, a polícia não emprega, somente a violência e o terror, não se limita jamais as torturas físicas que sabe muito bem que por piores que sejam não são capazes de dobrar à vontade dum militante digno. A polícia explora todas as fraquezas humanas, excita todos os sentimentos, inclusive os mais vis, recorre a todas as mentiras, a todos os meios enfim.

É indispensável compreender que toda promessa da polícia é uma armadilha. Não se salva o parente ou o amigo dizendo-se a polícia que se sabe. Ao contrário, quem assim proceder acreditando na promessa da polícia, fornece a esta as provas que ajudarão a condená-lo mais severamente ainda. O militante que entrega a polícia documentos do Partido, ou uma máquina de escrever, um anemógrafo ou qualquer outra coisa que tenha escondido, na esperança de conseguir assim salvar o seu parente ou amigo, engana-se redondamente, porque na verdade fornece simplesmente a polícia as provas para condená-lo.

O militante que vacila ou se deixa enganar pela polícia acaba sempre reduzido a um ser vil, a um delator e traidor da classe operária. E muitas vezes, o preso que assim procede agrava mesmo sua própria situação, porque a polícia promete a liberdade em troca de uma indicação útil e obtida esta, nela baseia o processo contra o “ingênuo” que se deixou lograr.

Para fazer falar os militantes presos, trata a polícia de impressioná-los com o pouco que sabe a fim de tentar convencê-los da futilidade de sua recusa em responder. Ela se faz de muito bem informada, joga com suposições, lança verdes para colher maduro, e desta maneira, consegue muitas vezes confissões que lhe são úteis ou a confirmação daquilo que constituía suposição apenas. Procura impressionar também o preso inexperiente, citando nomes de militantes conhecidos e responsáveis que diz já estarem presos, informa que “fulano já falou tudo, contou tudo, etc.” E pretende dessa maneira abalar a confiança e a firmeza de quem se recusa a falar. Os processos variam, mas o objetivo é sempre o mesmo – enganar para conseguir a capitulação e a traição ao Partido.

Só a recusa total de dizer seja o que for pode salvar o militante comunista de cair em armadilhas dessa espécie.

Não falar – Outra arma da polícia é a insistência, a persistência com que procura desencorajar o preso a vencer sua resistência. “Você falará – diz a polícia -, você falará não se tem nada a fazer; nós somos como a Igreja, sabemos esperar; se for preciso você ficará quatro dias, cinco dias, sem comer nesse momento você falará”. Outras vezes tenta a polícia jogar o militante contra a direção do Partido, experimenta verificar se há dúvidas ou ressentimentos que possa explorar entre o militante de base e seus dirigentes, diz ao preso comunista que está sendo explorado, que lhe mandam fazer ligações ou distribuir volantes ou pregar cartazes, enquanto os “chefes” não se deixa prender, vivem em segurança e a tripa forra, etc. “É preciso que você seja besta – diz o policial – para se deixar prender enquanto que seus chefes ficam escondidos e não se expõem a nenhum perigo”. Diante disso, o militante consciente deve intimamente se sentir orgulhoso de se expor para servir o seu Partido. O comunista sabe melhor do que ninguém que os dirigentes do seu Partido estão sempre na primeira linha da luta e que a segurança deles é determinada pelo próprio Partido. Que não merecera este nome se não fosse capaz de poupá-los a sanha do inimigo.

Para fazer falar o preso, a polícia sabe sempre combinar e alternar a violência a mais brutal com favores e cuidados de toda espécie. Deixa o acusado por dois ou três dias sem comer para depois adula-lo, oferecer-lhe um almoço, cigarros, para elogiá-lo pela sua coragem e resistência, etc. Faz por vezes, verdadeiras encenações, isola os presos uns dos outros e utiliza cada palavra dita por um para fazer falar os outros. Para frustrar esses meios, a regra é sempre a mesma – não falar. Ou senão, quando a situação se torna perigosa devido a fraqueza ou vacilação de algum camarada, o militante revolucionário saberá sempre aproveitar o ensejo para gritar bem alto para ser ouvido pelos demais presos: “Eu não lhe digo nada e não lhe respondo nada!”.

Equivocam-se por completo aqueles camaradas que para se livrarem das violências a que estão sendo submetidos, se dispõem a adiantar pequenas informações, pensando assim evitar o prosseguimento das violências. Nada conseguem com essas pequenas concessões, no entanto. Se um militante de um nome, um endereço, uma indicação qualquer porque a polícia lhe bate ou o ameaça com

a morte ou de inutiliza-lo com uma pneumonia por exemplo (por meio do processo do ventilador e luz, ou jogando-o a um cubículo molhado), é quase certo de que dai por diante apanhará mais ainda. Os policiais jamais acreditarão que a confissão é completa e multiplicarão os golpes para conseguir indicações cada vez maiores e mais precisas.

Esta é ainda a regra, a maneira mais acertada de proceder frente a documentos apreendidos pela polícia e sobre os quais está exigida explicações, quer saber a origem ou a precedência. Já constitui um erro, deixar-se o comunista prender com documentos comprometedores. Mas, se isto nem sempre é possível evitar, falar sobre tais documentos já pode constituir um crime contra o Partido porque, por mais que diga, a polícia se utiliza, como sempre, de tais confissões para tentar desmoralizar a organização, criando a desconfiança em suas fileiras e liquidando praticamente o militante que falou. O comunista que, ao ser preso, tiver em seu poder documentos ou quaisquer papéis comprometedores jamais dirá a polícia na sua principal tarefa de desmoralizar e desprestigiar o Partido diante das grandes massas. Como confiar em quem informa o inimigo, seja por que motivo for, da atividade da organização?

De qualquer maneira, é inadmissível que um militante revolucionário fale, cometa um crime contra o seu Partido e a classe operária, sob o pretexto de não resistir aos golpes da polícia. O caminho mais fácil e melhor para defendermos o Partido é o de nada dizer a polícia.

São inúmeros os exemplos e heroísmo nas fileiras do nosso Partido e não é pequeno o número daqueles, que como os camaradas José Maria e Luiz Bispo, acabaram morrendo nas mãos da polícia sem que esta, apesar de todas as torturas a que os submeteram, conseguisse lhes arrancar uma só palavra sobre a organização partidária em Pernambuco onde eram dirigentes. Outro exemplo de heroísmo que devemos aqui citar foi o comportamento que tiveram nas mãos da polícia o jovem comunista norte-americano Victor Allan Baron e o jovem argentino-polonês Marcos Yugmann, que em 1936 morreram sob os golpes assassinos da polícia de Vargas-Filinto, porque se negaram a informar onde residia o camarada Prestes a quem estavam ligados, conforme já sabia a polícia ao prende-los.

Atitude modelar frente a polícia foi igualmente a assumida pelo camarada Harry Berger (Arthur Ewert) que submetido as mais terríveis torturas, obrigado

inclusive a assistir aos brutais sofrimentos infligidos a sua dedica companheira, negou-se terminantemente a fazer quaisquer declarações e a assinar qualquer documento da polícia. Sua posição constitui um exemplo de dignidade e firmeza revolucionária altamente educativo que os comunistas brasileiros seguem e valorizam com vigorosa lição de internacionalismo proletário, de dedicação ao Partido e de confiança inabalável da vitória da classe operária.

Mas citamos ainda como exemplo de comportamento de um militante comunista diante das torturas e da brutalidade policial o depoimento de um companheiro que caiu nas garras da polícia em maio de 1936 e que bem nos mostra o quanto pode resistir um revolucionário fiel ao seu Partido e ao seu povo:

“Fui levado imediatamente a Polícia Central e espancado pelos tiras. Recebi alguns murros no peito, nas costas, no rosto e em seguida, apresentaram-me ao sr. Serafim Braga, delegado da Ordem Social.

O sr. Serafim Braga mandou me precedesse de imediato, a um espancamento inicial, sem mais preâmbulos.

O que se encontrou no meu bolso no momento, foram documentos que revelavam para o estrangeiro, as atrocidades que se cometia no Brasil. Nos envelopes não haviam sido inscritos os verdadeiros nomes dos destinatários, por que sabíamos a situação em que se achava reduzido o país, naquelas condições.

O que desejavam saber, em primeiro lugar, era a quem se destinavam as comunicações. Eu não revelava os destinatários, mesmo porque ignorava seus nomes. Devia entregar a correspondência ao cidadão que ia procurar na manhã em que fora presto.

O fato é que fui submetido a esse espancamento inicial, feito por uma turma de investigadores da qual participava um de nome Matos, o único que pude gravar, porque, nesses espancamentos eles tem o cuidado de não revelar os nomes uns dos outros. Esse investigador é muito conhecido pelos que passaram pela Polícia Central, aquela época. De borracha em punho, juntamente com os demais tiras, também colaborou no espancamento.

Fui agarrado pelas pernas e braços e sr. Serafim mandou que iniciasse pela sola dos pés. Foi-me tirado o calçado. Como, porém, não desse grandes demonstrações de me achar abalado, passaram a espancar-me nos rins. Depois de certo tempo, o próprio Serafim Braga teve seus receios e mandou que suspendessem aquele tratamento. Queria que eu confessasse minhas atividades e dissesse com quem matinha contato, enfim, o que fazia como militante do Partido Comunista.

Fizeram-me várias perguntas, levando-me para efeito de intimidação para uma saleta especial, destinada a espancamentos.

Mais tarde, depois de ter ficado sem comer durante toda a manhã, fui entregue ao sr. Emilio Romano, delegado da Ordem Política e Social, que havia chegado e assumido o cargo. Fui interrogado com o objetivo de fazer de qualquer maneira uma confissão. Queriam que confessasse que estava conspirando, que exercia atividades subversivas, e que o Partido Comunista se destinava a fazer uma revolução e que prosseguiu, portanto, nas suas atividades subversivas, conforme eles informavam.

Sob as ordens de Emilio Romano passou-se então a uma nova forma de espancamento: eram murros mais ou menos nesta altura da cabeça (indica a região), até que comecei a lançar sangue pelo nariz.

Depois de ter desfalecido, fui ameaçado, no meio das tropelias, gritos e urros dos investigadores, de ser levado para a Polícia Especial, onde teria de sofrer ainda mais, caso não confessasse. Com efeito, cumpriram a ameaça. À noite, fui levado para a Polícia Especial, onde se reuniram ao pátio, todos os investigadores – os que tinham vindo da Polícia Central, e, mais, os que já se encontravam no quartel da Polícia Especial, naquele momento sob o comando de Tte. Euzebio de Queiroz, se não me engano, então chefe daquela corporação. Fui colocado numa roda em que pude distinguir o investigador Galvão, conhecido espancador que trabalhava na Polícia Central e na Polícia Especial. No meio deles também se encontrava o investigador ou polícia especial Julien que, como aliás o próprio Galvão, também era da Polícia Especial, mas trabalhava em permanente contato com a Polícia Central.

As torturas a que fui submetido foram as seguintes: depois de murros, pontapés e outros golpes que me aplicara, fui queimado por todo o corpo com pontas de cigarros que os próprios investigadores estavam fumando. Além disso o investigador Galvão tirou seu alfinete de gravata, que enfiou debaixo de minhas unhas, deixando-as em sangue. Reuniram-se todos e, através de golpes chamados “chave de braço”, fui levado ao chão várias vezes, o que me produziu um ferimento na testa, como se pode verificar pela cicatriz que apresento.

Na Polícia Especial, o espancamento durou até a madrugada. Cheguei lá mais ou menos as 7 ou 8 horas da noite e só de madrugada suspenderam o que chamavam de “sessão espirita”. Em virtude de ter desfalecido, fui levado para curativos na própria enfermaria da Polícia Especial. Depois desse curativo, com ameaças de ser sarrado e outras mais, fui posto de castigo na chamada Sala Santa Fé, da Polícia Especial. Apesar de estar todo machucado em consequência das surras e torturas, não podia deitar-me nem me sentar. Tinha de ficar passeando no interior da saleta, que aliás é pequena. Assim fiquei com as roupas completamente estraçalhadas e ensopadas de sangue; mesmo nessas condições era obrigado a permanecer de pé. O policial especial de nome Gaúcho, que montava guarda de mosquete em punho, obrigava-me a levantar e marchar, até o momento em que cai exausto.”

Depois disso, fui novamente removido para a Polícia Central, onde começaram os espancamentos. O sr. Emilio Romano deu ordem, diante do fato de que eu procurava reagir aos espancamentos, para que eu fosse algemado. E, assim, com as mãos para trás e deitado de bruços na cama fui espancado a cano de borracha que me atingiram as costas, as nádegas e as solas dos pés. Em seguida, fui submetido a novo tipo de torturas. Levado à noite para uma sala em completa escuridão, sem saber o que poderia suceder ali e agarrado por mãos invisíveis, fui obrigado a sentar-me numa cadeira. Lançaram então sobre o meu rosto uma lâmpada de grande poder, projetada diretamente sobre os meus olhos e um investigador que se encontrava do outro lado e que eu não podia ver, fazia-me perguntas, a fim de que eu indicasse onde se encontrava a oficina do Partido, a imprensa da “classe operária”, e outras perguntas no sentido de levar avante a provocação que o governo tinha em vista.

Esses espancamentos se deram no dia 1 de maio e, depois de alguns dias para curativos e de novas ameaças, se prolongaram até o dia 23 de maio.”

É a convicção revolucionária, é a consciência do dever cumprido, que podem dar ao militante comunista essa capacidade de resistência as brutalidades policiais.

Não discutir política – As discussões políticas também são comumente provocadas pela polícia que tenta assim ganhar a confiança do preso, leva-lo pela vaidade ou pelo caminho da loquacidade e afirmações e confissões que lhe possam dar novos pontos de partida, para exigir em seguida pela violência, confissões mais extensas e importantes.

As autoridades policiais procurar arrastar especialmente os quadros mais responsáveis e aqueles companheiros de maior prestígio junto as massas e tais discussões não só na esperança de que na palestra se revelem novas pistas, como também para fotografa-lo de surpresa, o militante preso em “colóquio amistoso” com a autoridade e tenta criar no meio da massa um natural sentimento de desconfiança. O militante responsável não deve por isso aceitar de forma alguma essas “palestras amistosas”, fazendo questão de corta-las secamente e dispondo-se somente a responder com laconismo as perguntas que lhe forem feitas.

Não temer as ameaças a família – Outro ponto fraco que a polícia não deixa jamais de explorar, está numa falsa compreensão do amor a família, muito comum ainda em nosso meio entre os camaradas ideologicamente mais fracos. Já em 1935, quando da onda de terror que se seguiu a derrota da revolução, conseguiu a polícia quebrar a vontade de muitos militantes, fazendo ameaças de perseguições a pessoas de sua família, especialmente a companheiras e filhos.

Sabemos muito bem o que isto significa, mas é claro que um revolucionário deve estar sempre preparado para tais provações. A ternura normal que sente um comunista pela sua mulher e seus filhos não pode de forma alguma justificar a traição a classe operaria e ao seu Partido. Não nos esqueçamos como a burguesia zomba da família e mata chefes de família, como William Gomes e Lambari, por exemplo, pelo único crime de serem comunistas e dirigentes queridos do proletariado, deixando ao desamparo, cada um deles, companheira e filhos pequenos.

Os comunistas salvam a família, mas acabam por colocar os interesses da humanidade e do Partido acima de seus próprios interesses.

Eis o que escreve um comunista condenado a morte a seu pai:

“... Para este estado maldito do capitalismo não vejo outra saída senão a apontada pelo meu Partido e essa saída conduz a libertação econômica e política completa do proletariado e dos trabalhadores. Minha vida foi uma luta, uma luta para impor essa saída. E se a burguesia búlgara entende de condenar-me a morte, isso quer dizer que permaneci filho fiel da minha classe, filho fiel do meu Partido. E isso bastará para vós, para Ilyich (um filho que não chegou a conhecer) e para Mara (sua mulher). Sim, morte; mas Ilyich saberá porque seu pai lutou e caiu nessa luta; saberá que preferiu cair na luta a cobrir-se de vergonha a vos enxavalar a vós e a esse filho que nunca vi...” (De uma carta do jovem operário búlgaro Jordan Lativodeski, de 8 de maio de 1935, poucos antes de ser executado na prisão de Varna)

Não nos esqueçamos também do grande exemplo de Marx. Poucos homens terão demonstrado tão nobres sentimentos e tão entranhado amor pela família. No entanto, ninguém jamais sacrificou tão conscientemente a própria família a fim de cumprir o seu dever de revolucionário a classe operária a grande arma teórica que só seu gênio poderia criar. Especialmente no seu exílio de Londres, onde escreveu “O capital”, passou Marx pelas piores privações e chegou a perder três filhos em consequência da miséria em que vivia com a família. Eis o que escreve o próprio Marx, numa de suas cartas a Engels:

“Minha mulher está doente. Jenny está doente. Helena tem uma espécie de febre nervosa. Não pude e não posso chamar o médico porque não tenho dinheiro para comprar os remédios. Há oito dias que minha família só se alimenta de pão e de batatas, e mesmo isso não sei se poderei comprar hoje.”

E noutra carta, em que comunicava a Engels a morte de um filho confessando ao grande amigo sua dor intensa e dizendo-lhe que só e tão conhecera a verdadeira infelicidade, escrevia também estas nobres palavras que bem demonstram a alta consciência que possui do seu dever revolucionário:

“No meio dos horríveis sofrimentos por que passei nestes dias, o que sempre me sustentou, foi pensar em ti e na tua amizade e dizer a mim mesmo que temos, nós dois, de realizar ainda uma obra inteligente sobre esta terra”

A “obra inteligente” era a grande arma teórica do proletariado, a arma que manejada por Lênin e Stálin já permitiu a classe operária enterrar o capitalismo numa boa parte do mundo e construir a grande sociedade socialista, em marcha vitoriosa para o comunismo.

O militante comunista utiliza seu amor e dedicação a família para prepará-la para todas as provações, a fim de que seja sempre uma família digna de seu chefe, que participe unida da luta contra o inimigo de classe e que o opõe com firmeza em quaisquer circunstâncias, sentindo-se todos os pais, mulher e filhos

– orgulhosos das perseguições e torturas que lhe sejam infligidas pelos cães da reação capitalista.

De qualquer maneira, o militante comunista jamais se surpreenderá com as ameaças que os bandidos policiais possam fazer as pessoas de sua família, nem modificará frente a elas, num milímetro sequer, a sua linha de conduta já previamente traçada de combatente consciente da grande causa do proletariado.

Algumas regras práticas

Enfim, procurando resumir, e sistematizar, vejamos quais são preceitos fundamentais, ditados pela longa experiência do proletariado, em que se deve basear cada militante a fim de traçar com segurança a atitude a assumir frente a polícia em caso de prisão.

Antes de tudo – acentuamos mais uma vez -, não cair em pânico, conservar o sangue-frio. Um militante não esquece jamais que um dia pode ser preso e que a prisão não pode, portanto, constituir surpresa.

Se um militante é conhecido pela polícia, se esta já possui provas de sua participação no trabalho clandestino, ou se um quadro responsável amplamente conhecido, precisa basear sua atitude, em caso de prisão, nos seguintes preceitos:

1º - Manter uma atitude digna e firme. Não discutir com os tiras. E preferível guardar no momento um mutismo absoluto (o que não impede, se for preso em praça pública, de protestar e de manifestar em voz alta e de maneira audaciosa e atrevida, quase as causas da prisão).

2º - Diante da autoridade policial – delegado ou emissário – não responder senão ao interrogatório de identificação, sem bravatas ou qualquer arrogância inútil, mas firmemente como um homem ou mulher digno do título de comunista. Quanto as demais perguntas, dizer desde logo que só responderá depois de ouvir o advogado e que tudo quanto tem a dizer ao benefício de sua defesa o fará perante o juiz competente.

3ª – Ao responder ao interrogatório de identificação não fornecer qualquer endereço, mesmo o local de sua residência ou de sua família a não ser que esteja

bem seguro que isso não possa acarretar novas prisões ou a agravação do seu próprio caso, pela descoberta de documentos ou materiais comprometedores.

4º - Como regra e por princípio, não deve o comunista na polícia assinar qualquer documento, seja ele qual for, mesmo o mais fiel depoimento, pois que a polícia, conseguida assinatura do preso, pode perfeitamente introduzir nos espaços em branco declarações falsas e comprometedoras.

5ª - Previna sua família e seus amigos da prisão, mas somente no caso de que esteja bem seguro que isto não pode acarretar novas prisões. Um comunista não tem o direito de comprometer amigos ou simpatizantes, escrevendo-lhes da prisão, sob o pretexto de pedir que lhe socorram a família, ou qualquer outro. Mas, de outro lado, deve sempre fazer os maiores esforços para não permitir que a sua prisão permaneça em segredo. Insista para tanto no pedido de um advogado, e escreva você mesmo ao seu advogado ou ao presidente da Ordem dos Advogados.

6º - Desde o primeiro momento de encarceramento deve lutar firme e intransigentemente por todos os seus direitos – contra a prisão em comum cor: ladrões e mendigos, contra quaisquer medidas vexatórias, em defesa dos demais camaradas presos, contra espancamentos e arbitrariedades de que estejam sendo vítimas, por socorro médico para os doentes e feridos, contra a má qualidade da alimentação, etc. É esta a melhor maneira de apoiar a luta que seja pela sua libertação.

Se, no entanto, não é conhecido da polícia, ou, se não existe nenhuma prova contra você, não se deixe enredar em discussão sobre política em geral e política do Partido em particular. Responda com simplicidade que ignora o assunto ou que não se por política. Mas recuse assinar qualquer documento, seja o que for condenado ou desaprovando o Partido. Não assine também declarações contra ou a favor da União Soviética. Responda sempre com naturalidade que ignora tudo a esse respeito e que, portanto, nada pode aprovar ou desaprovar, nessa ou naquela política. Lembre-se sempre que sua assinatura em tais documentos ou constitui uma traição que a classe dominante saberá utilizar contra o Partido, ou então, no caso contrário servirá de base para sua inculpação e posterior condenação.

Ainda uma observação: é indispensável acabar em nossas com a tendência “legalista” leva muitos militantes conhecidos como tal a se apresentarem a polícia erroneamente, quando simplesmente chamados ou notificados. O militante comunista não atende a tais chamados. Comunica-os a direção do Partido e, em determinados casos, conforme as circunstâncias, deve tomar imediatamente as medidas práticas para evitar a prisão. Isto não justifica, a não ser em casos muito especiais, que se abandone o trabalho na frente legal. Um Comunista pode negar-se a atender a notificação policial, mas não tem o direito de abandonar sua atividade legal sem ordem do Partido. Saberá aguardar no seu posto a ação policial.

Finalmente, como a prisão é um acontecimento sempre possível, simples episódio na luta de classes que sustentamos, cada militante comunista tem a obrigação de estar sempre preparado e não deixar surpreender. Isto diz respeito, fundamentalmente ao cuidado que se deve ter com todos os documentos do Partido que possam de qualquer forma comprometer a organização. Constitui por isso uma das mais graves faltas andar um militante com documentos da organização, endereços, nomes, locais, horas de encontro, etc, ou guarda-los em lugar pouco seguro em linguagem clara. No caso de prisão tem ainda o militante o dever de empregar todos os esforços para inutilizar qualquer documento da organização que tenha em seu poder.

Lugar para a elevação do nível ideológico

O conhecimento dos preceitos gerais de caráter político, que acabamos de assinalar e que se baseiam na experiência de nosso Partido e na experiência internacional do proletariado revolucionário, é sem dúvida alguma de grande importância para cada militante comunista e servirá para acertá-lo e preveni-lo contra debilidades e erros em que, como combatente de vanguarda, não deve de forma alguma e jamais incorrer. Mas é claro que a aplicação desses preceitos exige de cada militante a coragem e a vontade firme que só uma profunda convicção revolucionária pode de fato assegurar. Esse problema do comportamento do militante comunista diante da polícia, não é assim, um problema prático somente, mas antes, de tudo e fundamentalmente, um problema ideológico.

É incontentável que depende essencialmente da formação ideológica, da consciência de classe, da convicção científica adquirida pelo estudo da teoria revolucionária do proletariado, a firmeza e a serenidade com que cada militante enfrenta nas piores condições o inimigo de classe e é capaz de utilizar todos os recursos de que possa dispor, em qualquer emergência, sempre em proveito do Partido, da causa do socialismo e da vitória da revolução.

Como ensina o camarada Dmitrov:

“Não basta ter temperamento de revolucionário. Não basta estar pronto para combater nas barricadas e fazer o sacrifício de si mesmo. Isso é preciso, porém não basta. O que é ainda absolutamente preciso possuir são os métodos bolcheviques de luta, um heroísmo bolchevique.”

A elevação do nível ideológico de político de todo o Partido é justamente por isso uma das medidas mais importantes para assegurar a cada militante as armas de classe que lhe permitam enfrentar com segurança em si mesmo a reação policial por mais brutal que possa ser.

Recordemos por isso e advertência do camarada Prestes:

“O heroísmo, a abnegação, o espírito de sacrifício dos comunistas brasileiros tem sido longamente postos as prova e não há dúvida de que é imensa a potencia combativa e o valor individual da grande maioria de nossos militantes que continuam a honrar a memória dos mártires e heróis de que se orgulha o nosso Partido. Mas todas essas qualidades pessoais por mais necessárias, altas ou nobres que possam ser, por si só, em nada nos ajudarão a levar a Revolução a vitória, nada valerão, se nossos camaradas não estiverem armados com a teoria do proletariado de vanguarda, o marxismo-leninismo. É indispensável que baseemos o heroísmo e a audácia revolucionária na convicção científica da justeza da causa que defendemos e é preciso ainda que cada um veja claro e saiba efetivamente o que quer. É indispensável conhecer as leis que presidem ao nascimento, desenvolvimento e fim da formação social capitalista para que se possa mobilizar, organizar e dirigir com acerto a classe operária e demais trabalhadores em sua luta contra os exploradores nacionais e estrangeiros.”

Ao traçarmos, pois as presentes diretivas sobre o que deve ser o comportamento de nossos militantes diante da polícia, não nos esqueçamos de acentuar o quanto é necessário liquidar em nossas fileiras o atraso teórico. Isto pode e deve ser feito através do estudo persistente, coletivo e individual, particularmente dos clássicos do marxismo-leninismo, Marx, Engels, Lênin e Stálin, e, antes de tudo, através do estudo sistemático da “História do Partido Comunista (bolchevique) da URSS”, que é a arma teórica insubstituível para ajudar a cada militante a conhecer os métodos bolcheviques e a compreender, a luz da experiência do Partido

de Lênin e Stálin, o desenvolvimento do movimento revolucionário de nosso próprio país, suas peculiaridades e suas perspectivas.

Nenhuma condescendência com os traidores

Enfim, como dissemos de início, a prisão é uma grande prova, é a prova decisiva para cada militante da Revolução. A burguesia na luta por seus interesses e contra a vitória do proletariado recorre a todas as armas e se utiliza de todas as fraquezas humanas. Por isso, a prisão serve muitas vezes para revelar as qualidades e os defeitos de cada um. Sob os golpes da reação, cada um é obrigado a mostrar o que vale. Mas, de outro lado, é na luta, é ao atravessar esses momentos decisivos que cada um de nós efetivamente se educa, vencendo com a dignidade, a firmeza e a consciência do dever de classe qualquer vacilação ou fraqueza. Para tanto, não esquecer jamais que um minuto de desfalecimento mancha para sempre a mais bela vida de um revolucionário.

Um minuto de desfalecimento nas mãos da polícia significa na prática ba-
dear-se para o inimigo de classe, passar de militante da revolução para a torpe categoria de esbirro da burguesia. Delatar companheiros é um gesto vil e covarde, um crime sem remissão contra a solidariedade e a fraternidade operária e revolucionária, que é a mais nobre e levada força da classe operária e revolucionária. Informar a polícia sobre qualquer detalhe da organização é descer, quaisquer que sejam as circunstâncias ou os pretextos que possam ser apresentados, a categoria de renegado, de traidor da revolução, do proletariado e do seu Partido.

“Nada entregar, nada renegar”, tal a dupla lei que, em sua carta famosa de 1905 sobre a defesa perante os tribunais, Lênin formulava:

“Minhas relações de organização, abstenho-nos de examiná-las, silêncio sobre isso, evito formalmente falar em nome de uma organização, mas como social- democrata (hoje, comunista), falo-vos de nosso Partido e peço-vos que considereis minhas declarações como uma tentativa de expor precisamente as opiniões social- democratas que foram desenvolvidas em todas as nossas publicações, nossas brochuras, nossos avulsos, nossos jornais.”

Cada membro do Partido deve saber que, se ao ser preso, diz a polícia o que não deve e não pode dizer, se desce assim a categoria do preso que “fala” transforma-se imediatamente e automaticamente em auxiliar da polícia, é um

traidor da sua classe, que como tal será considerado e julgado pelo povo e pelo seu Partido.

Nas fileiras de nosso Partido não podemos admitir neste terreno qualquer vacilação ou condescendência. Para os traidores e delatores não pode haver justificativas, e é inadmissível qualquer apelo a um sentimentalismo podre “Ele falou porque apanhou, porque é velho, estava doente, é inexperiente, etc” Nem por inexperiência, nem por fraqueza física, nem por motivo algum, nem sob nenhum pretexto, é admissível a traição em nossas fileiras. O mínimo que a classe operária e o partido exigem é a lealdade e a fidelidade a causa da revolução. Qualquer homem ou mulher digno sabe que é preferível a morte física à morte moral, é mil vezes melhor morrer como revolucionário sob os golpes da reação do que degradar-se, descer ao papel repugnante e desprezível de delator e traidor, renegado de sua classe e de seu Partido.

Nas fileiras do nosso Partido não há lugar para traidores, nem é admissível que membros do Partido possam manter relações com inimigos do proletariado. Aquele que “fala” se entrega a polícia e pode em seguida ser obrigado por ela prosseguir no caminho da traição. Procurará então manter contato com o Partido, fará o possível para convencer outros militantes, seus antigos amigos e camaradas mais próximos, dir-lhes-á que, apesar de expulso, continua digno da confiança deles, que o que se passou foi uma fraqueza passageira de que se sente agora arrependido, etc. Os camaradas que se deixarem levar por semelhantes histórias mentirosas poderão, assim, facilitar o trabalho da polícia. Nesse terreno não pode haver meio termo, nem qualquer concessão sentimental – com o elemento expulso, o militante do Partido rompe definitivamente e não admite mais nenhum contato ou qualquer relação de amizade ou camaradagem.

Estamos em plena guerra de classe que se aguça e aprofunda cada vez mais. Em nossas fileiras é indispensável uma disciplina de ferro, muita vigilância e rapidez de ação. Cada organismo do Partido deve por isso estar sempre bem informado do comportamento de cada um de seus membros na prisão e exigir de cada militante que é posto em liberdade um relatório circunstanciado de seu comportamento. A expulsão dos traidores deve ser imediata e amplamente divulgada para conhecimento de todo o Partido e da classe operária.

Conclusão

Este folheto deve ser discutido e bem estudado em todas as organizações do Partido e conhecido de todos os seus membros. Evidentemente, salvos os princípios fundamentais que fizemos referências, nos preceitos acima expostos cada militante não deve ver senão regras gerais, que convém conhecer e estudar. Cada um, em cada momento, conforme a situação concreta variável e diferente, deve saber como agir, tendo sempre em conta os interesses da luta e do Partido.

Camarada! Estudai bem, cada um de vós, o que deve ser o comportamento de um militante comunista em caso de prisão e sede dignos dos ensinamentos de Lênin e Stálin, sedes dignos de todos aqueles que, membros do nosso Partido, souberam dar suas vidas pela causa da revolução.

Diante da polícia, diante dos juizes das classes dominantes, um comunista não deve dizer nada que possa prejudicar ao Partido, à classe operária, à luta contra o imperialismo e seus lacaios.

Militantes! Não esqueci jamais que um minuto de desfalecimento pode manchar para sempre a vossa vida de combatente revolucionário. Diante do inimigo de classe haja o que houver, é preciso não dizer anda.

“Aprofunda-se cada vez mais a contradição entre as aspirações das massas trabalhadoras que querem paz e que não estão dispostas a se deixarem morrer de fome e a política dos latifundiários e grandes capitalistas que ainda governam o país.” – Diz o camarada Prestes, para acentuar, no entanto, logo a seguir: “Nessa batalha, somos nós os mais fortes, por maiores que, no momento, ainda sejam as forças brutas do governo, por mais esmagadora que possa ainda parecer sua superioridade sobre as da classe operária e de seus aliados.”.

O inimigo de classe que não é somente a ditadura de Vargas, mas igualmente o imperialismo ianque dispões de todos os meios do aparelho coercitivo do Estado. O terror, a traição, a provação e a espionagem, tudo é posto em ação contra as massas que se radicalizam. Entretanto, nós é que venceremos, é a nós que pertence o futuro.

“Os comunistas – dizia Lênin – devem saber que aconteça o que acontecer, o futuro lhes pertence. Por isto, podemos e devemos associar, na grande luta revolucionária o maior entusiasmo à mais serena e sóbria apreciação dos exteriores da burguesia”.

Camaradas! Saibamos cumprir nosso dever de comunistas, qualquer que sejam as circunstâncias, com simplicidade e naturalidade, com dignidade e firmeza e provemos sempre na prática, com a nossa atitude diante do inimigo de classe que armados com a doutrina do proletariado, com a nossa consciência de classe, mesmo algemados e nos cárceres da reação, somos mais fortes e poderosos do que eles, porque representamos o socialismo que nasce contra o capitalismo que morre. Façam o que fizerem os cães da fila do imperialismo, a vitória é sempre nossa.

Que cada comunista esteja sempre em condições de poder repetir as palavras de Edgar André diante dos carrascos do nazismo: “Militante vivi, militante morrerei, gritando ainda uma última vez: viva o comunismo!”.

POR UM AMPLO TRABALHO DE AGITAÇÃO E PROPAGANDA ENTRE AS MULHERES

1956

Companheiros e companheiras delegados!

Companheiras delegadas fraternais!

Camaradas:

O informe do camarada Prestes constitui uma arma de grande importância no sentido de ajudar nosso Partido a voltar-se para o amplo trabalho de massa entre as mulheres. Sua contribuição para liquidar a subestimação do trabalho do Partido entre as mulheres é considerável. Representa um sério golpe contra o sectarismo em nosso Partido e nos fornece os elementos para uma viragem profunda em todo o trabalho de massas do Partido, bem como no seu trabalho de agitação e propaganda.

O informe do camarada Prestes assinala com vigor o seguinte:

“é indispensável, antes e acima de tudo, incutir em todo o Partido, de cima a baixo a convicção de que constitui uma necessidade imediata e imperiosa despertar para a vida política as grandes massas femininas de nosso povo. Sem a participação ativa da mulher não poderemos jamais falar em democracia, será sempre precário o desenvolvimento da democracia em nosso país e não teremos jamais a ampla frente democrática de libertação nacional, único instrumento capaz de realizar as profundas transformações democráticas exigidas pelos supremos interesses da nação.”

Pois bem, o trabalho de agitação e propaganda do Partido deve exercer um destacando papel no sentido de ajudar a despertar para a vida política as grandes massas femininas de nosso povo, contribuindo para organizar e unir as mulheres num amplo movimento de massas sob a liderança comunista.

Ao examinar com espírito autocrítico nossa atuação no desempenho deste papel podemos perguntar: Quais os resultados de nossa agitação e propaganda em favor dos direitos e reivindicações das diversas camadas da população feminina?

O que podemos responder é que têm predominado a negligência e o desinteresse pela agitação e propaganda entre mulheres.

Que foi feito com a Resolução de março de 1955? Que artigos, folhetos, palestras ou outras iniciativas empreendemos para torná-la conhecida do Partido e de pelo menos uma boa parte das massas femininas?

E imenso o atraso de nosso trabalho de agitação e propaganda orientado para as grandes massas de mulheres do povo brasileiro.

Nossa agitação e propaganda entre as massas femininas é ainda muito geral e pouco convincente, não se relaciona sistematicamente com os problemas específicos e as reivindicações das mulheres.

Falta à nossa agitação e propaganda a capacidade de mobilizar novas formas e meios, capazes de despertar para a ação as grandes massas de mulheres, preocupadas em encontrar uma saída para a terrível situação de injustiça que se encontram.

Nossa agitação e propaganda serve-se de uma linguagem de difícil compreensão, inadequada ao nível de cultura ainda pouco desenvolvido da imensa massa de mulheres, vítimas do analfabetismo e dos preconceitos sustentados para mantê-las na ignorância.

Nossa propaganda escrita é por demais sobrecarregada com o emprego de textos muito grandes, não é diversificada e não pode por isto atingir várias camadas da população por onde se distribuem as mulheres.

Nosso desconhecimento da situação objetiva das mulheres, de suas condições de vida no lar como dona de casa, no emprego, na fábrica ou no campo, a ignorância em que nos encontramos em relação às suas reivindicações específicas e locais e até mesmo em relação às lutas e combates em que vêm se empenhando em todo o país nos dias de hoje, enfim, o desligamento com os seus problemas permanentes ou mais imediatos, do dia a dia, o nosso afastamento das organizações de massa femininas, tudo isto nos leva a uma agitação e propaganda despida do colorido da vida e em consequência pouco ou nada atraente para as mulheres.

Nossa agitação e propaganda, enfim, não é voltada para as grandes massas femininas e, na prática, dado seu caráter sectário, nem mesmo consegue atingir uma parte considerável das militantes comunistas.

Comumente nosso trabalho de agitação e propaganda entre as mulheres só aparece quando há campanhas promovidas em escala internacional ou nacional, quando é preciso enviar delegadas para fora do país ou em campanhas como a da anistia, etc. Não deixa de ser justo, positivo e necessário pôr em ação nossa agitação e propaganda entre as mulheres nessas campanhas.

Mas é evidente que constitui um erro grave o abandono crônico a que está sujeito o trabalho sistemático de agitação e propaganda em torno dos problemas locais e das reivindicações específicas e diárias das mulheres. Agravamos, assim, o nosso desligamento permanente em relação às amplas massas femininas e suas reivindicações mais elementares.

As Militantes comunistas nas organizações de massa femininas concorrem por vezes para um bom trabalho de agitação e propaganda dentro dessas organizações, ajudando a lançar prospectos, folhetos, volantes, questionários sobre a carestia etc. com o que são atingidos certos setores da população feminina.

O trabalho de agitação e propaganda para a Conferencia Nacional da Mulher Trabalhadora em certos casos, por exemplo, revelou-se justo, como aconteceu com o lançamento da convocatória assinada por líderes sindicais e importantes personalidades, bem como com outros materiais que chegaram a despertar grande interesse nas fábricas em São Paulo ou no distrito Federal. Mas de um modo geral este tipo de propaganda tem defeitos tão sérios como aqueles apontados no trabalho de agitação e propaganda do Partido entre as massas femininas.

O Nosso trabalho de imprensa para as mulheres se ressentem das mesmas falhas e debilidades de nossa agitação e propaganda. Além de não atingir as amplas massas de mulheres, nossa imprensa feminina tem uma circulação irregular, sua difusão é diminuta e instável. A única publicação progressista feminina não vai além de 15 mil exemplares.

Sua rede de agentes é quase exclusivamente constituída de comunistas, mesmo assim não ultrapassa a casa dos 200. As dividas acumulam-se nos CC.RR, mais importantes do país como Piratininga e Rio, sem falar no Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia, Minas e outros. Tal situação revela nossa imensa franqueza no terreno da imprensa feminina, fraqueza que se torna necessário reconhecer abertamente e ao mesmo tempo eliminar com rapidez.

Isto é absolutamente imprescindível, a fim de podermos enfrentar com êxito a terrível propaganda derramada pelo imperialismo norte-americano e seus agentes no país através do rádio, da televisão, da imprensa, das histórias em quadrinhos e revistas de cinemas, cuja influência sobre as mulheres, as moças, a infância e a juventude é grandemente perniciosa.

Onde estão as causas das nossas debilidades no trabalho de agitação e propaganda entre as mulheres e em nossa imprensa feminina? Estas causas são várias e não diferem das causas apontadas, que entravam nosso trabalho de massa entre as mulheres.

Mas a causa principal, sem dúvida, reside na subestimação do trabalho entre as mulheres, na indiferença com que o temos encarado até agora no terreno da agitação e propaganda e da imprensa. Pertence ao CC, em primeiro lugar, a responsabilidade por esta situação que agora procuramos resolver, partido de nossa própria autocrítica. Penso, por isso que merece franco estímulo toda a crítica a este respeito aqui trazida pelos camaradas delegados e delegadas a esta Conferência.

A realização com êxito das históricas tarefas hoje colocadas diante da classe operária e de sua vanguarda exige vencer no mais breve prazo possível nossas debilidades na agitação e propaganda entre as mulheres e na imprensa feminina.

É urgente e necessário darmos uma viragem em nosso trabalho nesse terreno, enveredar por novos caminhos, exigidos pelas atuais condições para ajudar a assegurar a vitória do Programa do Partido.

São da maior importância as indicações do informe do camarada Prestes que mostrar ser possível tornar a nossa agitação e propaganda entre as mulheres, de pequena e acanhada que era, num grande e amplo trabalho inteiramente voltado para as vastas massas femininas.

Em que consiste para isso, no momento atual, no terreno da agitação e propaganda entre as mulheres, nosso objetivo principal? Este objetivo consiste em ajudar a despertar a mulher para a luta por sua própria emancipação, em contribuir para mostrar-lhe que a luta por sua emancipação é antes e acima de tudo

e essencialmente, a luta contra a miséria, pela elevação do nível de vida das grandes massas trabalhadoras das cidades e do campo.

Isto não se consegue com generalidades, com palavras de ordem gerais e vazias. Nossa agitação e propaganda deve saber tocar no fundo do coração das mulheres, apontar-lhe o caminho da luta contra a miséria, pela sua emancipação.

Devemos buscar as palavras de ordem que correspondem aos desejos das massas femininas e levantá-los. Nossa agitação e propaganda para as mulheres deve ser simples, combativas, convincente, sugestiva, com poucas palavras. Devemos saber falar às mulheres tão simplesmente como aqueles camponeses do Vale do Rio Doce, quando disseram: "Terra para ter fartura ". O que, por se demais sugestivo, dispensa outras explicações. É necessário levar em conta que não se pode copiar nenhum material de agitação e propaganda.

A vida é por demais rica e variada, para que nos limitemos ingenuamente a fazer transplantações da realidade. Semelhante agitação e propaganda seria burocrata e as grandes massas de mulheres nos voltariam as costas.

Para uma agitação e propaganda correta, penso que nossas militantes precisam ir as grandes concentrações de mulheres, viver entre elas, conhecer a situação concreta das massas femininas em cada região ou localidade, em cada conjunto residencial, em cada fábrica ou fazenda, e ter a capacidade de saber encontrar os meios e formas de despertar as mulheres para a ação pelas reivindicações mais imediatas e sensíveis, pelas liberdades, pela paz e pelo progresso do Brasil.

Os problemas que a nossa agitação e propaganda entre as mulheres deve levantar são a meu ver os problemas da carestia da vida, as dificuldades de moradia, os altos aluguéis, falta d'agua, a difícil situação dos transportes e os aumentos incessantes, a falta de creches, escolas, jardins de infância, a defesa da criança, etc.

Assim, ligados ás amplas massas femininas, sempre lhes poderemos falar em anistia a partir de 1945 e em outras palavras de ordem como esta, e trazê-las para a luta política, jamais deixaremos de saber ligá-la á luta pelas menores reivindicações específicas, permanentes ou temporárias da mulher.

Isto tudo pode ser feito em combinação com a propaganda de pontos específicos do Programa do Partido relacionados com a defesa da mulher e da infância com a mais ampla difusão da Resolução de março de 1955 e de seu programa de reivindicações e a intensa divulgação entre as massas femininas da plataforma de quatro pontos apresentada pelo Partido.

Uma grande agitação e propaganda de massas de mulheres que vivem afastadas de qualquer atividade produtiva, para as grandes massas de donas de casa que vivem a maior parte do tempo no lar, presas aos afazeres domésticos. A elas devemos fazer chegar a nossa voz, nossa agitação e propaganda de massas.

Em vez de esperar que elas venham a nós, é mais acertado irmos em sua procura no próprio lar, utilizando os meios que nos facilitam entrar em contato com elas. Com isso poderemos responder aos monopólios norte-americanos que em sua luta pela colonização do Brasil e pela implantação de uma ditadura militar do tipo fascista em nosso país tudo fazem para isolar dos comunistas as amplas massas femininas, afastá-las de qualquer atividade política, utilizá-las para reprimir a luta de seus maridos, filhos, irmãos ou noivos e prepará-las para a aceitação passiva da escravidão imperialista.

Às donas de casa, no lar, devemos mostrar que somos defensores da família e que lutamos pela liberdade de religião, respeitamos os sentimentos religiosos de todos e a todos estendemos a mão na luta em defesa dos direitos democráticos, em defesa de nossa soberania, contra a miséria e pelo bem-estar do povo.

Não devemos ter medo de utilizar as formas mais elementares de agitação e propaganda. O primeiro elemento indispensável para uma ação eficaz de nossa agitação e propaganda entre as mulheres no sentido de despertá-las para a luta deve ser a clareza e a simplicidade da linguagem, inseparáveis da sinceridade e da força da convicção.

Só venceremos o isolamento da mulher do lar, só transporemos a barreira que lhe antepõe o analfabetismo, se descobrimos os meios e as formas de agitação e propaganda mais acessíveis às massas femininas e de mais fácil difusão.

Ao tratar desta questão, o informe do camarada Prestes nos indica a utilização dos volantes e folhetos elementares, de poucas palavras e poucas páginas, sem textos extensos, com grandes caracteres, fotografias e gravuras sugestivas.

Penso que é urgente utilizarmos novas formas de agitação e propaganda para as mulheres no lar.

Vimos nesta Conferência como foi relatada a experiência da utilização do rádio em Governador Valadares para a propaganda entre as mulheres, na defesa dos seus direitos e organizações. Não será possível também utilizá-los através das novelas, gênero preferido pelas donas de casa no lar? Os Intelectuais e radialistas poderão produzir novelas progressistas que muitas estações de rádio terão interesse em transmitir às suas ouvintes ou que poderão ser difundidas em folhetos e avulsos impressos, publicados nos rodapés da imprensa democrática.

O teatro constitui ao lado da formação dos grupos teatrais de amadores, outra forma de propaganda sensível às mulheres. Com estes meios e outros, simples e elementares, poderão igualmente ser atingidas as mulheres que trabalham fora do lar, não só as operárias e comerciárias, bem como todas as trabalhadoras que aspiram a um salário igual por igual trabalho, as funcionárias e tantas outras, sobretudo as camponesas, cujas condições de existência chegam ao extremo da pior miséria.

Através da organização da simples leitura coletiva de um romance soviético, ou outro romance, de um folhetim popular na imprensa, quantas mulheres não poderão ser atingidas pela nossa propaganda! Devemos ter sempre em conta que as mulheres analfabetas no Brasil são mais de 10 milhões.

Lutamos contra o analfabetismo, trabalhamos pela abertura de cursos de alfabetização para mulheres e pela utilização dos cursos de alfabetização existentes, mas enquanto não se alfabetizarem todas as mulheres, podemos utilizar meios de atingir e educar as massas de milhões de mulheres com uma agitação e propagandas adequadas.

É possível elevar o nível ideológico das mulheres, dar-lhes cursos específicos no partido prepará-las como agitadoras comunistas e propagandistas eficientes. Não é difícil compreender que mesmo as mulheres analfabetas em nosso Partido podem por meios adequados participar do curso de 4 aulas sobre a resolução de março de 1955, do curso de 4 aulas sobre o programa do Partido ou de 3 aulas sobre os Estatutos.

O que se torna necessário, como assinala o informe do camarada Prestes é o melhor preparo de nossas militantes de base para o trabalho de agitação e propaganda oral. São as próprias condições que a mulher enfrenta, vítima de odiosas restrições e sufocadas pelo analfabetismo, que nos devem levar a valorizar a agitação e propaganda oral e a desenvolvê-la ao máximo, visando atingir e arrastar milhões de mulheres para a nossa influência despertá-las para a luta contra a miséria, pela sua emancipação.

É útil destacar a tarefa da divulgação das conquistas já obtidas pela mulher na União Soviética, na República Popular da China e nas democracias populares, explicando as amplas massas femininas, pela propaganda falada ou através de folhetos e fotografias, que a emancipação da mulher nesses países não é, como falsamente apregoam os porta-vozes do imperialismo norte-americano, nem a licenciosidade, nem a quebra de dignidade feminina, mas exatamente aquilo que a mulher brasileira deseja- a libertação da miséria, a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e jurídicos com o homem.

O trabalho de agitação e propaganda entre as mulheres reveste-se de uma importância cada vez maior, em face da necessidade do reforçamento da influência do Partido em um setor tão numeroso e decisivo da população brasileira como as massas femininas. Daí porque, a meu ver, a seção de agitação e propaganda do CC e as seções de agitação e propaganda dos Regionais devem promover reuniões específicas de agitação e propaganda convidando a nelas participarem as agitadoras e propagandistas do Partido, em particular aquelas que integram as seções do trabalho feminino, com o fito de obterem de sua parte uma colaboração mais efetiva.

Um carinho especial deve merecer a imprensa feminina.

A Indicação do informe do camarada Prestes sobre a necessidade do aparecimento em nosso país de jornais e revistas de caráter progressista, dedicadas às mulheres, de leitura fácil e atraente, apresentando soluções para os seus problemas, representa importante contribuição ao desenvolvimento da imprensa para as mulheres.

A possibilidade de publicar amplas reportagens fotográficas, a importância que teria realizar através da imprensa progressista feminina denúncias tão sérias

e comovedoras sobre a situação da mulher como as que ouvimos aqui das companheiras delegadas chegadas de todos os rincões do país, tudo isto seria um enorme passo adiante na luta para libertar as mulheres dos sofrimentos que as afligem e proporcionar-lhes uma vida nova, feliz e diferente da que tem hoje sob regime de latifundiários e grandes capitalistas serviçais do imperialismo norte-americano.

Com isto se poderia igualmente criar e desenvolver uma vasta rede de mulheres, correspondentes da imprensa democráticas feminina, abrangendo desde as donas de casa, ás correspondentes femininas das fábricas, fazendas, usinas de açúcar, repartições públicas escolas, etc.

Precisamos imperiosamente de uma imprensa feminina diferente da que hoje existe, imprensa que pela sua amplitude e extensão, mas 50 mil ou 100 mil exemplares capazes de penetrar nos lares mais distantes, nas favelas e nos mocambos, nas cidades como no campo.

Não será um sonho pensar em termos tão amplos. As condições são tão favoráveis que vale a pena sonhar. Enquanto nos preparamos para a ampliação indispensável da imprensa feminina é preciso simultaneamente enfrentar outras questões e tudo fazermos no Partido para ajudar desde já “Momento Feminino”, responsabilizando-nos em todos os escalões do Partido pelo rápido aumento de sua difusão, pelo pagamento das dívidas, fornecimento de informações, denúncias e reportagens, através de correspondências femininas, etc. ajudar a regularizar a saída do “Momento Feminino” será uma valiosa contribuição à luta da mulher por seus direitos e reivindicações e em consequência à luta geral democrática de nosso povo.

Muito ainda podemos fazer criando, melhorando e reforçando as páginas e secções femininas ou suplementos dominicais em nossa imprensa, a partir da VOZ OPERARIA e “Imprensa Popular”. É possível tomar medidas para um melhor aproveitamento dos jornais sindicais e jornais de empresa e setores e de um modo geral até mesmo da imprensa, do rádio e do cinema, que, sob nossa influencia direta ou não, sempre são sensíveis a muitas das questões que interessam à mulher, tais como a defesa da infância, certas denúncias, etc.

Tudo isto é possível, pode transformar-se em realidade vitoriosa, depende do esforço dos comunistas e das comunistas junto às massas de milhões de mulheres, cujo despertar para a luta pela própria emancipação será o melhor e mais precioso estímulo e garantia à luta de todo o nosso povo pelas liberdades, pela paz e pelo progresso do Brasil.

O fundamento geral da questão agrária no Brasil reside em que o monopólio da terra é a causa do nosso atraso. Abalado ou eliminado esse monopólio, as forças produtivas darão um salto para a frente.

A compreensão teórica do problema exige, porém, o estudo de vários de seus aspectos, entre os quais têm um grande realce os que se referem à renda da terra no Brasil.

Teoricamente, a renda pré-capitalista pressupõe a existência de duas classes: a dos proprietários de terra e a dos pequenos produtores individuais, possuidores de meios de produção e dispendo de alguma independência econômica. A renda capitalista pressupõe a existência de três classes: a dos proprietários de terra, a dos locatários capitalistas que exploram o trabalho assalariado e a dos assalariados que trabalham para estes capitalistas e não dispõem de meios de produção.

As relações agrárias em nosso país envolvem umas e outras classes pressupostas pelos dois tipos de renda – a pré-capitalista e a capitalista. O estudo da renda territorial contribuirá para assinalar o sentido do desenvolvimento de nossa economia agrária e definir que classes sociais e aspectos de renda predominam no campo. Possibilitará também distinguir o sentido histórico em que marcham estas classes, o grau de diferenciação da massa camponesa e os elementos mais gerais para a solução da questão agrária.

É indispensável para isto o exame das relações econômico-sociais sob o ponto de vista da análise da renda da terra, através de cada uma das nossas principais culturas.

I. A Renda da Terra na Cultura do Café

O tipo econômico de exploração agrícola característico da cultura cafeeira é a fazenda do café. Como entidade econômica, a fazenda de café nos apresenta

dois tipos básicos da população rural do país: de um lado o fazendeiro de café, de outro, o colono. São dois tipos antagônicos, que se debatem por entre contradições inconciliáveis, reflexo do predomínio absoluto da propriedade privada dos meios de produção na economia agrária.

Uma das fontes de riqueza do fazendeiro de café reside na apropriação do trabalho suplementar do colono.

Segundo Marx, a renda-trabalho, a renda da terra em sua forma mais simples, é produzida:

"quando o produtor direto trabalha parte da semana num terreno que lhe pertence de fato, com instrumentos que lhe pertencem de fato ou de direito (arado, gado, etc.) e emprega os outros dias da semana em trabalhar no terreno do latifundiário" (O Capital, livro III – cap. 47, II).

No nosso caso, a renda-trabalho produzida pelo colono apresenta-se com as modificações resultantes da época histórica que vivemos, mas isso em nada lhe modifica o caráter. O colono trabalha exclusivamente na terra do senhor. O colono não tem nenhuma terra. Ele apenas consegue trabalhar para si na terra do fazendeiro, assim mesmo quando lhe é concedido o direito de plantar no vão. Algumas vezes lhe é permitido plantar fora, mas ainda aqui nas terras do senhor. Nesse sentido, as vantagens históricas da derrocada do feudalismo não lhe serviam ao menos para gozar do mesmo privilégio do servo que entregava seu supertrabalho ao senhor feudal, consolando-se em trabalhar no pequeno pedaço de chão de cuja propriedade se orgulhava.

A separação entre o trabalho suplementar do colono e o trabalho necessário hoje só é nítida e só se distingue bem quando em determinados dias do ano tem que prestar serviços gratuitos ao fazendeiro de café (corvéia), consertando estradas e cercas, limpando pastos, extinguindo incêndios. No resto, já não se distingue tanto, da mesma maneira como vai se distinguindo menos nos outros tipos de renda pré-capitalista.

Mas não é somente da renda-trabalho que se apropria o fazendeiro quando explora o colono de café. O fazendeiro exige que o colono lhe venda em primeiro lugar os cereais que plantou. Plantando para si mesmo, o colono, colocado aparentemente na posição de produtor independente, além do produto necessário, se apropria, ele mesmo, do produto suplementar, isto é, do excedente do trabalho

necessário à sua manutenção. Pois bem, o produto suplementar do colono (resultante do plantio feito por sua conta) é obrigatoriamente vendido ao fazendeiro que lhe retribui com um preço abaixo do valor do produto suplementar. Nesse caso, o colono entra com uma parte do produto que plantou, o fazendeiro se apropria da renda-produto. É um novo pagamento em espécie que lhe faz o colono, na prática.

A concessão do fazendeiro de café que faculta ao colono plantar na terra da fazenda, tanto quanto a proibição de caçar, pescar, tirar lenha em suas matas, é uma das mais importantes características dos restos feudais nos dias de hoje. O colono que recebeu qualquer parcela de terreno do fazendeiro para plantar está na completa dependência do senhor, tal como acontecia no tempo do feudalismo. Amarrado à miragem desse pedaço de terra, o colono presta serviços gratuitos ao fazendeiro quando limpa os cereais que plantou (pois aqui também limpa indiretamente o cafezal sem nenhuma retribuição), aduba o terreno gratuitamente com o feijão das águas e sujeita-se à interminável exploração do fazendeiro, permanecendo na fazenda, a troco desse precário direito de plantar, que é mais uma condição da miserável servidão que o aniquila.

Por último, o colono contribui com renda-dinheiro para o fazendeiro sempre que lhe paga os carros de cereais ou de lenha, as mudanças, etc. Outra forma de renda-dinheiro é o pagamento de multas. Não tendo o colono outra fonte de dinheiro e só podendo obter dinheiro do trabalho que realiza na fazenda ou dos produtos que planta, sempre que paga dinheiro ao fazendeiro, é como se estivesse trabalhando de graça para ele ou lhe entregando o produto em espécie do seu trabalho. Como vemos, o fazendeiro mantém acorrentado o colono, explorando-o em todos os tipos de renda pré-capitalista. Para que tão odiosas relações não sejam quebradas, o fazendeiro fá-las estipular num leonino contrato escrito, que é o que pode haver de mais monstruoso como atestado das sobrevivências feudais e semif feudais.

Mas a fazenda de café não se circunscreve às limitações insuportáveis do feudalismo. Ela é, também, um empreendimento capitalista no campo. Isto se traduz no fato do colono ser também um assalariado. Não é somente com a renda pré-capitalista arrancada ao colono que o fazendeiro se satisfaz. O colono deverá receber um determinado salário em cruzeiros por determinado número de pés de

café que tratar anualmente. E não é só. Receberá salário também por determinados serviços, isto é, pela colheita do café em coco, pelo café derriçado no chão, etc. Seu salário será a mesada, que recebe de 30 em 30 dias geralmente, quando não atrasam os pagamentos.

O regime do salariato nas fazendas de café é extensivo aos volantes, isto é, aos camaradas e peões, e aos retireiros, carroceiros, etc.

A fazenda de café constitui, assim, um empreendimento de tipo todo particular no campo. De um lado encontra apoio econômico na renda pré-capitalista; de outro lado explora o braço assalariado. Mas a sua principal característica está em que não separa uma coisa da outra. Quando se trata do colono, é tão estreita a relação entre a escravidão do salariato e a da renda-trabalho que basta um único contrato para torná-las inseparáveis. É evidente que são formas de exploração separadas historicamente, mas, num país oprimido e dominado pelo imperialismo, onde o monopólio da terra é lei geral, tornou-se possível sua junção no tempo.

É necessário também destacar que a fazenda de café não é um empreendimento industrial do campo, como é por exemplo a usina de açúcar. O capital empregado na fazenda de café tem a finalidade de desenvolver a cultura do café. Todo o empreendimento industrial para beneficiar o café não tem o valor e a importância que se apresentam quando a matéria-prima é transformada, tal como acontece com a cana e o algodão. A importância das máquinas de beneficiar café é muito menor, desde que o produto é vendido em grão para o mercado externo.

No caso já referido da cana e do algodão é possível tirar lucros com a indústria correlata organizada, num caso para transformar a cana em açúcar e álcool, no outro para descaroçar o algodão e obter os subprodutos.

Aliás, quando se trata da usina de açúcar, a indústria é o único meio de apurar os imensos lucros da lavoura.

Tratando-se da fazenda de café, entretanto, ela por si só basta para reunir todos os benefícios da lavoura nas mãos de um só potentado – o fazendeiro de café. O fazendeiro de café (nisso – e somente nisso – ele é diferente do usineiro) consegue com o emprego do capital, sem a utilização de máquinas para transformar o produto, amealhar uma fortuna fabulosa arrancada ao suor do colono.

Ainda quando empregue máquinas para melhorar o cultivo (e não para transformar o produto), o fazendeiro de café é também um capitalista que emprega seu capital na terra, aluga o braço do trabalhador e ainda lhe suga, como latifundiário, a renda-trabalho, para não falar em toda a renda pré-capitalista. O fazendeiro de café é dono de sua terra, que ele mesmo explora, sem jamais entregá-la a um locatário capitalista, salvo em certas circunstâncias. A mais-valia do assalariado é absorvida por ele diretamente. Tratando-se da renda pré-capitalista, na fazenda de café deveríamos estar em presença de duas classes: a do fazendeiro de café (proprietário da terra) e a do pequeno produtor com seus meios de produção e quase independente economicamente. Entretanto, o colono, via de regra, não dispõe dos meios de produção nem é livre economicamente. É em parte ligado à terra (principal meio de produção), planta em ruas puladas o seu cereal, ao mesmo tempo que aluga a sua força de trabalho, cede a sua mais-valia.

Se houvesse um locatário capitalista entre o fazendeiro de café (dono da terra) e o colono ou o camarada, o peão ou qualquer assalariado da fazenda, estaríamos diante do caso da renda diferencial (renda capitalista) e o fazendeiro receberia renda absoluta.

Mas esse locatário capitalista, regra geral, não existe nas fazendas de café. O fazendeiro é ao mesmo tempo latifundiário e capitalista. Como latifundiário ele se apropria da renda-trabalho e de toda a renda pré-capitalista. Como latifundiário, sem nenhum intermediário capitalista, ele se apropria de toda a renda da terra, inclusive da renda que deveria ser absorvida pelo capitalista intermediário se houvesse. Como é ele próprio o capitalista, o que investe o capital na terra, paga salário, etc., a renda resultante do trabalho do assalariado, bem como o lucro médio, isto é, a quota de lucro médio, tudo ficará para ele. Isto quer dizer que um fazendeiro de café como latifundiário e capitalista se apropria como único senhor de toda a renda da terra, da renda capitalista desde a absoluta à diferencial, da renda pré-capitalista e de todo o lucro do capital.

Em sua Economia Política, Leontiev, citando Lênin, diz que:

"A teoria da renda pressupõe que toda a população agrícola tenha sido dividida completamente em latifundiários, capitalistas e trabalhadores assalariados. Este é o ideal do capitalismo, mas não significa a realidade".

E Leontiev acrescenta em seguida, com palavras suas:

"Na realidade as coisas são muito mais complicadas. Não obstante, a teoria da renda mantém toda a sua força, mesmo nas mais complicadas circunstâncias. Acontece freqüentemente na sociedade capitalista que o latifundiário não arrenda a sua terra a outrem mas aluga ele mesmo sua terra a trabalhadores assalariados para que nela trabalhem. Ele se torna, então, a um só tempo, latifundiário e capitalista. Como proprietário, ele recebe a renda, e, como capitalista, o lucro do capital invertido. Neste caso, renda e lucro vão para o mesmo bolso". – (Leontiev, Political Economy – International Publishers – Nova York – Cap. VII – pág. 150)

Não cabe aqui a objeção de que isto se passa em país capitalista, pois, embora o Brasil seja um país subdesenvolvido, semicolonial e semifeudal, já vimos que toda sua história é parte da evolução da economia capitalista mundial e sob esse aspecto não foge às suas leis.

Além do mais esse próprio fenômeno, característico das fazendas de café, é mais uma demonstração do caráter semicolonial e semifeudal do país. Só num país de fortes revivescências feudais seria possível, numa só peça, a junção de dois elementos tão opostos como o latifundiário e o capitalista, para uma exploração tão brutal como a das fazendas de café. E só em tais condições seria possível, ao lado de tal fenômeno, processar-se outro, em sentido inverso, mas igualmente curioso: o do colono explorado, que reúne, a um só tempo, no mesmo elemento, o homem "liberto" dos meios de produção, o assalariado, e o homem jungido às formas de exploração feudais e semifeudais, produzindo renda-trabalho, percorrendo toda a gama da renda pré-capitalista, produzindo renda diferencial e absoluta e enchendo o fazendeiro de lucros. Escravo ao mesmo tempo do regime do salariedade e do feudalismo, não é proletário e ao mesmo tempo o é; não é um servo e ao mesmo tempo o é. A condição para que se afirme como proletário, ainda quando sujeito a um contrato com o fazendeiro, é que receba o seu salário em dinheiro. Isto, porém, nem sempre acontece. Dado que a produção de café é mais destinada ao comércio exterior e a servir aos interesses do imperialismo e dos grandes fazendeiros, pouco contribui para o desenvolvimento do meio circulante no campo. O fazendeiro prefere fazer correr o seu dinheiro nos centros urbanos. Para o colono reserva o vale, um pedaço de papel, o bororó, o cascudo, complemento da instituição do armazém ou do barracão, remanescente do feudalismo, que aniquila de vez o caráter "livre" da força de trabalho do colono.

O colono situa-se assim na condição de um semiproletário.

Uma tal situação, influenciando em prejuízo do nosso desenvolvimento geral e contribuindo para entravar as forças produtivas, vem mostrar com clareza a força da renda pré-capitalista em todas as nossas relações agrárias.

Mas, seria falso não acentuar que, no estágio de desenvolvimento em que nos encontramos, a renda capitalista, seja a absoluta, seja a diferencial, constitui já parte sensível na exploração no campo.

É evidente, como já vimos para o caso das fazendas de café, que a renda capitalista não corresponde à coexistência de latifundiários, locatários capitalistas e assalariados agrícolas como classes independentes. Nesse caso, aqui, a renda capitalista constitui um reforço da classe dos latifundiários e da fabulosa fortuna que acumularam.

O fazendeiro de café, por exemplo, acumula todas as formas de renda pré-capitalista e mais a renda capitalista absorvida para si, amalhando uma riqueza individual considerável (gasta nos grandes centros urbanos), geralmente não concorrendo para qualquer passo adiante na economia agrária ou para a elevação total da fazenda à categoria de um empreendimento capitalista do campo, restringindo a circulação de mercadorias e o incremento do valor de uso e de troca, impondo às forças produtivas entraves feudais insuportáveis.

A renda capitalista, todavia, significa penetração do capitalismo no campo.

Isso quer dizer que, apesar de tudo o que resta de feudal na fazenda de café e de todo o fator de atraso que isso ainda representa, ela constitui também uma penetração capitalista no campo.

Para onde evoluirá? Esta é uma questão importante se quisermos analisar o sentido do desenvolvimento de nossa economia agrária e buscar as leis por onde nos deveremos reger para apressar e aprofundar a solução da questão agrária.

Sob a pressão da luta de classes no campo, os fazendeiros não ocultam sua inquietação diante do aguçamento das contradições entre as atuais relações de produção e as forças produtivas.

Os colonos lutam cada vez mais, intensificando a resistência à terrível exploração dos fazendeiros.

As lutas dos colonos têm se travado em torno das reivindicações específicas do proletariado, dada sua situação de semiproletários. Isto quer dizer que estando sujeitos a formas de exploração semifeudais e capitalistas, os colonos vêm exigindo as reivindicações que decorrem de sua exploração como assalariados. As greves que têm desencadeado reivindicam aumento nas colheitas, aumento nos contratos, na carpa, na derriça, pagamento de férias, de salários atrasados e assim por diante. Nesta luta são acompanhados por todos os outros assalariados das fazendas de café.

Quando a resistência dos colonos se manifesta através das greves, torna-se visível pela recusa a aceitar os onerosos contratos dos fazendeiros. Os colonos abandonam as fazendas e procuram novas regiões, novas zonas onde empregar a sua força de trabalho. Nisso são tentados pela concorrência do salário industrial nas cidades, mais elevado que os salários no campo. As cidades constituem em si um grande foco de atração. E onde surgem terras mais férteis há sempre a possibilidade da afluência dos colonos, como dos camponeses em geral, esperançosos num rendimento agrícola maior.

A crescente resistência dos colonos tem provocado diferentes reações nos fazendeiros. O contrato já não tem a mesma solidez que garantiu a fortuna dos velhos fazendeiros das primeiras décadas da República, na fase que precedeu o craque de 1929. Torna-se difícil manter essa solidez, por força dos golpes desferidos com as lutas dos colonos e em consequência de novas circunstâncias materiais. Até mesmo manter o sistema de fiscalização do trabalho do colono, tão característico da fiscalização do senhor feudal sobre o servo, encontra obstáculos maiores. E já não surte efeito a ação dos capangas armados, resto da ordem feudal, ou a brutalidade da polícia, fruto da ordem capitalista.

O colono como fenômeno da importação de braços do estrangeiro para a lavoura cafeeira, que da parceria, onde entregava a renda-produto ao fazendeiro, passou para a condição de semiproletário, empreende sua trajetória para o proletariado rural. Fugindo da renda-trabalho, procura o salariato, ou melhor, nele é atirado, perdendo toda e qualquer ilusão de tornar-se arrendatário, sitiante, produtor direto independente. Até aqui sua sorte não diferia daquela dos volantes, camaradas ou peões, senão numa permanência um pouco maior nas terras

da fazenda, com os olhos fitos no plantio do vão. Mas ele será cada vez mais erradicado da terra. O monopólio da terra comprimiu-o, esmagou-o. Daqui por diante, o colono lutará cada vez mais pelas reivindicações proletárias.

Os fazendeiros que não se conformam com a perda da renda pré-capitalista lutam por estabelecer um tipo único de contrato para o colono, querem estabilizá-lo na condição de escravo ou de servo, reclamam um código rural drástico, uma espécie de fôrma bem apertada de onde o colono não possa sair. Estes são os piores cegos. São os que não querem ver que o colono não poderá ficar sujeito a "leis eternas". Outros acenam com a volta ao regime da meação. Há grandes fazendeiros que diante da recusa do colono às asfixiantes condições dos contratos, entregam seu café à meia, contentando-se com a renda-produto, obrigados a renunciar em parte às vantajosas limitações que lhes dá o regime semifeudal, semi-proletário do colonato.

Mas há também os que tendem para novas formas de exploração através do regime do salariado. Estes pensam resolver a situação pelo caminho do capitalismo. Sentem o fim do regime semifeudal do colonato. Inclina-se por isso a substituir a enxada primitiva pela enxada mecânica ou pelas carpideiras. Propõem-se a só contratar assalariados. Daí decorre algo de novo. As condições materiais estão gerando um novo tipo rural. Surge a figura do empreiteiro, trabalhador assalariado para a carpa, a derriça, o trato do café, a abertura de covas, a formação do café. Em alguns lugares já este novo tipo rural é chamado de empreiteiro anualista, recebe em dinheiro pelas tarefas que executa, tem assegurado o seu dia de serviço por uma determinada quantia em dinheiro. Muitos colonos passam a esta categoria.

Estamos, assim, em face do empreiteiro individual, do assalariado agrícola destinado a substituir o colono, a encerrar o regime misto do salariado e da renda pré-capitalista, para, em seu lugar, colocar o salariado. Nas zonas novas, a figura do empreiteiro individual já tem um alcance mais amplo, renunciando a extensão com que passará a ser utilizado daqui por diante, sem nunca, porém, anular o terrível grau de exploração a que serão sempre submetidos os trabalhadores do campo, enquanto perdurar o monopólio da terra. Por meio de contratos verbais, já se empregam empreiteiros individuais a troco de míseros salários para derrubar, roçar, covear, ganhando em dinheiro por alqueire. A liberdade de que gozam

para alugar sua força de trabalho leva-os a se endividarem com os comerciantes para comprar as ferramentas e garantir as primeiras despesas na terra, e é assim que começam, acorrentados ao capital usurário, depois de terem emigrado de outras zonas, sobretudo de Minas.

Tal regime de empreita individual de serviços cria, entretanto, novos perigos para o fazendeiro, perigos que tanto tem procurado evitar. O primeiro deles é a ameaça de estender ao campo a legislação trabalhista, reivindicação que já começa a tornar corpo. Para fugir a este espantinho e assegurar a instabilidade do trabalhador agrícola, o que lhes faculta escapar à legislação, os fazendeiros recorrem a outro tipo de empreiteiro, que empreita o trato de tantos mil pés de café ou a carpa do cafezal e, em caso de zonas novas, empreita derrubar e roçar a mata, covear, etc. Para isso contrata o peão e lhe paga por dia (livre) ou desconta a comida.

O empreiteiro de turmas que empreita a derrubada da mata, roçar e covear com turmas de trabalhadores (peões) nas zonas novas nada tem a ver com o empreiteiro individual. Aquela tipo de empreiteiro conhecido no norte do Paraná como gato, pelos passes de mágica que faz para roubar o trabalhador, é um intermediário capitalista do campo, aliado ao latifundiário e ao capital comercial e usurário. Explora turmas de trabalhadores de 10 até 40 homens, a quem paga salários miseráveis e a quem rouba com o fornecimento de víveres. A figura do empreiteiro das derrubadas das zonas novas é inseparável da figura do peão, que é o verdadeiro assalariado individual, nesse caso. O empreiteiro desse tipo suga a mais-valia do peão e é daí que provém o seu lucro, com o que poderá chegar a ser sitiante e até fazendeiro rico. Sem dúvida, é um aventureiro que não deixa de ter contradições com o latifundiário que o contrata, mas na maior parte, poderíamos dizer na totalidade das vezes, é um agente do latifundiário, aliciando o peão assalariado para a empreitada estafante de desbravar o terreno, derrubar a mata, preparar as condições para a exploração da futura fazenda. Isto se fará seja pelo trabalho assalariado, através do sementeiro, trabalhador por conta do fazendeiro, que ganha salário para semear em cada cova, ou através do formador de café individual, (misto de sementeiro e formador às vezes) também ganhando salário, e cuja missão é entregar ao fazendeiro o café formado.

O formador de café (individual) não passa de uma espécie de colono adaptado às condições das zonas novas, onde, depois de derrubado o mato, roçado e coveado, é preciso plantar o café.

O formador de café (individual) não é um tipo rural destinado a substituir o colono com o salariato e não se confunde com qualquer dos 2 tipos de empreiteiros já analisados (o individual ou o de turmas). O formador de café (individual) tem contrato por prazo fixo (4 anos). Ganha em dinheiro de acordo com o contrato, por covas de café, mas sujeito como colono a formas semifeudais de exploração, sugado em sua renda trabalho, obrigado a consertar estradas e a formar pasto sem nada receber para isto, e com um aparente direito a ter criação e mangueirão, direito que jamais lhe é concedido pelo fazendeiro. Por último, quando o café está formando bem, o fazendeiro tudo faz para jogá-lo fora da terra e o consegue por meio de pirraças ou pela violência, sem aguardar o término do prazo de 4 anos do contrato.

Daí em diante o fazendeiro continuará a explorar o colono ou o empreiteiro individual que venha a substituir o colono no trato e na colheita do café.

O esboço deste quadro é de inestimável valor, porém, para se compreender que a desintegração do regime do colonato e sua passagem ao salariato pela via do empreiteiro não significa a eliminação dos restos feudais e do capital usurário, a liberdade para o trabalhador do campo e o melhoramento de suas condições de vida. Os fazendeiros realizam esforços desmedidos para fazê-lo crer, mas o aumento do êxodo rural, o crescimento da fome e da miséria no campo são um testemunho em contrário.

É evidente que este caminho não leva à emancipação do colono e apenas modifica a forma de exploração, sem levar a uma profunda modificação nas relações de produção, só possível com a quebra do monopólio da terra.

A evolução do colonato para empreiteiro individual ou para o sistema do empreiteiro com turmas de peões a seu serviço exige outras considerações. O empreiteiro individual é mais "livre" que o colono, é um assalariado desligado dos meios de produção. Toda a forma de serviço de empreita individual ou da empreita por turmas implica o divórcio do assalariado com os meios de produção, a fim de tornar "livre" sua força de trabalho. Em face do contrato, das obrigações

de caráter semifeudal e dos encargos da família que com ele compartilha dos deveres para com a terra e o senhor da fazenda, tem o colono menos liberdade de escolher o patrão do que o volante, o camarada, o peão, o empreiteiro individual mais habituados a pôr o saco nas costas e a alugar sua força de trabalho onde melhor lhes aprouver. Isto constitui sensível diferença entre o primeiro e os segundos e dá a estes últimos uma espantosa mobilidade e uma instabilidade jamais vista.

Tudo isso, porém, se pode facilitar a substituição do colono pelo empreiteiro, não determina e não pode determinar o desaparecimento do velho tipo rural do colono, destinado a coexistir com o empreiteiro enquanto existirem zonas novas onde a fertilidade da terra compensar a ausência dos adubos e dos meios mecânicos e fizer esquecer o rigor dos contratos. Além do mais, o tipo rural do empreiteiro mal começa a desenvolver-se. A maior parte das fazendas de café (88%) continua a ser tocada por colonos e é isso mais uma prova da força dos restos feudais.

Do ponto de vista da análise teórica da renda territorial, o aparecimento do empreiteiro não altera a condição de latifundiário e capitalista do fazendeiro de café. O novo tipo rural do empreiteiro é apenas a mais recente aquisição do latifúndio em aliança com o capitalismo, num país cuja agricultura é ainda um apêndice do imperialismo americano. Explorando o empreiteiro, o fazendeiro continua a absorver todo o lucro e toda a renda da terra, da renda pré-capitalista à renda capitalista. Quando contrata o empreiteiro individual, o fazendeiro, sem intermediário capitalista, se apropria de toda a renda da terra. Quando contrata o empreiteiro por turmas, surge um intermediário capitalista, que logo é afastado, assim que termine o serviço empreitado, dispersando-se os peões em busca de novos mercados para a sua força de trabalho. A exploração por parte do fazendeiro continua então sob as mais variadas formas, não importando se é feita com a utilização de colonos ou outros trabalhadores. Em nada disso se modifica a propriedade da terra, o fazendeiro continua sendo o único apropriador de toda a renda.

Isto se dá também em face de outro tipo de empreiteiro, comum nas zonas novas. Trata-se do empreiteiro formador de café, que não se confunde com o formador de café individual, assalariado, que tem contrato com o fazendeiro no máximo por 4 anos.

O empreiteiro formador de café difere do formador de café individual, por não ser um assalariado como este, cuja condição, como já vimos, mais se aproxima à do colono. Pelo fato de não ser um assalariado, o empreiteiro formador de café também nada tem de parecido com o empreiteiro individual, de quem difere radicalmente. Entretanto, no que diz respeito ao empreiteiro por turmas, o empreiteiro formador de café tem semelhanças mas apresenta também diferenças radicais. O empreiteiro formador de café tem a seu serviço turmas de peões como o empreiteiro por turmas. Um e outro alugam, portanto, força de trabalho. Um e outro têm que empregar capital. Trata-se de capitalistas do campo. Um e outro têm que manter determinadas relações com o fazendeiro. Aqui começam as diferenças. O empreiteiro por turmas alicia trabalhadores, recebe do fazendeiro uma determinada quantia em dinheiro pela empreitada que assume. Ele é um agente do fazendeiro, explora os peões, arranca-lhes a mais-valia, tira daí o seu lucro. Empregando o empreiteiro por turmas, o fazendeiro utiliza um intermediário, uma espécie de funcionário seu, que também tem capital, que também explora através do capital comercial e da usura, através do buteco e do fornecimento. Isto é uma forma de empregar capital na terra (derrubar o mato, roçar, covear, etc.). O emprego deste capital, com o empreiteiro como intermediário, reverterá mais tarde em forma de renda diferencial e absoluta, de mistura com a renda pré-capitalista, assim que a fazenda começar a produzir para o seu único e exclusivo proprietário – o fazendeiro.

Com o empreiteiro formador de café é diferente. Ele não é um agente do fazendeiro. Ele é um capitalista que recebe a terra do fazendeiro para derrubar, roçar, covear, semear, formar o café, tratar o café até às primeiras colheitas. Para isso o empreiteiro formador de café realiza um contrato por 6 anos com o fazendeiro. É evidente que se não tivesse capital não poderia fazer este contrato. Com o capital que possui o empreiteiro formador de café paga os salários dos peões e trabalha a terra. Portanto, quem investe capital na terra é o empreiteiro formador

de café, que se comporta como um locatário capitalista, embora sem pagar qualquer aluguel ao fazendeiro durante os 6 anos do contrato. O fazendeiro, com isto, dispensa o empreiteiro formador de café do aluguel da terra, para que este capital seja diretamente empregado na terra. O fazendeiro não sofre nenhum prejuízo com este sistema, uma vez que, depois de 6 anos, a terra volta às suas mãos com o café plantado, as colheitas anuais e todas as benfeitorias. Quer dizer: depois de 6 anos sem receber aluguéis, o fazendeiro receberá a terra com os aluguéis e o capital empregado, apropriando-se ainda mais de toda a renda. O empreiteiro formador de café emprega seu capital na terra, contando nos 6 anos de contrato tirar o máximo, isto é, o fruto de 3 colheitas de café (a primeira aos 4 anos, a segunda aos 5 e a terceira aos 6), e a renda e o lucro do trabalho dos peões a quem paga o salário. Todo o interesse do empreiteiro formador de café está na prorrogação dos contratos e luta por isso para que os contratos de 4 anos se estendam a 6. O fazendeiro procura reduzir o tempo de permanência do empreiteiro formador de café na terra, para começar mais cedo a receber a renda e o capital invertido na terra. Procura, assim, reduzir o número de colheitas que o empreiteiro formador de café reivindica como recompensa do capital empregado, e, nos atuais contratos, encurtados para 4 anos, suprime automaticamente duas colheitas. Na base das relações entre o dono da terra e o empreiteiro formador de café estão profundas contradições, cujas raízes mergulham no monopólio da terra. O empreiteiro formador de café pode apenas ter como sua a terra num curto espaço de tempo de 6 anos. Depois disso terá que abandoná-la e recomeçará pelo mesmo caminho em novas terras à espera das derrubadas. Raramente o empreiteiro formador de café alcançará a posse com o fruto das primeiras colheitas do café por ele formado. Pior, entretanto, é a situação do peão, o verdadeiro criador de toda a riqueza das zonas novas do café, e cuja força de trabalho é a fonte de toda a renda e lucro do latifundiário. O peão, explorado pelo empreiteiro formador de café, vegetará todo o tempo na terra e nem ao menos terá a sensação da posse provisória que o fazendeiro concede ao intermediário capitalista.

Esboçado o quadro da apropriação da renda territorial, capitalista e pré-capitalista, pelo fazendeiro de café, misto de latifundiário e capitalista, podemos passar ao problema da renda obtida do trabalho do proletariado agrícola e do semiproletariado no campo.

II. A Renda da Terra na Cultura da Cana

A usina de açúcar e a fazenda de café, constituindo dois tipos clássicos da penetração do capitalismo no campo (nas condições particulares do desenvolvimento histórico do Brasil) não se confundem. É manifesta a superioridade da usina de açúcar sobre a fazenda de café como empreendimento capitalista.

Esta superioridade advém de que o usineiro não se limita como o fazendeiro de café ao emprego do capital na terra ou nas máquinas e meios que melhoram a terra. O usineiro de açúcar antes de mais nada emprega o seu capital nas máquinas que transformam a cana em açúcar. O usineiro é um industrial do campo, o que não acontece com o fazendeiro de café. Sem dúvida a condição de industrial, como veremos, não lhe tira a de latifundiário, mas sua razão de ser está no capital que emprega nas máquinas, na usina. Nesse sentido, a usina encarna com nitidez a união entre a agricultura e a indústria.

Como empreendimento capitalista a usina exige o trabalhador assalariado, independente dos meios de produção, apto a alugar sua força de trabalho. Trata-se do mecânico, do foguista, do eletricitista, do assalariado da moenda e da destilaria, de toda uma legião de operários recrutados dentre os melhores trabalhadores da lavoura ou importados das cidades mais próximas.

Sugando a mais-valia desses operários, o usineiro consegue reunir seus imensos lucros. Até aqui não se trata da renda da terra, e só do lucro industrial. A renda territorial começa a vir para o usineiro quando à usina este acrescenta as enormes plantações de cana de sua propriedade. A expansão da usina pela terra, visando o plantio da cana para o seu abastecimento, leva-a sobretudo no sul do país à criação de outras lavouras (café, arroz, algodão), sem o que não tiraria o máximo da renda territorial. O usineiro, sendo ao mesmo tempo um latifundiário, explora em suas terras o colono do café, o arrendatário do algodão e do arroz e nisso não difere do fazendeiro de café ou qualquer outro latifundiário, nem se afasta da regra geral das formas de exploração semifeudais, das limitações de toda a ordem, da manutenção de polícia própria, da utilização do vale e do barracão, meio pelo qual sujeita o trabalhador ao capital usurário e cerceia a circulação do

dinheiro. Vai assim para as mãos do usineiro toda a renda pré-capitalista tal como para o fazendeiro de café. E quando se trata da plantação da cana, as relações econômico-sociais não são de ordem muito diferente. O colono da cana, tal como o colono de café, é um semiproletário amarrado aos contratos, consumindo suas energias para que o usineiro lhe arrebate o trabalho suplementar, a renda-trabalho, a renda-produto, toda a renda pré-capitalista. Suga-lhe também a mais-valia. Os restantes serviços nas plantações de cana na usina são por meio de empreitada e a figura do empreiteiro é aí comum. Os formadores de cana (como os formadores de milho e arroz), os cortadores de cana, os que realizam serviços de carga, transportes, etc., são empreiteiros individuais, recebem salário por empreitada. A categoria do empreiteiro é inteiramente identificada à dos tratoristas e dos trabalhadores da usina, assalariados de quem o usineiro rouba a mais-valia, e cujas lutas são desencadeadas em torno de reivindicações específicas do proletariado (salários, férias, etc.).

Isso não exclui que a terra seja entregue em certas plantações ao arrendatário da cana, tipo de pequeno arrendatário a porcentagem, sujeito à exploração da renda-produto. Mas o tipo rural do empreiteiro predomina nas plantações de cana dos usineiros do sul, levando de vencida o colono que em muitas plantações de cana das usinas não mais existe, e tomando o lugar a outros tipos rurais.

O fato de o usineiro ser um empresário agrícola assalariando o braço trabalhador indica que, além do lucro que ele tira do trabalho dos operários da usina, obtém uma renda proveniente do maior ou menor rendimento que o trabalhador agrícola obtém nas terras da usina com o plantio da cana. Esta é a renda diferencial. Mas, como proprietário da terra monopolizada por ele, o usineiro ainda se apropria de uma parte da mais-valia excedente do lucro médio. É a renda absoluta. Tudo isso deve ser somado à renda pré-capitalista absorvida com a exploração de outros tipos rurais que emprega, como no caso do colono da cana.

Outra maneira característica do usineiro de açúcar se apropriar da renda pré-capitalista, ao contrário do fazendeiro de café que tira esta renda especificamente do colono, está na exploração que faz do fornecedor de cana dependente, sem-terra. Ele é um arrendatário da cana, trabalhando na terra da usina, pagando uma renda que no Nordeste corresponde de 15 a 30% da produção bruta de canas.

O usineiro apodera-se da renda-produto proveniente do trabalho suplementar do arrendatário da cana.

Mas o fornecedor de cana poderá ser independente, uma vez que possua terra própria, não pertencente à usina. Nesse caso são inteiramente diversas as relações entre ele e o usineiro.

O fornecedor de cana independente tem transação com o banco, tem crédito, tem que ter capital e em geral pega o maior comerciante para fornecedor de seus trabalhadores, isto é, para fornecer-lhes alimentos, ferramentas, etc. Às vezes, o fornecedor de cana reside na cidade; outras vezes, é também comerciante; outras vezes ainda, em suas terras, também planta café. Entre os que nela trabalham figuram arrendatários, pagando não raro 50% da produção bruta ao dono da terra, o que corresponde a uma renda tão elevada como a meia.

O fornecedor de cana independente é o capitalista do campo que emprega seu capital na cultura da cana e que arranca do arrendatário a renda-produto ou do trabalhador rural a mais-valia, que lhe faculta a renda diferencial, segundo o maior ou menor rendimento agrícola por alqueire, O fornecedor de cana independente (independente de nome) é um camponês rico (um fazendeiro rico se quisermos) explorando o camponês dependente e o trabalhador agrícola.

No Nordeste e em outras regiões açucareiras do país é um tipo rural importante. Seus interesses estão em choque com os dos usineiros, que o procuram subjugar e explorar.

O fornecedor de cana independente travou a mais extensa e prolongada luta contra o usineiro no Nordeste, mas teve de perder a condição de fornecedor dos próprios engenhos e banguês. Hoje está rebaixado à condição de fornecedor de cana e nesse sentido se pode dizer que perdeu realmente a antiga independência, agora limitada apenas à posse da terra. O aparecimento da usina de açúcar, constituindo uma forma de penetração do capitalismo no campo, abalou a antiga classe dos senhores de engenho e bangueseiros no Nordeste e fendeu com isso a solidez do seu patriarcalismo.

A circunstância de possuir capital e crédito no banco, em nada, porém, consolida as posições desses fornecedores de cana. O usineiro se afigura como a

força maior; arrebatou as terras a muitos deles e ainda os comprime e ameaça, fazendo-lhes perigar os restos de independência.

Em seu socorro esses fornecedores de cana contam somente com o Estatuto da Lavoura Canavieira.

Enquanto a tendência da usina é a concentração agrícola-industrial, tendência nítida da penetração capitalista no campo, que assegura a vitória da indústria sobre a agricultura, sem entretanto eliminar os restos feudais, o Estatuto da Lavoura Canavieira se opõe a essa concentração. Estabelecendo a separação entre a atividade agrícola e a indústria, reservou para os fornecedores de cana independentes um certo número de quotas de fornecimento às usinas, com o objetivo de evitar a expansão da usina sobre a totalidade das terras dos fornecedores, fadados ao desaparecimento.

No jogo das contradições que a usina suscitou no campo, o Estatuto da Lavoura Canavieira desempenha o papel de um instrumento de defesa dos fornecedores de cana, antigos senhores de engenho, numa clara manifestação da força que ainda têm na superestrutura do país os restos das classes dominantes do sistema pré-capitalista.

Criando, porém, o regime de quotas para impedir o aniquilamento desses fornecedores de cana, o Estatuto da Lavoura Canavieira forneceu ao usineiro exatamente a arma de que precisava para aniquilá-los.

É com o cabresto das quotas que o usineiro domina e explora o fornecedor de cana. Mas, ao mesmo tempo, lhe completa a asfixia manejando esta outra arma – a balança, que o rouba no peso e lhe reduz a independência.

Os aspectos dessa luta se complicam com as contradições entre o expansionismo das usinas de açúcar do Sul em luta contra as limitações que favorecem as usinas do Nordeste. Mas passemos de largo sobre essas contradições. Voltemos aos aspectos que interessam no estudo da renda da terra na cultura da cana.

O usineiro apropria-se do lucro e de toda a renda capitalista e pré-capitalista resultante do trabalho dos tipos rurais da cana. O fornecedor de cana dito independente, resto da antiga classe dos senhores de engenhos, fazendeiro rico

da cultura de cana, apropria-se de todo o lucro e de toda a renda dos que trabalham em suas terras. O fornecedor de cana, porém, não tem a usina. Ele é obrigado a fornecer seu produto ao usineiro. O caráter monopolista da usina, a força do capital invertido em suas máquinas, a extensão territorial de sua propriedade a que se incorporam sempre e cada vez mais novas áreas, tudo isso assegura a superioridade da usina sobre o fornecedor de cana neste combate desigual. É assim que uma parte da renda dos lucros absorvidos pelo formador de cana vai para as mãos do usineiro que, por esta forma, se apodera de uma parte da mais-valia e da renda produzida pelos trabalhadores nas terras do fornecedor. Quando a última resistência do fornecedor de cana for vencida, já não restará aos trabalhadores nas terras do antigo fornecedor outro recurso senão o da exploração direta pela usina. O monopólio da usina sobre a produção e sobre a terra é um sério fator de encarecimento do produto e de aniquilamento das forças produtivas.

A análise teórica da renda territorial no caso da fazenda de café e da usina de açúcar, servindo para estabelecer pontos de contato e diferenças entre uma e outra, nos leva, entretanto, a mostrar o papel importante da renda pré-capitalista, sobretudo nas fazendas de café, onde a composição orgânica do capital é mais fraca do que nas usinas. Isso fortalece a convicção de que os restos feudais predominam em nossa economia agrária e encontram sua principal fonte no monopólio da terra, tão fortemente apoiado pelo imperialismo para facilitar seu domínio sobre toda nossa economia e o nosso povo. Não obstante, já há penetração capitalista no campo, e ela se manifesta na renda absoluta ou diferencial produzida pela exploração da mais-valia do proletariado e semiproletariado rurais.

III. A Renda da Terra na Cultura do Algodão

Vejamos em seguida o que se passa na cultura do algodão, que tipos de renda aí predominam, até onde se estendem os restos feudais, até que ponto existe uma penetração capitalista, até onde o monopólio da terra facilita o domínio do imperialismo.

A cultura do algodão é feita à base do arrendamento da terra, que cria o tipo rural do arrendatário e estabelece na lavoura algodoeira relações econômico-sociais de tipo inteiramente diverso das da fazenda de café ou usinas de açúcar.

O latifundiário se apropria da renda-produto na lavoura do algodão quando em troca de produtos arrenda a sua terra ao pequeno arrendatário, ao arrendatário pobre, que não pode tocar mais de 4 alqueires com a sua família e que não pode contratar nenhum trabalhador para ajudá-lo. O tipo rural do arrendatário pobre sujeita-se a contratos tão extorsivos quanto os do colono do café. Ele entrega o seu produto suplementar ao latifundiário, a maior parte sob forma de renda-produto, o resto sob a forma de trabalho, renda-trabalho.

Lênin caracteriza a renda-produto dizendo:

"A próxima forma de renda é a renda em espécie (Productenrende) quando o produtor direto produz na terra que ele mesmo explora e dá ao latifundiário o total do produto suplementar em espécie. O produtor aqui se torna mais independente e obtém a possibilidade de adquirir através de seu trabalho certa quantidade de produtos acima de suas necessidades" (The Development of Capitalism in Russia – International Publishers, Nova York – 1943 – pág. 103).

O arrendatário pobre da lavoura do algodão, incluído nessa categoria de produtor direto que paga ao latifundiário renda-produto em troca da terra, é o tipo de arrendatário a porcentagem.

Mas ele não está excluído de entrar com a renda-trabalho para o latifundiário, isto é, com o trabalho suplementar, acima do que lhe é necessário. É por isso que nos contratos de arrendamento se estabelecem cláusulas tipicamente feudais, como a prestação de uma diária de serviços por alqueire arrendado e isso, sem nenhuma remuneração, para consertar estradas, além da obrigação de plantar capim, fazer aceiros na mata e outros trabalhos gratuitos.

Nesse sentido, a servidão do arrendatário a porcentagem em nada difere daquela do colono e é tão séria que o arrendatário não pode vender seus produtos livremente no mercado; e, não raro, fica sujeito ao regime de cadeado ou correntes nas porteiras e à vigilância dos capangas do latifundiário.

Encontramos nessas terríveis condições do arrendatário a confirmação das palavras de Marx:

"Conquanto a renda-produto seja a forma imperante e mais desenvolvida da renda da terra, estará mais ou menos acompanhada pelos resíduos da forma antiga, isto é, da renda que se exprimirá diretamente em trabalho, ou seja em servidão, tanto faz que o senhor seja o particular ou o Estado". (O Capital, livro III, Cap. 47, III).

O latifundiário que arrenda sua terra para o plantio do algodão não se limitará a embolsar a renda-produto do arrendatário pobre, a que juntará as sobras da renda-trabalho. Em muitos casos, terá em suas terras colhedores de algodão que receberão salário por este serviço; e, então, se comportará como um capitalista, arrancando mais-valia do proletariado rural e obtendo lucro. Mas fará isto na colheita, quando, então, precisa de assalariados para executar os serviços de que o arrendatário não for capaz de dar conta.

O exemplo típico, entretanto, é o do latifundiário que permanece como tal, vivendo sobretudo da renda-produto do arrendatário. Outras vezes, exigirá dos arrendatários a renda-dinheiro. O arrendamento será pago em dinheiro e não em produto.

Daí surgirá o tipo rural do arrendatário a dinheiro, hoje mais difundido que o arrendatário a porcentagem, mas, assim como ele, sujeito toda ordem de restrições feudais e semif feudais, não podendo vender o produto da colheita do algodão senão ao latifundiário em primeiro lugar, sendo obrigado a plantar capim, proibido de derrubar madeira de lei, tolhido da liberdade de plantar, e assim por diante.

As características do arrendatário decorrentes da renda-dinheiro que o latifundiário do algodão apropria permanecem tais e quais Marx as definiu, ao dizer:

"Em vez do produto, o produtor direto tem que pagar aqui ao proprietário da terra (seja este um particular ou o Estado) o preço do mesmo. Já não basta, pois, um excedente do produto em espécie; tem que transformá-lo de sua forma natural em dinheiro. Se bem que o produtor direto continue agora produzindo pelo menos em grande parte sua própria subsistência, tem que converter uma parte de seu produto em mercadoria e produzi-lo como mercadoria". (O Capital, livro III, Cap. 47, IV)

Isso dá ideia do caráter mais elevado da renda-dinheiro, que exige a quebra do isolamento do arrendatário em relação ao estado social, e pressupõe um nível alto de troca e de circulação monetária. Entretanto, o fato de a terra constituir um monopólio do latifundiário leva-o a restringir o mercado de que poderia servir-se o arrendatário para trocar sua mercadoria por dinheiro e isso não se dá por acaso. É que o latifundiário visa ele próprio realizar essas trocas com o arrendatário, pagando-lhe pela mercadoria um preço inferior ao do mercado, com o que aumenta a parte da renda-dinheiro que lhe é devida pelo produtor.

O latifundiário do algodão simboliza o oposto do fazendeiro de café e do usineiro. Enquanto estes encarnam a aliança da terra com o capital e sintetizam, nas condições do nosso desenvolvimento, a fórmula trinitária de Marx, o latifundiário do algodão isola-se na terra e é dela somente que aspira extrair a renda, erguida sobre a fome e a miséria de milhões de arrendatários.

Sua propriedade territorial será a sua fazenda; ele próprio será denominado fazendeiro, mas não haverá equivalência entre uma fazenda de algodão (com o seu fazendeiro) e uma fazenda de café (com o tipo rural do fazendeiro de café).

Tratamos até agora da renda pré-capitalista produzida pelos arrendatários pobres e apropriada pelo latifundiário ou fazendeiro do algodão. Continuemos.

Em determinadas fazendas se fazem contratos de parceria, mas o que aí se denomina parceiro não é, no caso, mais do que o arrendatário a porcentagem ou o arrendatário a dinheiro, produzindo renda-produto ou renda-dinheiro. O verdadeiro tipo rural do parceiro é diferente desses tipos de arrendatários. Um deles é, por exemplo, o que entrega a terça, o terceiro. Mas ainda aqui se trata da renda-produto. O mesmo se dá com o meeiro, que é outro tipo de parceiro. A diferença é que o preparo da terra, os animais, as sementes, o veneno e a colheita são por conta do terceiro. O meeiro recebe a semente e a terra preparada. Mas tanto o arrendatário pobre, quanto o terceiro e o meeiro dão ao fazendeiro a renda-produto.

Às vezes, entre o latifundiário e esses tipos rurais surge um tipo rural intermediário, o arrendatário médio.

O tipo rural do arrendatário médio é menos frequente. Este tipo corresponde ao daqueles camponeses que, possuindo alguma reserva conseguida com o trabalho de sua família, contratam para trabalhar na terra que arrendam ao latifundiário um ou outro trabalhador ou cedem uma parte de sua terra à meia ou subarrendam. Surge assim o tipo rural do subarrendatário. Mas o aparecimento de um novo tipo rural na extremidade inferior da escala não significa outra coisa senão que sendo insuficiente o produto suplementar do arrendatário, a ele se junta o do subarrendatário, apropriando-se o latifundiário, então, de toda a renda-produto.

Em qualquer dos casos, seja a terra do latifundiário arrendada pelo arrendatário pobre ou pelo arrendatário médio (que pode arrendar terras acima de 4 alqueires até 10 ou 12 alqueires), o latifundiário luta para que os contratos tenham curta duração (um ano no máximo), enquanto os arrendatários estão sempre a reivindicar a prorrogação dos contratos. Esta contradição assenta suas raízes em que o arrendatário pobre ou médio sempre emprega trabalho ou capital na terra e que é isso que dá valor ou melhor lhe dá o preço. Quanto mais benfeitorias na terra, tanto mais aumentará seu rendimento, subirá seu preço. Independente de saber a quem pertence a terra, neste caso, dada a sua maior fertilidade, localização, etc., ela produzirá renda diferencial. Interessa ao arrendatário pobre ou médio ter contratos por muitos anos, ficar o maior tempo possível com a terra arrendada, já que de ano para ano irá colhendo melhores frutos do seu trabalho. Fixado de antemão o preço do arrendamento, ele permaneceria estável durante todo o tempo do contrato, quer se tratasse de pagamento em espécie (renda-produto), quer se tratasse de pagamento em dinheiro (renda-dinheiro). Todo e qualquer aumento das colheitas resultantes do aumento do rendimento agrícola ou do maior valor do produto seria para o arrendatário. O latifundiário quer exatamente o contrário. Para ele, a vantagem está em renovar contratos de ano em ano, a fim de exigir sempre ao novo arrendatário um preço mais alto pela terra, o que lhe aumenta a renda, pois o preço da terra é renda posta a juros, é renda capitalizada.

Desta contradição, que o latifundiário resolve a seu favor manejando os privilégios do monopólio da terra e mobilizando as instituições jurídicas, surgem os mais sérios conflitos pela posse da terra. É daí que se origina o despejo, categoria da sociedade baseada no monopólio da terra.

O despejo é a maneira violenta que o latifundiário encontra para assegurar em seu benefício a renda capitalizada em constante progressão.

O interesse oposto do arrendatário pode levá-lo reciprocamente à luta violenta contra o despejo, mas se manifesta de modo crescente na aspiração à baixa do arrendamento. Com isso, procura diminuir o produto suplementar exigido pelo fazendeiro.

Até agora, numa constância rigorosa, temos visto que a renda de que se apropria o latifundiário do algodão é toda ela pré-capitalista, o que dá a este tipo

de latifundiário uma série de características diferentes daquelas do fazendeiro de café ou do usineiro de açúcar. Isso distancia o latifundiário do algodão de um empresário agrícola e fornece elementos novos para avaliar a penetração capitalista na lavoura algodoeira.

Quanto ao tipo rural do sitiante, também denominado situante, difere do arrendatário porque não paga arrendamento. Ele compra a terra, a maior parte das vezes a prestações.

Se é um pequeno sitiante, seu lote não irá além de 4 alqueires, que é o que ele poderá tocar com sua família. Se é um sitiante médio, seu lote terá entre 4 e 15 alqueires, que é o que ele pode tocar com sua família e mais um ou outro assalariado, parceiros, arrendatários pobres e subarrendatários.

Não pagando arrendamento ao latifundiário e limitando-se suas relações com ele à compra da terra ou ao pagamento de prestações, o sitiante é um proprietário livre, mas só em certo sentido.

Podemos situá-lo na categoria de que fala Marx, ao tratar da propriedade parcelária:

"O lavrador é aqui proprietário livre de seu terreno, que figura como seu principal instrumento de trabalho, imprescindível para a aplicação de seu trabalho e de seu capital. Nesta forma não se paga arrendamento (renda)". (O Capital, livro III, cap. 47, V).

Mas até onde vai a liberdade do sitiante, proprietário livre terra, que não precisa pagar renda?

Sua liberdade é precária e não apresenta nenhuma segurança ou estabilidade. O latifundiário não renuncia à posse da terra, ainda quando ela é vendida. Levemos em conta que o número dos que possuem pequenos lotes de terra no Brasil (propriedade parcelária) é escasso. O latifundiário prefere alugar sua terra a vendê-la. Novas parcelas de terra estão sendo sucessivamente incorporadas às grandes áreas dos latifundiários, quer por compra, quer por expropriação e despejo dos pequenos proprietários, cujo número decresce cada vez mais. Podemos dizer que milhões de camponeses não têm terra. Cerca de 75% das terras cultivadas só o são pelos arrendatários que não têm terras, e entregam a renda, o produto suplementar do seu trabalho, aos latifundiários.

A escassa minoria dos que possuem terra cai assim sob a dependência dos latifundiários. Em primeiro lugar, a base econômica dos proprietários parcelários, sitiantes pequenos e médios, é muito restrita, a começar pela esfera do crédito, dominado pelo capital usurário... Em segundo lugar, o capital de que poderiam dispor para empregar nos meios de produção é gasto na compra do terreno, entregue, portanto, ao latifundiário.

Ao vender a terra, o latifundiário capitaliza a renda. Ao incorporar novos domínios e novos lotes de terra, o latifundiário reduz a área de terra posta à venda; com isto, aumenta a procura e aumenta o preço, aumenta a possibilidade de elevar a renda capitalizada. Daí por que o latifundiário prefere alugar a terra, aumentando sempre o preço do arrendamento, sem nunca alienar a posse do terreno.

Quando vende a terra (vende sempre as piores terras), ainda assim lhe resta a possibilidade de expulsar o proprietário, despejá-lo logo após as primeiras benfeitorias e quando ele se atrasar nas prestações. Com isso tornará a vender a terra, por preço mais elevado, pois ela já está beneficiada pelo capital e o trabalho do proprietário expulso.

Para os casos em que o proprietário parcelário tenha melhorado suas terras (já pagas), o latifundiário terá o recurso de propor-lhe a compra por um preço abaixo da renda que ela produz. Aos que resistem, não haverá outra, saída senão a defesa a qualquer preço de sua posse, até pela violência, ou então bater em retirada, acossado pelos capangas e pela polícia a serviço do proprietário feudal. A instituição que resulta de todas essas relações econômico-sociais, na base das quais se encontra a renda territorial que o latifundiário canaliza sem cessar para o seu bolso, denomina-se, grilo, caxixe. Significa, em última análise, o roubo da terra, ou seja o incontrolável crescimento da renda do proprietário feudal e a expropriação interminável, a miséria e a fome dos proprietários parcelários e de toda a massa camponesa.

É nessa instituição que o tipo social do grileiro encontra sua razão de ser, até o dia em que for varrido o monopólio da terra, principal entrave das forças produtivas.

Ainda aqui a renda territorial é absorvida pelo latifundiário, sem que para isso recorra aos métodos capitalistas de exploração. Trata-se da renda territorial obtida por força do predomínio absoluto do monopólio da terra e dos métodos feudais e semifeudais de exploração, conservados religiosamente com a penetração e o domínio do imperialismo no país.

É isso que na cultura do algodão estabelece, ao contrário da usina de açúcar, uma separação rigorosa entre a indústria de beneficiamento do produto e a exploração agrícola.

A primeira, a indústria de beneficiamento do produto tanto quanto a indústria dos subprodutos, conserva-se na mão dos imperialistas americanos (Anderson Clayton e Sanbra), donos das máquinas, usineiros, industriais do campo, que manejam o capital comercial, monopolizam os produtos industriais destinados à lavoura e absorvem como senhores absolutos toda a matéria-prima.

A segunda, a exploração agrícola, com todos os seus restos feudais e semi-feudais, permanece nas mãos do latifundiário. Este possui a terra, mas nada tem a ver com as máquinas.

O estudo da renda territorial na cultura do algodão revela que a penetração capitalista é maior na lavoura da cana e na do café.

O usineiro e o fazendeiro de café desde o primeiro momento, ao lado da renda pré-capitalista, se apropriam do lucro e da renda capitalista, quer sob a forma de renda diferencial, quer sob a forma de renda absoluta.

Não é o que acontece com o fazendeiro de algodão, que prefere entregar suas terras em troca do arrendamento a pequenos arrendatários, quando não adota o sistema da venda de lotes a prestações aos pequenos sitiantes. O proletariado rural na cultura algodoeira cinge-se quase aos colhedores de algodão, e, por isso, como é evidente, o seu mais largo emprego apenas se efetua na época das colheitas. Assim mesmo é na maior parte utilizado pelos arrendatários e outros intermediários da lavoura algodoeira, que pagam a renda da terra ao latifundiário.

Somente agora se começa a falar em substituir o arrendatário pelo assalariado nas fazendas de algodão, mas isso se deve ao temor do latifundiário ante o

descontentamento cada vez maior que a alta dos arrendamentos vem provocando.

Além de tudo, o emprego do salariedade na cultura algodoeira exige mecanização em larga escala dessa lavoura, o que certamente não será fácil enquanto o algodão brasileiro for concorrente do algodão americano no mercado internacional e o Brasil depender dos Estados Unidos (como depende) para a importação de máquinas e implementos agrícolas. São mais reduzidas, assim, embora não excluídas, as possibilidades de transformação, por essa via, do latifundiário do algodão num empresário capitalista do campo ou, melhor, da junção da categoria de latifundiário à de empresário capitalista, com o que se apossaria da renda absoluta e da diferencial. Entretanto, há fatores novos intervindo na lavoura algodoeira e em tais condições que vêm implicando aparecimento e desenvolvimento da renda capitalista. Muitos latifundiários estão passando do sistema de arrendamento a pequenos produtores para o de arrendamento a grandes intermediários. Esboça-se a tendência para só conceder arrendamentos de 100 alqueires para cima, ao inverso da maioria dos contratos estabelecidos na base de 1 a 4 alqueires (pequenos arrendatários) ou entre 4 e 15 alqueires (arrendatários médios, menos freqüentes).

Sem dúvida, este sistema está levando a criar no campo uma classe de locatários capitalistas, que são os únicos que podem arrendar dos latifundiários lotes de terra de mais de 100 alqueires.

O aparecimento do locatário capitalista, isto é, do arrendatário rico, está condicionado, porém, a mais de um fator, O primeiro deles é a elevada taxa de arrendamento resultante do aumento crescente do preço da terra, que a torna cada vez mais inacessível ao arrendatário pobre.

O segundo fator, que condiciona o aparecimento do arrendatário rico, é o maior emprego de máquinas no campo. Ainda que seja pequeno o emprego de máquinas em nossa agricultura, o mínimo que delas se utilize tem que gerar novas condições. O emprego de máquinas requer capital, um mercado mais amplo capaz de absorver o maior volume de mercadorias que a máquina proporciona. Só o capitalista está em condições de fazê-lo. Mas a terra está em poder do latifundiário e é preciso alugá-la ou comprá-la. Se o capitalista compra a terra e continua a utilizar as máquinas, a tirar a renda capitalista dos seus trabalhadores,

transforma-se num empresário agrícola, dono de enormes áreas, sem o que o emprego das máquinas não daria resultado. Se aluga a terra, sua condição é a de um arrendatário rico, um locatário capitalista, que entrega ao latifundiário a renda absoluta.

O terceiro fator que condiciona o aparecimento do locatário capitalista é a existência de amplas áreas de terras para serem alugadas. Não é por acaso que o arrendatário rico surge em zonas como a de Barretos, onde o Frigorífico Anglo monopoliza vastas extensões de terra. Suas terras são alugadas (e não vendidas) com o objetivo de restaurar as pastagens, transformando provisoriamente as invernadas em áreas plantadas com algodão, arroz, milho.

Os contratos de arrendamento, concedidos pelo frigorífico, na sua condição de latifundiário, não vão além de 3 e 5 anos. Mas isto é o bastante para renovar as pastagens, e ao fim desse prazo já o plantio do capim-colonião substitui as antigas lavouras. É um processo mais vantajoso do que o primitivo sistema de roçada. O emprego da máquina nestes vastos campos de pastagem é uma necessidade para o arrendatário rico e uma consequência natural da existência das invernadas dos frigoríficos. Não é outro o motivo por que também a zona pastoril de Barretos se transformou no maior centro de agricultura motomecanizada do país, com a média de um trator para cada 40 alqueires plantados, num total de 20.000 alqueires de área cultivada.

Ainda nesse caso, o arrendatário rico substitui o arrendatário pobre que, em outras zonas pastoris, arrendava dos frigoríficos pequenos lotes de 1 a 4 alqueires para, no fim dos contratos, plantar capim-colonião ou ser despejado.

Isto não quer dizer que o arrendatário rico já esteja predominando sobre o arrendatário pobre, que o trator sobrepuja a enxada e o arado puxado a boi, que a renda capitalista esteja mais difundida que a renda pré-capitalista. Revela apenas uma evolução em determinado sentido, uma tendência que não modifica, entretanto, o caráter da nossa produção agrícola, nem elimina o monopólio da terra e a tremenda sobrecarga dos restos feudais.

Há por isso mesmo necessidade de assinalar que o aparecimento do arrendatário rico não corresponde a um crescimento acelerado do proletariado rural. E fora de dúvida que com as máquinas também se cria um certo proletariado no

campo. Mas isso só poderá ter certa significação se, ao lado do proletariado exigido pelo manuseio das máquinas, desenvolver-se a utilização em massa do trabalho assalariado no campo. Não é o que se dá, e tal fenômeno se explica pela sobrevivência do monopólio da terra, que entorpece o desenvolvimento das forças produtivas.

Além do pessoal das máquinas, tratoristas principalmente, os arrendatários ricos, salvo certas exceções, não lançam mão do proletariado para a exploração da terra. Feita a destoca, nivelado e preparado o terreno, o arrendatário rico o entrega ao meeiro. E à meia que recorre e não ao proletariado rural. Isto estabelece sérias relações de dependência do produtor ao arrendatário rico, sobressaindo a particularidade do meeiro dele receber adiantamentos a juros até de 12% ao ano. A colheita é dividida ao meio, depois dos descontos feitos pelo locatário capitalista. O trabalho suplementar do meeiro vai assim às mãos do arrendatário rico. O meeiro pode lançar mão de assalariados, ter arrendatários pobres e parceiros trabalhando no seu lote. Toda a renda pré-capitalista ou produto da mais-valia que chegar às suas mãos passará para o arrendatário rico. Este pagará por sua vez ao latifundiário a renda absoluta, que é o tributo do monopólio da terra.

De qualquer modo é o monopólio da terra que pesa. E de tal modo que os arrendatários ricos que prosperam logo passam a adquirir terras, transformam-se eles também em latifundiários. É o caso, para citar um exemplo, dos irmãos Lemos, arrendatários ricos de Barretos. Eles arrendam dos frigoríficos quase 2.000 alqueires de invernadas, mas, em virtude dos altos preços dos arrendamentos e da pequena duração dos contratos, encaminharam-se para a compra de vastas extensões de terras em outras zonas. Preferem, assim, transformar-se em latifundiários e empregar as máquinas em seus próprios latifúndios destocando e preparando as terras para entregar à meia e à parceria.

Isso tudo indica que, embora existindo o arrendatário rico, a renda predominante não é a diferencial, o que é resultado da exploração da terra a ser feita pelo meeiro e não pelo proletariado rural.

Estamos aqui em face de uma classe de locatários capitalistas, mas não em face de uma numerosa classe de trabalhadores, "libertos" dos meios de produção, alugando a sua força de trabalho.

Termina aqui a análise do que há de essencial na renda da terra na cultura algodoeira. As rendas que nela predominam são a renda-dinheiro e a renda-produto. Mas o aparecimento do arrendatário rico leva a que do trabalho da terra se obtenha um excedente da mais-valia sobre a taxa de lucro médio. Surgem a renda absoluta e a diferencial, embora a predominância seja da renda pré-capitalista.

É preciso dizer que nas outras culturas de ciclo anual a situação não é diferente. Aliás, o aparecimento do arrendatário rico, nas condições já examinadas, pagando renda absoluta ao latifundiário, obtendo renda diferencial e lucro, não é exclusivo da lavoura algodoeira. E comum que ele, na mesma terra destocada e nivelada pelo trator, também se dedique a explorar o arroz e o milho, utilizando a meia e a parceria.

Isto se explica pelo fato de a máquina só oferecer vantagem se empregada em vastas extensões de terra, uma vez que os meios de produção são propriedade privada.

Quanto mais a lavoura seja custosa e exija inversão de capital, tanto mais campo haverá para o arrendatário rico. E o que se passa com a cultura do arroz. Quer se trate do plantio no seco, onde o trator prepara a terra em larga escala simultaneamente para o arroz, o algodão e o milho, quer se trate do plantio na várzea, onde predominam as drenagens, as obras de irrigação e outras semelhantes, o empresário agrícola, locatário capitalista, tem sempre mais possibilidade de surgir. No entanto, arrendando terras dos frigoríficos ou de grandes companhias (donos de latifúndios), o arrendatário rico só em parte utiliza o proletariado rural, para serviços mecanizados, semimecanizados ou à mão (capina, trilhagem, sega, colheita).

É comum arrendatários ricos usarem o sistema da meia e, não raro, a parceria pela terça e pela quarta parte da produção. Em muitas regiões, a cultura do arroz é feita por pequenos arrendatários e subarrendatários que, ao lado dos meeiros, passam então a constituir a maioria dos produtores.

O aspecto geral da cultura do arroz no país não modifica o aspecto da renda territorial, sabido que só uma pequena parte dessa cultura é mecanizada e mesmo assim não exclui o trabalho de produtores não assalariados.

É evidente que, em tais condições, a renda-dinheiro e a renda-produto, como toda a renda pré-capitalista, têm largo curso, sem que por isso, entretanto, se deixe de registrar a existência da renda absoluta e da diferencial.

De qualquer maneira, porém, o latifúndio domina aqui também e o tributo da renda absoluta se torna um peso insuportável e um freio às forças produtivas.

O caminho da criação de uma burguesia rural pela via do arrendatário rico choca-se com o monopólio da terra, que gera a alta dos arrendamentos e o curto prazo dos contratos. Este tipo de burguesia rural evolui para o tipo rural do latifundiário, torna-se capitalista e proprietário da terra, limitando-se a uma débil utilização do proletariado rural, contentando-se com a renda-produto e em seguida com a renda absoluta e a diferencial, sobre o excedente da quota de lucro.

O outro caminho para a criação da burguesia rural é o da posse da terra, em que o camponês rico cultiva o excedente acima das forças dos membros de suas famílias utilizando o trabalho assalariado. Os empreiteiros formadores de café seguem este caminho, sem conseguir, porém, a posse da terra, que só permanece em suas mãos enquanto dura o contrato (no máximo 6 anos). Entretanto o representante típico da burguesia rural que segue este caminho é o do posseiro ou posseante, de cuja luta pela posse da terra tivemos uma amostra em Porecatu.

O posseiro ou posseante, tipo de camponês rico bem caracterizado, consegue a posse da terra, inicialmente, em geral, nas zonas novas. Realizadas, porém, as benfeitorias terá que defrontar-se com o despejo, a grilagem de terras. Contra ele se voltarão o latifundiário e todo o peso do aparelho de Estado se porventura resistir.

O posseante está destinado a uma luta constante contra o latifundiário e seu complemento, o grileiro. A esperança da posse pacífica da terra o levará a vacilações e concessões nessa luta, mas não conseguirá atingir um pleno desenvolvimento como classe em consequência do monopólio da terra.

Quanto à grande massa camponesa, esta terá que vegetar como a grande criadora da renda-dinheiro, da renda-produto e de toda a renda pré-capitalista; irá se diferenciando para a condição de semi-proletariado, impossibilitada de chegar à condição de pequeno produtor independente, ou proprietário parcelário. A massa camponesa vagueará como uma grande massa expropriada, impelida

sem cessar para as cidades e para as novas zonas agrícolas, lutando por um pedaço de terra, mas sempre empurrada para engrossar o proletariado rural. As contradições entre as forças produtivas e as relações de produção chegaram a um ponto crucial. Elas nos dão a caracterização no Brasil de um desenvolvimento à moda prussiana, sob a ação e a influência do imperialismo. Avança sem dúvida a penetração capitalista, mas os restos feudais vão sendo conservados e o monopólio da terra zelosamente defendido.

Daí o quadro que deparamos: de um lado os latifundiários e os latifundiários-capitalistas, de outro lado a grande massa de arrendatários pobres, os semi-proletários e o proletariado rural, toda a massa de camponeses pobres ao lado dos camponeses médios e da burguesia rural em luta pela posse da terra.

De um lado acumula-se a enorme riqueza dos latifundiários e latifundiários-capitalistas; de outro lado, a miséria e a ruína, a fome e a doença de milhões de camponeses sem terra. De um lado, a renda-dinheiro, a renda-produto, a renda-trabalho, toda a renda pré-capitalista e mais a renda absoluta, a renda diferencial, os lucros, tudo isso arrancado do trabalho suplementar e da mais-valia dos pequenos produtores e trabalhadores do campo sem meios de produção. De outro lado, a pobreza absoluta de toda a população que vive no campo.

Há nisso uma profunda contradição e ela assenta, sem dúvida, no monopólio da terra e no imperialismo. Este, por toda a parte, trata de conservar e eternizar (especialmente no campo) as formas pré-capitalistas de exploração, que constituem a base da existência de seus agentes e aliados. Em tais condições, o estudo da renda da terra nos levará à compreensão da necessidade de abalar ou eliminar o monopólio da terra, o que, ao lado da derrota do imperialismo norte-americano, criará novas condições para o desenvolvimento das forças produtivas. A eliminação do monopólio da terra deverá ser precedida da abolição das formas de renda pré-capitalista, pelo menos da renda-trabalho e da renda-produto. Isto implica resguardar os empreendimentos industriais do campo, extinguindo, porém, as formas feudais de exploração, estendendo a legislação trabalhista ao campo, separando a usina da terra, retirando aos frigoríficos a posse das inverna-das, criando a propriedade parcelária, baixando o arrendamento, prorrogando os contratos de arrendamento, incrementando o crédito agrícola e dando fim ao ca-

pital usurário, assegurando a posse da terra ao posseante, acabando com o despejo e a instituição do grilo, empreendendo, enfim, modificações radicais na estrutura agrária.

RESISTÊNCIA OU CONFORMISMO

Extraído de “Por que resisti à prisão”, de 1965

Os brasileiros estão diante de uma alternativa. Ou resistem à situação criada com o golpe de 1.º de abril, ou se conformam com ela.

O conformismo é a morte. No mínimo, viver de joelhos. Sofrer humilhações sem fim. Amargar o espezinhamento ante os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) e seus inquisidores-chefes.

Antes tínhamos a chamada democracia representativa. Nela, a inflação prosseguia em sua marcha acelerada. Os trustes norte-americanos mandavam. O latifúndio predominava. Milhões de homens do povo não podiam votar. Analfabetos e praças não tinham o direito de voto. Os comunistas não podiam ser eleitos, ainda que pudessem votar. Era uma democracia racionada. E racionada por isto. Porque os direitos individuais pelo menos eram respeitados, mas as restrições à participação do povo nessa democracia eram flagrantes. E injustas. Tal democracia, pela sua própria estrutura, constituía por si mesma um empecilho à realização das reformas sociais — as chamadas reformas de base. E por mais que oferecesse oportunidades — amparando os direitos individuais — sentia-se emperrada. E não podia avançar pacificamente. Como de fato não avançou; e acabou golpeada. As forças de direita e o fascismo militar brasileiro deram-lhe o tiro de misericórdia.

O que havia de errado nesse tipo de democracia vinha de longe. Era um vício de origem. Um pecado original. Não se tratava de uma democracia feita pelo povo. Quem a instituiu foram as classes dirigentes. Nesse arcabouço erigido pelas elites, as massas conquistaram alguns direitos, ali introduzidos graças às suas lutas. Historicamente o mal dessa democracia era, acima de tudo, o seu conteúdo de elite, com a ostensiva marginalização das grandes massas exploradas — o proletariado crescendo sem nunca chegar à integração de direitos, exigida pelo seu papel na produção. E os camponeses inteiramente por fora — párias da democracia — sob a ultrajante justificativa de sua condição de atraso, e suprema escravidão aos interesses dos senhores da terra.

Era uma democracia do poder econômico, tutelada pelas forças armadas. Agora, após o golpe de 1.º de abril, já não temos aquela democracia, cujas benesses, aliás, eram encaminhadas inexoravelmente para o poder econômico, tal a desenvoltura com que este agia e era acobertado. As forças políticas defensoras dos interesses do poder econômico não se tornava, então, necessário enfrentar o ônus moral da ditadura, ou seja, na prática, a supressão das liberdades.

O status quo anterior deixou de existir quando o poder econômico se viu ameaçado pelo descontentamento das massas, e pela sensível inclinação para a busca de outra solução, em detrimento dos potentados. A democracia burguesa, vigente até então, tornou-se uma coisa do passado. O sonho de uma noite de verão.

As restrições às classes exploradas e aos seus direitos continuam nos dias de hoje. Mas são muito mais profundas. A rigor, o que se aplica atualmente contra os explorados, e mesmo contra toda a nação, vai além do que se poderia chamar de restrições. O fato real é que direitos e conquistas sociais vão sendo revogados e abolidos, e continuarão a sê-lo, enquanto persistir e subsistir a atual ditadura, precária, mas feroz e traiçoeira.

Nos dias de hoje, por isso mesmo, o poder econômico prossegue mantendo e reforçando sua supremacia, em prejuízo das classes exploradas, como é evidente. As classes dirigentes não vacilaram em empregar a violência e subverter a ordem constitucional para liquidar com as liberdades, evitando que delas se favorecessem as massas, e opondo uma barreira à participação do povo no poder.

As elites continuam dispendo do poder político. E a ditadura que instituíram o é sob a tutela das forças armadas, tal como antes, com a democracia racionada.

Dessa apreciação histórica do conteúdo da democracia brasileira, em seu passado, e da natureza da atual ditadura, resulta a descoberta de um denominador comum — o predomínio inalterado do poder das classes dirigentes, a defesa suprema dos seus interesses contra os interesses das grandes massas, quer sobrevivam ou não as liberdades.

É este denominador comum que precisa ser eliminado.

Alguns dos instrumentos jurídicos dessa prevalência das elites se mantêm de pé ao longo de nossa história. A cadeia, a polícia, os tribunais — sem falar nas leis de defesa do Estado, como é o caso da Lei de Segurança Nacional — são, e sempre foram (até que sejam derogadas dessa investidura), os principais meios jurídicos da afirmação do poderio e da supremacia das classes que dominam no Brasil. As grandes massas têm que curvar-se a esse poderio, passar sob essas forças caudinas.

Da ordem instituída pelas elites brasileiras resultou a tradição do “teje preso por ordem do delegado”, lema que traduz o instituto da submissão à prepotência dos senhores da democracia convencional.

A desobediência à ordem do delegado é o crime — o desacato à autoridade e a resistência à prisão. Em vez do “ninguém pode ser preso sem ordem do juiz”, é a instituição do “ninguém pode deixar de ser preso se for ordem do doutor delegado”.

Estabelecida a ditadura policial-militar fascista de 1.º de abril, a polícia sobrelevou-se à justiça (mesmo a justiça das classes dominantes), o que põe em relevo a enormidade do arbítrio. E o DOPS — a polícia política — tornado ponto de apoio fundamental das forças armadas que tutelam a nação (no dizer deles), fez-se símbolo e meio prático de sujeição da maioria à minoria exploradora que governa.

Foi contra essa odiosa submissão à ordem dos potentados que representam e defendem os interesses das classes exploradoras, foi contra essa violência aos direitos individuais e à própria ordem democrático-burguesa que eu me insurgi, ao não aceitar a voz de prisão no interior do cinema Eskye-Tijuca.

Num período normal, essa voz de prisão possivelmente não seria desacatada. Ou melhor, ela viria revestida das formalidades burguesas — a ordem do juiz, o convite a prestar esclarecimentos à polícia ou à justiça, mas em condições adequadas, tudo como mandava o figurino das classes dominantes, segundo os preceitos do direito clássico burguês.

Em condições anormais e de completa ilegalidade, com a ditadura policial-militar fascista desencadeando o terror e anulando a própria democracia bur-

guesa, mas falando falsamente em seu nome e silenciando, ao mesmo tempo, sobre os crimes e violências cometidos, eu não podia deixar de protestar publicamente. Para revelar a realidade. Chamar a atenção sobre a farsa. Dizer a todo o povo que o rei está nu.

Era e é uma opção. Que, sob tal aspecto, não se torna necessariamente obrigatória para todos os patriotas. E que, talvez, não seja preciso repetir.

A resistência à prisão em plena ditadura, mesmo correndo o risco de ser baleado como fui, é um modo de exprimir confiança na capacidade e receptividade do povo, para a compreensão de um ato de protesto (mesmo individual), a prova de fidelidade aos compromissos com a luta pela liberdade.

Uma atitude de resistência e de não conformismo ajuda a desmascarar a farsa, e é o prenúncio da vitória.

De mim, que não pretendo ser mais que um lutador pela pátria e a liberdade, dentro da minha condição de comunista, não se pode esperar senão a coerência de prosseguir lutando ao lado de todos quantos resistem. Em meio a milhares, centenas de milhares, milhões de brasileiros inconformados, eu reivindico apenas um lugar na luta de resistência.

Este livro é uma mensagem de resistência. E é, sobretudo, endereçado à nova geração. Os jovens de hoje é que melhor poderão compreendê-lo e, com seu entusiasmo e espírito revolucionário, estudá-lo, interpretá-lo de vários ângulos. Para as conclusões que se tornam necessárias.

A nova geração brasileira, a despeito dos que pretendem destorcer-lhe o caminho, é uma geração política. Marcha para a frente, confiante em seu destino, determinada a alcançar a liberdade e o progresso, olhos voltados para o marxismo contemporâneo. Não importa que os moços de hoje estejam filiados a correntes filosóficas diversas. Aceitem ou não o primado da matéria e do reflexo do ser sobre a consciência, militem no campo do materialismo ou nas hostes do espiritualismo, como é o caso da plêiade de católicos preocupados com a questão social, os jovens avançam em busca de uma saída. O marxismo contemporâneo não poderá deixar de fasciná-los e estimular-lhes o espírito criador. Com a audácia e o entusiasmo que lhes são próprios, os jovens continuarão afluindo com maior vigor ao campo da luta. E ajudarão a reformular, sob a égide do marxismo, os problemas

capitais da revolução brasileira — revolução cuja liderança incontestável, no terreno prático e ideológico, pertence de direito e historicamente à classe operária.

Um velho revolucionário brasileiro, exilado em consequência da *abrilada*, dirigia-se por uma carta a seus companheiros no Brasil, com uma pergunta formulada no exílio: “Por que perdemos?” A resposta não pode ser muito simples. E talvez haja muita controvérsia antes de tê-la completado. É indubitável, porém, que, aplicado corretamente à realidade concreta do país, o marxismo não demanda vigília demasiado longa para apontar a solução dos problemas.

O marxismo, dizia Lenin, é a análise concreta da concreta situação. O despreparo das esquerdas, pela falta de aguda análise teórico-ideológica da situação brasileira, tendo como resultado o emprego de práticas e princípios defasados com o momento histórico, levou-nos à derrota.

O marxismo ensina que o motor da história são as massas, cujo movimento é inelutável. Tudo depende de que o trabalho de base tenha a importância fundamental, pois é este o trabalho que impele as massas e dá solidez à ação. O trabalho de cúpula, embora indispensável, não constitui o lado decisivo na solução do problema. Agreguemos, ademais, que não cabe aos marxistas manter ilusões na liderança exercida pela burguesia nacional, como aconteceu em relação à fração da burguesia que ocupava o poder nos idos de março.

Para as forças populares e nacionalistas, como de um modo geral para as esquerdas, a razão de ser da vitória reside numa só questão, já por si em evidência sobre as demais. Esta questão é o permanente e ao mesmo tempo flexível manejo do marxismo-leninismo, o que repele qualquer dose, por mínima que seja, do dogmatismo. A realidade brasileira exige acurada atenção e incansável estudo. E como realidade objetiva, tomada por ponto de partida, requer a análise histórica aprofundada de suas grandes características.

O povo brasileiro tem uma longa experiência no combate permanente que trava com as classes dominantes, visando a obter o triunfo da democracia (não a democracia burguesa formal, mas aquela que mais de perto diz respeito à realidade econômico-social) e, simultaneamente, objetivando chegar ao aniquilamento do imperialismo e do latifúndio.

O evento de 1.º de abril, por demais doloroso ao nosso povo, é mais uma grave experiência (a mais recente, aliás) que demonstra o grau de violência a que se elevará o preço de nossa libertação.

E esta, tenhamos isto presente, não será jamais o fruto do conformismo, senão o resultado de uma tenaz resistência, com ponto de apoio na organização do povo pela base.

MARXISMO E LIBERDADE

Extraído de “Por que resisti à prisão”, de 1965

Como já é sabido, um dos objetivos que visei reagindo à prisão foi trazer à luz a posição do marxismo ante a liberdade.

Os ideólogos das classes dominantes, interessados no retrocesso do país, vêm apregoando, sistemática e propositadamente, que o marxismo é a renúncia à liberdade. Ou, por outra, querem fazer crer que o marxismo e a liberdade são polos opostos, em conflito permanente.

Nada melhor que o golpe de 1.º de abril para demonstrar que os que combatem o marxismo com a arma da supressão das liberdades não têm a menor autoridade moral para insinuar o pretense conflito entre o marxismo e a liberdade.

A subversão da ordem partiu do golpe “gorila” que mudou a Constituição. Ou melhor, os golpistas a tornaram letra morta com o emprego de meios violentos. O que, aliás, é crime previsto pela mesma Constituição e punido pela Lei de Segurança das próprias classes dominantes.

A *abrilada* surgiu como um movimento anticomunista e antimarxista, a pretexto de combater uma fantástica ditadura que estaria para ser implantada pelos comunistas no país.

Por uma ironia da História, os comunistas, agora acusados de subversão, defendiam a democracia burguesa, interessados que são na permanência de um clima de liberdade e na conquista da legalidade para o Partido Comunista. O golpe que destruiu as liberdades no Brasil sobreveio a 1.º de abril. Não foi desencadeado pelos comunistas e sim pelos “gorilas”, que implantaram a ditadura, ou seja, O fim da ordem institucional burguesa estabelecida em 1946,

Isto não prova outra coisa senão que as classes dominantes temem o avanço do povo brasileiro pela trilha da liberdade. Foi para cercar as liberdades que desencadearam o golpe. Neste confronto a razão fica com o marxismo, pois

os golpistas, embora alegando o contrário, desdizem-se, ao identificarem o marxismo não com a falta de liberdade, mas precisamente com a expansão desta última.

O marxismo não representa apenas uma doutrina de interpretação do mundo. Como teoria, seu alcance é muito mais profundo. Sua essência, convém acentuar, reside na imperiosidade da transformação da sociedade, como decorrência inexorável da luta de classes e seu desenvolvimento.

O marxismo é, assim, uma doutrina revolucionária. Como tal, não pode haver nada capaz de ultrapassá-lo em matéria de liberdade. Pois se o marxismo é a revolução definida em seu verdadeiro sentido, isto é, em seu sentido histórico, constitui em essência a doutrina que (no terreno teórico e prático) encarna a liberdade — expressão da recuperação e da conquista de direitos até então vedados às classes exploradas ou contra elas utilizados.

Por circunstâncias ocasionais e fatores de ordem histórica, o julgamento do marxismo foi tentado no Brasil precisamente por aqueles a quem o povo tem motivos de sobra para odiar e condenar. Talvez por isso, temendo de antemão a desaprovação popular e reconhecendo a felonía premeditada, intitularam-se “revolucionários” e, ao golpe desencadeado, deram o nome de “revolução”.

Mas o que vem a ser revolução?

A revolução é sempre o resultado do desenvolvimento da sociedade e tem a ver com as relações de produção e o sistema de propriedade. O essencial numa revolução é a questão do poder. Mas esta questão não se traduz pela substituição de uns homens por outros nos postos de mando. Isto é, não se trata de substituir os antigos dirigentes do aparelho de Estado por outros, pertencentes às mesmas elites ou classes até então dominantes. O problema consiste em saber que novas classes chegaram ao poder derrubando as velhas classes dirigentes.

Pari passu com o problema da passagem de novas classes ao poder, surge a questão de saber qual o novo sistema de propriedade estabelecido. Que classes passam a ser proprietárias daí por diante. Quem passa a ser dono dos meios de produção. Que nova estrutura econômica e social é estabelecida. Que superestrutura passa a ser levantada ou entra em vigor. Que novas instituições políticas,

jurídicas e sociais entram em ação. Sem isto, que são coisas elementares, não há revolução.

Ora, no Brasil a *abrilada* não efetuou nenhuma dessas mudanças substanciais. Classes anteriormente desprovidas de qualquer papel dominante, em especial as classes exploradas, permanecem onde estavam, Nenhuma delas atingiu o poder.

O imperialismo ianque — principal entrave de nossa independência e livre desenvolvimento — não foi expulso do país. O latifúndio continua a ser a forma preponderante da propriedade territorial. A estrutura da sociedade brasileira prossegue a mesma, com a divisão de classes que a caracteriza até agora.

Não houve, pois, revolução. Os “gorilas” simplesmente desfecharam o golpe e acabaram com a democracia. O termo é mesmo golpe, quartelada, abrilada, gorilada. E o mais jocoso de tudo: um autêntico 1.º de abril.

Os autores do golpe tentam fazê-lo passar como “revolução” apenas porque no Brasil o golpe é repudiado e condenado pelo povo, em virtude das desastrosas consequências que nos tem acarretado.

O golpe de 10 de novembro de 1937 implantou o Estado Novo, espécie de fascismo peculiar ao Brasil na época da ascensão do nazismo. O de 29 de outubro de 1945 levou à deposição de Getúlio Vargas e destinava-se a impedir a livre eleição de uma Assembleia Constituinte. O de 24 de agosto de 1954 induziu ao suicídio de Vargas e objetivava anular a Constituição de 1946. O de 11 de novembro de 1955 tinha em vista impedir a posse do presidente eleito, o que motivou, na mesma data, o contragolpe vitorioso, chefiado pelo então general Lott. Isto fez fracassar os intuitos dos golpistas. O de 25 de agosto de 1961 conduziu à renúncia de Jânio e à insubordinação dos ministros militares fascistas, sublevados com a posse de Jango — substituto legal do presidente renunciante. O de 1.º de abril — o mais recente e calamitoso — deu origem à deposição de Jango e levou à ditadura dos “gorilas”.

Todos estes golpes visavam ao cerceamento das liberdades, ou temporariamente conseguiram suprimi-las, facultando às velhas classes dirigentes do país o exercício do poder discricionário, maior exploração do povo e transações escusas com o imperialismo.

As massas não simpatizam com o golpe, que já conhecem. Suas esperanças — mesmo as mais tênues — convergem para a ideia (acalentada permanentemente) de que uma revolução de verdade acabaria sendo a melhor saída. Seriam possíveis, assim, transformações radicais favoráveis às classes exploradas e à independência da nação.

Para os “gorilas”, que necessitam consolidar-se no poder tentando enganar as massas, é mais conveniente identificarem-se como “revolucionários” e não como golpistas.

Do ponto de vista de classe, o golpe corresponde aos interesses das classes retrógradas ou dos setores mais retrógradados da burguesia brasileira e dos latifundiários.

Representantes desses interesses (que não podem confessar), os golpistas, vitoriosos, fazem tudo para passar como salvadores da nação e defensores das massas.

O golpe, entretanto, ao instaurar a ditadura militar fascista, mostrou que seu objetivo principal é revogar as conquistas sociais obtidas até hoje no Brasil e paralisar o avanço da democracia. Isto significa tentar fazer o país regredir da democracia burguesa já instaurada entre nós como decorrência das lutas de 1930 e como resultado da derrota do Estado Novo, derrota à qual se seguiu a redemocratização da vida política brasileira (posteriormente à Segunda Guerra Mundial).

A experiência histórica brasileira incumbe-se por si só de situar o golpismo ao lado da ditadura, e o marxismo ao lado do progresso e da liberdade.

A ditadura existente no Brasil caracteriza-se, aliás, por fatos irretorquíveis que atentam contra a ordem constitucional e, em especial, contra a ordem jurídica.

Há quem afirme que vivemos em regime antidemocrático e semiditatorial. A verdade, porém, é que a constituição foi, na prática, revogada. Os brasileiros não dispõem dos mínimos direitos elementares, necessários e imprescindíveis ao funcionamento de uma democracia. Não se trata somente da suspensão dos di-

reitos e garantias individuais. Nem é preciso enumerar a infindável lista de transgressões praticadas pelo governo atual. O direito adquirido, o ato jurídico perfeito, a coisa julgada, já não são respeitados. A lesão do direito individual é sistematicamente excluída da apreciação do poder judiciário. Até o direito de defesa é cerceado, negado, reduzido à expressão mais simples. O Parlamento ainda existe, mas sob o cutelo do Ato Institucional. O regime é dopsiano, isto é, manda o DOPS, a lei suprema é a polícia. E, sobretudo, o que há é a ocupação militar do poder político do país.

O Presidente da República afirmou, em discurso do Dia do Soldado: “O Ato Institucional é obra essencialmente revolucionária para repor a nação na ordem jurídica, restabelecer a ordem pública e a ética na administração do país. O Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal acataram-no e incorporaram suas atividades à nova situação brasileira. Fora daí é a contra-revolução”. Não pode haver uma confissão mais clara. O Ato Institucional nada repôs do que diz ser sua finalidade precípua, e muito menos quanto à normalização da ordem jurídica. O que o governo está fazendo é apenas um monopólio, onde a prática democrática prima pela ausência. Oposição, neste caso, para os detentores do poder, significa simplesmente contra-revolução. Para o povo, entretanto, o que aí está é sinônimo de polícia e militarismo, expressões de força inteiramente confundidas com o Executivo por mais que se pretenda dourar a pílula.

Não corresponde à realidade afirmar apenas que vivemos sob o arcabouço de um regime antidemocrático e semiditatorial. Mais do que isto, o regime atual é a própria ditadura — a ditadura policial-militar fascista.

Os resultados e consequências do seu advento forçado não deixam margem à mínima contestação — são o pior sacrifício já imposto ao povo brasileiro.

O país foi submetido como que a um vasto IPM geral e nacional. Uma parte considerável da população foi ou está sendo inquirida. Outra parte é destinada ao cárcere, está nas prisões ou passou por elas. Os inquisidores e carcereiros são os militares, exatamente a minoria que detém agora os privilégios. É o regime da mediocridade irresponsável, onde o conhecimento intelectual não vai além dos sublimites do raciocínio e a reação dos sentidos se manifesta sob a forma de primarismo e selvageria.

E, enquanto o país é entregue aos trustes norte-americanos e se faz a defesa acintosa do latifúndio — conservado intacto — o marxismo é apresentado como principal alvo de ataque dos golpistas, que nele concentram suas baterias.

Este modo de proceder decorre de um só fato: é impossível defender os privilégios das classes dirigentes, e os interesses do capital estrangeiro, sem combater o marxismo, doutrina que influencia fortemente o mundo de hoje, sobretudo no terreno da economia política, da filosofia e da sociologia. O que há de mais avançado e progressista, em qualquer parte do Brasil, não só não desconhece o marxismo como nele vai buscar sua fonte de inspiração.

Se o marxismo é o seu principal alvo de ataque, seria a morte para a ditadura não se lançar contra ele. E os “gorilas” insistem em fazê-lo, identificando o marxismo com tudo quanto é ideia nova e progressista. Todavia, como reverso da medalha, a morte que eles procuram evitar atacando o marxismo lhes está irremediavelmente reservada pelos efeitos do mesmo marxismo, e de tudo o que se opõe ao atual regime.

Como um edifício construído sobre a polícia e as forças armadas, a ditadura tem seus pilares nos IPMs. É por meio desses IPMs que o poder militar prossegue em sua tarefa de perseguições e vinditas, mesmo depois de ter atingido milhares de pessoas com cassações de direitos políticos, demissões sumárias e punições odiosas, impostas pelo Ato Institucional fascista de 9 de abril e a Comissão Geral de Inquérito (CGI).

O Partido Comunista, a imprensa dita comunista, o ISEB e a UNE têm um lugar especial nesta avalanche de repressões ipemianas. A ditadura vale-se igualmente dos IPMs para depor e afastar ou prender os governadores dos Estados que não rezam pela cartilha dos “gorilas”. Ao mesmo tempo, novos IPMs são instalados para levar ao cárcere e punir cidadãos acusados de atentados terroristas e outras atividades, muitas delas de caráter provocativo e de iniciativa da própria polícia ou dos grupos fascistas que atuam impunemente no país.

Tornou-se comum a inquirição sistemática e infundável dos acusados e suspeitos, prolongando-se os IPMs por tempo indeterminado. Através deste método e por meio de processos-crime forjados com base na Lei de Segurança Nacional, os “gorilas” visam a atingir sobretudo a liderança comunista, a classe operária, os

sindicatos e a liderança sindical, os camponeses, seus líderes e organizações, os intelectuais e as novas gerações de estudantes. Este plano repressivo tem como objetivo final privar o povo brasileiro de liderança revolucionária. Corresponde, no plano nacional, àquilo que o nazismo e o fascismo tentaram na Alemanha e na Itália, antes da Segunda Guerra Mundial, com a liquidação massiva dos líderes operários e intelectuais.

Na verdade, no Brasil o marxismo está submetido a uma espécie de processo-crime permanente. Tentando atingir dessa maneira o marxismo — colocando-o, por assim dizer, “sub judice” — a ditadura imagina amedrontar as classes médias, desbaratar as forças de esquerda e as fileiras comunistas, paralisar a ação de qualquer democrata ou patriota (mesmo não marxistas), e anular qualquer oposição ou resistência.

Daí a preocupação de considerar subversivos todos os que se opõem à ditadura e seus desmandos, sem excluir a oposição burguesa. Apresentados como marxistas, comunistas, inimigos da segurança nacional, espiões a serviço de uma potência estrangeira, os opositores da ditadura são capitulados em crimes da alçada da justiça militar.

Detentores do poder, os militares, a cuja frente se encontra um oficial superior espuriamente eleito para a Presidência da República (segundo a linguagem pitoresca do professor norte-americano Charles Wagley, Diretor do Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Colúmbia, citado pelo embaixador Juraci Magalhães), pretendem enquadrar na disciplina dos quartéis e nas penalidades do Código Militar a vasta população civil do país.

O interesse da ditadura em capitular os civis em crimes militares é com vistas a aterrorizar o povo e silenciar o seu descontentamento.

Os fatos não deixam dúvida. Por onde quer que se aprecie a razão de ser do “gorilismo”, sua ação se apresenta invariavelmente ligada à subversão, à ditadura, à anulação das liberdades, ao retrocesso e à submissão ao capital estrangeiro, à indignidade moral e ao rebaixamento da condição humana. Enfim, o “gorilismo” é o fascismo,

Os que se opõem ao “gorilismo” nem todos são marxistas. E nem poderiam sê-lo, pois se filiam às mais diversas correntes filosóficas hodiernas. Ou mesmo

não seguem filosofia alguma. Quando, porém, os “gorilas” os englobam a todos numa só designação pejorativa, pensando ofendê-los ao atribuir-lhes a condição de marxistas, estão, sem querer, reconhecendo a inocuidade do ataque que desfecham contra o marxismo. Pela impossibilidade de condenar, com as penas da Lei de Segurança, um número tão considerável de opositores e críticos da ditadura.

Na prática, estão erguendo o marxismo a um pedestal. E, com isso, demonstrando a fonte de inspiração da liberdade.

O PAPEL DAS FORÇAS POPULARES E NACIONALISTAS

Extraído de “Por que resisti à prisão”, de 1965

O principal inimigo interno do povo brasileiro é a atual ditadura. Por intermédio dessa ditadura age o imperialismo norte-americano e os latifundiários defendem seus privilégios.

Não há outro caminho para nosso povo senão a luta de massas contra seu principal inimigo interno, isto é, a ditadura.

Mas, no que diz respeito a esta luta, há duas opções. Uma dessas concepções vê a ditadura dividida por contradições e prefere concentrar o fogo na “linha dura”, para evitar um mal maior. Segue o método de apoio às declarações do chefe do Poder Executivo, supostamente favoráveis ao respeito constitucional. E que, com a realização das eleições, a ditadura seja derrotada e expulsa. Partilham desta concepção setores burgueses democráticos opostos à ditadura.

A falha deste método de luta é que dá primazia às contradições entre eles e não vê que, malgrado as divergências no interior da ditadura, o Poder Executivo e a “linha dura” estão unidos nas questões de que depende, em última análise, a sorte da aventura de 1.º de abril. O que prova que jamais chegaremos à normalidade constitucional pela via dos conflitos mais ou menos graves entre “gorilas”. O Executivo é simplesmente o mandatário da “linha dura”. Os exemplos a respeito são muitos, e o mais recente — o da intervenção em Goiás — serviu para mostrar a inutilidade da confiança nas declarações do Poder Executivo de fidelidade e submissão à lei.

A outra concepção enfrenta a situação de maneira realista. As contradições devem ser encaradas sob o ponto de vista do alargamento das brechas entre os golpistas. Mas o fim que se deve ter em mira é derrotar a ditadura, e nunca o apoio a uma de suas alas para que se consolide em troca do retorno à democracia (o que, na verdade, só traria a institucionalização do golpe).

Não alimentando ilusões numa “ala branda” da ditadura, esta outra concepção é a que está em consonância com a natureza das forças populares e nacionalistas e os objetivos de sua luta.

A estas forças interessa o desmascaramento da ditadura, tomada como realmente é — uma ditadura militar-fascista — ainda que revestida de aparências legais, e não como meia ditadura ou ditadura de centro-direita, conforme pretendem alguns setores de opinião, esperançosos numa normalidade constitucional através da derrota da “linha dura”.

Em matéria de violência e ilegalidade, a atual ditadura chegou ao máximo. Que se pode esperar mais? A única coisa que resta é que os golpistas se cansem de tanta farsa e renunciem às aparências legais, agindo às escâncaras. Mas mesmo isto é para eles o passo mais arriscado, não totalmente em face da opinião pública interna, mas por causa das repercussões no estrangeiro. Como explicar que a abrilada veio em favor da democracia se, além da imprensa popular e nacionalista já proibida, a imprensa burguesa de oposição for suspensa ou censurada abertamente, o Parlamento fechado e a justiça regular substituída por tribunais especiais? Como legalizar a entrega do país aos trustes e monopólios norte-americanos? Como legalizar os acordos de lesa-pátria concluídos e a serem concluídos com os EUA? Os próprios círculos dirigentes estadunidenses não exigiram que a compra da AMFORP fosse legalizada pelo Parlamento?

A luta contra a atual ditadura, para ser correta e capaz de mobilizar amplas massas, tem que começar pela denúncia do caráter militar-fascista do governo e do seu empenho em fingir respeito à legalidade, como o gato escondido com o rabo de fora.

O conteúdo desta luta é de oposição popular e de combate cerrado à ditadura. E somente com este conteúdo a luta das forças populares e nacionalistas terá êxito.

São muitas as forças que têm interesse na luta contra a ditadura. Há, porém, entre elas, diversidade de objetivos, de programa, de tática, de formas de luta e organização. Não se pode esperar que tais forças renunciem ao seu próprio modo de existir, a fim de que se unam na luta contra o principal inimigo interno de nosso povo. Mas, através do diálogo e no processo da luta, elas chegarão à unidade em torno de pontos comuns.

O que se pode considerar como questão central é o problema das liberdades democráticas. O sistema político brasileiro atual deve deixar de ser uma ditadura para ser uma democracia, onde imperem as liberdades públicas e seja feita uma abertura para o progresso.

Para as forças populares e nacionalistas não é difícil concluir pela impossibilidade de chegar a este objetivo sem a substituição do atual governo por outro diferente, estruturado em bases diversas, com propósitos e finalidades definidas pela composição de frente única que lançar por terra a ditadura.

Com outro governo, que não a ditadura, surgem as condições para a solução dos problemas imediatos de nosso povo.

Estes problemas consistem num conjunto que pode ser resumido em poucas linhas: revogar o Ato Institucional e declarar nulas as cassações de mandatos, demissões, reformas e outras punições, todas elas destituídas de fundamento legal; anistia, com a liberdade de todos os presos políticos e a volta dos exilados; cessação da intervenção nos sindicatos, eleições sindicais livres, abolição de qualquer tutela do Ministério do Trabalho; revogação das medidas destinadas à anulação de conquistas sociais; cessar as perseguições e caçadas aos camponeses e o seu massacre ou de suas famílias; revogação das leis e decretos de inspiração do Ministério da Educação contra os interesses dos estudantes; cessar as perseguições aos intelectuais; liberdade à vida intelectual, à criação artística, à pesquisa científica e à atividade editorial; respeito à consciência religiosa e nenhuma subordinação da religião ao Estado e vice-versa; revogação das medidas pró-imperialismo norte-americano ou destinadas ao enfraquecimento e liquidação do monopólio estatal; revogação das medidas econômico-financeiras que favorecem o Fundo Monetário Internacional, agravam a inflação e a carestia e paralisam o desenvolvimento econômico do país; impedir a transferência para o exterior dos principais centros de decisão da economia; determinar a caducidade das concessões conferidas a estrangeiros e não permitir qualquer concessão ou autorização nova; defender a indústria nacional e aplicar uma política externa nacionalista e independente; suspensão de todas as leis e decretos que favorecem o despejo e prejudicam os inquilinos e o direito de morar; redemocratização da vida política brasileira.

As forças da frente única empenhadas na luta contra a ditadura deverão travar o diálogo para a formulação do processo de redemocratização.

A Constituição de 1946 não assegura realmente uma democracia imune aos ataques do golpismo e do fascismo. E isto porque ela se destina a garantir o poder econômico das classes retrógradas e o antigo sistema de propriedade, não permitindo qualquer reforma agrária, ou redistribuição da terra, e, muito menos, a modificação das relações de produção no campo. O caráter retrógrado da Constituição de 1946, neste particular, reflete a fraqueza do movimento camponês à época em que ela foi elaborada. Mas seria um erro imperdoável, uma vez derrotada a ditadura atual, prosseguir aceitando que o camponês brasileiro continue marginalizado, sem direito a possuir um pedaço de terra, sem direito ao trabalho e às vantagens de que já goza o trabalhador da cidade e sem nem ao menos poder votar, reduzido à humilhante condição de analfabeto.

Ademais, negando o direito de voto aos analfabetos e aos praças, e servindo de escudo às classes dominantes para negar a legalidade aos comunistas e ao seu partido, impedidos de serem votados, a Constituição de 1946 elimina as possibilidades de existência de uma democracia brasileira a que sejam incorporadas as grandes massas.

As condições em que lutamos pela democracia agora são outras, e a própria vigência da ditadura atual obrigou as forças populares e nacionalistas à reformulação de inúmeras questões. É um contrassenso esperar que, após o emprego da violência pelos golpistas e a subversão que eles realizaram, as forças mais conscientes em luta contra a ditadura viessem a propor pura e simplesmente o retorno à situação anterior, a volta àquela democracia mal protegida, tímida ante os direitos das grandes massas, impiedosa para com os camponeses brasileiros.

Estamos mais de acordo com a maneira com que Togliatti enfrenta o problema, no seu “pro memoria” de Talta, a que já nos referimos em capítulo anterior. Eis o que diz Togliatti:

“A luta pela democracia assume, neste quadro, um conteúdo diferente do que tinha até agora, mais concreto, mais ligado à realidade da vida econômica e social. A programação capitalista é, de fato, sempre ligada a tendências antidemocráticas e autoritárias, às quais é preciso opor a

adoção de um método democrático também na direção da vida econômica.”

As premissas para o estabelecimento do futuro do país e seu destino democrático são condicionadas pela natureza da frente única de combate à ditadura. Trata-se, pelo seu conteúdo, da frente única antiditadura.

É uma frente única de vasta amplitude de massas. Pela sua composição de classe, exige a participação da burguesia nacional e da pequena-burguesia, como dos operários e camponeses, além de quaisquer setores das classes proprietárias, em oposição à ditadura no momento atual,

Do ponto de vista político, não exclui a participação de nenhuma força e de nenhum partido, alas, agrupamentos ou setores que deem combate à ditadura e ao governo.

Até mesmo se dará que, por certo tempo, suas forças ajam em separado, cada qual por seu lado, ainda que tacitamente marchando em perseguição de fins idênticos.

Afora as questões comuns relacionadas com a redemocratização do país e outros objetivos imediatos, divergências e pontos de vista opostos podem surgir, e surgirão por certo, nessa frente única.

O caminho atual, porém, visto sob o ângulo da mobilização de massas, será o do trabalho tenaz pela constituição da frente única antiditadura. As forças populares e nacionalistas aí terão um papel importante, e deverão sobretudo estribar-se numa sólida aliança do proletariado com a pequena-burguesia urbana e rural, cabeça-de-ponte do fortalecimento e expansão da aliança de operários e camponeses.

É preciso trabalhar intensamente no campo, com as massas rurais — o calcanhar de Aquiles da revolução brasileira — e, por toda parte, dedicar atenção aos problemas da pequena-burguesia.

O futuro próximo do país, em essência, está em saber para que lado se inclinará a pequena-burguesia. E nada será conseguido no sentido do avanço das forças populares e nacionalistas se a pequena-burguesia não se decidir pela justiça da posição em que se coloca o proletariado. O fato é que o país não pode ficar

sob a ditadura. E, uma vez que seja esta substituída, não deve recair necessariamente num setor da burguesia — e por sinal o mais vacilante — a hegemonia na condução do processo democrático.

Quanto mais e com quanto maior independência e iniciativa agirem agora as forças populares e nacionalistas, quanto maiores serão as possibilidades de manter sua influência no ulterior desenvolvimento democrático brasileiro e até mesmo de garantir desde o primeiro momento sua participação no novo governo.

É evidente que estaremos em face apenas de determinadas possibilidades no futuro, mas cumpre trabalhar pela conquista da hegemonia para as nossas forças.

As forças populares e nacionalistas não são forças de contenção da luta. São forças atuantes, imbuídas de impulso revolucionário. Seu grande ponto de apoio é o trabalho de base, onde se destaca o esforço pela organização e pelo abandono das ilusões dos que pensam que é melhor confiar na liderança da burguesia. A frente única antiditadura é uma necessidade imperiosa, mas jamais um instrumento para impor a passividade das massas, para conversações ou debates acadêmicos na cúpula e a subordinação das forças populares e nacionalistas aos interesses políticos e ideológicos da burguesia nacional.

É impossível rejeitar a aliança com a burguesia nacional, mas também não se pode cruzar os braços e render-se à sua vontade e discricção. O caráter agressivo e a rusticidade da luta contra a ditadura, a pertinácia, a vigilância, a decisão e a firmeza não virão das forças da burguesia nacional e sim das forças populares e nacionalistas.

Estas forças são decisivas dentro da frente única antiditadura, para que possa desenvolver-se a resistência de massas, como forma de luta geral do povo brasileiro.

E, na verdade, o que está havendo por todo o país é uma luta de resistência, que atinge a todas as classes e camadas sociais descontentes e insatisfeitas, e que mobiliza setores variados da população. Esta luta de resistência surgiu das condições internas do país, em que a vitória do golpe se produziu sem que para isto tivesse sido disparado um só tiro.

Juntamente com todas as forças antigolpistas, as forças populares e nacionalistas foram derrotadas, mas não capitularam. A capitulação ocorreu com os setores burgueses que dispunham de meios para resistir e preferiram ceder aos golpistas para evitar o choque violento e, com ele, a possibilidade de uma vitória das massas, pela ascensão das esquerdas ao poder.

O porquê da situação concreta que levou a decisão da luta contra o golpe a depender exclusivamente de um determinado setor burguês é assunto relacionado com as ilusões da liderança revolucionária na liderança da burguesia nacional.

Mas o que interessa para a luta de resistência é constatar que, não tendo capitulado, as forças populares e nacionalistas foram obrigadas a recuar.

Empreendendo, porém, a retirada, e passando à defensiva, não quer dizer que cessem de fustigar o inimigo e deixem de organizar a resistência. Contra-ataques e ações parciais de resistência tornam-se, assim, possíveis e mesmo necessárias.

No essencial, a frente de resistência se movimenta em todo o país. Resistem os sindicatos ou os sindicalizados, lutando por eleições sindicais livres e por seus direitos. Resistem os camponeses com o aparecimento dos líderes camponeses locais, em sua movimentação pelo interior, levantando bandeiras reivindicatórias, fugindo às perseguições dos militares e das forças policiais. Resistem os estudantes, defendendo suas organizações e o direito de participarem da vida política do país. Resistem os intelectuais, enfrentando com altivez os IPMs e desmascarando o caráter anticultural e terrorista da ditadura militar-fascista. Resistem as donas-de-casa e, em geral, as mulheres que se recusam a colaborar com a ditadura e os golpistas ou censuram o governo pelo aumento espantoso da carestia, e fazem o trabalho de solidariedade aos presos e suas famílias, aos perseguidos políticos e aos exilados. Resistem os presos torturados nas marmorras do DOPS e do CENIMAR * e em quantas enxovias ou porões existem no Brasil, sob a guarda pouco honrosa de carcereiros e espancadores militares, agora transformados em capitães-de-mato. Resiste uma parte da imprensa e, com ela, o que há de melhor no plano individual do jornalismo brasileiro, denunciando a ditadura

e dando alento a todos os lutadores. Resistem, finalmente, os comunistas, os socialistas, os trabalhistas, os católicos e, em suma, todas as demais forças cujos líderes foram presos, punidos ou exilados em consequência da ditadura.

Onde quer que surja a luta de resistência, é ela saudada com satisfação e, por toda parte, encontra apoio, solidariedade e simpatia. Dessa resistência se alimenta a oposição popular.

Por sua vez, a luta de resistência dos exilados brasileiros se desenvolve com o apoio dos povos que amam a democracia e se solidarizam com o povo do Brasil empenhado em dar combate à ditadura.

O que está em jogo, portanto, é a utilização, na mais ampla escala possível, de formas de luta de resistência de massas.

A ditadura surgiu da violência empregada pelos golpistas contra a nação, e não pode esperar menos do que a violência por parte do povo para enfrentar os crimes cometidos pelo governo e os militares em detrimento da condição humana e dos interesses nacionais.

As forças populares e nacionalistas, e entre elas os comunistas, declararam no passado, repetidas vezes, que a violência dos golpistas seria respondida com a violência. Mas, por inadvertência de todos, estas declarações ficaram em palavras e não foram acompanhadas por atos. O golpe foi afinal desencadeado pela força das armas e não encontrou nenhuma resistência, pois nada estava preparado, e a perplexidade se propagou entre os que deviam se opor ao atentado. Mas violência gera violência, e estamos diante dela.

É um fato objetivo o aparecimento de formas de luta individuais. Há os que acreditam no heroísmo pessoal e se louvam na eficácia da ação de pequenos grupos de homens. A ditadura é a única responsável pela irrupção de tais métodos de luta. Eis que, pelo menos, se torna necessário usar do direito elementar de defesa — a faculdade de reagir ante a baixeza, a ignomínia e o abuso do governo e seus sustentáculos, que matam, espancam, levam ao suicídio, perseguem e humilham cidadãos, na maior e mais sórdida das tropelias já praticadas contra o povo brasileiro.

Em consequência, a realidade socioeconômica brasileira poderá levar ao aparecimento de guerrilhas e outras formas de luta surgidas da experiência das massas. É importante ter em conta tais formas de luta ao organizar a luta de resistência e ao levar avante a frente única antiditadura, o que, mesmo partindo do nada, pode fazer crescer a caudal subterrânea e chegar ao objetivo imediato — a derrota da ditadura.

E para isso não importam os prazos, pois se trata de realizar uma luta revolucionária de massas, extensa e profunda.

Nenhuma possibilidade legal pode ser desprezada, desde os entendimentos pela cúpula à luta jurídica ou à luta de caráter humano pela solidariedade aos presos políticos e suas famílias, aos perseguidos políticos e exilados, luta que tem uma importância imensa e que jamais pode ser relegada a segundo plano.

Mas é evidente que a solução do problema brasileiro por uma via pacífica se distanciou enormemente da realidade, depois do emprego da violência pelos inimigos do povo.

A revolução cubana é um exemplo ilustrativo de que na América Latina ou, pelo menos, em muitos países latino-americanos nada há a esperar de uma via pacífica para a conquista da independência ou do progresso social. As eleições são apenas um termômetro para as classes dominantes aquilatarem o grau de consciência do povo. E, a fim de impedir uma solução definitiva a favor das massas, por meios legais e constitucionais, as elites não vacilam: empregam a violência e vão ao estado de sítio, quando não ao golpe. Sem que o povo organize sua própria força e sem que disponha de seus próprios recursos (desde a autodefesa de massas à sua organização armada), sem admitir a possibilidade de insurreição popular, somente com base na confiança em relação à capacidade dirigente de setores burgueses interessados em reformas, é impossível libertar o povo. A lição da experiência de Cuba não está em localizar as nossas “sierras maestras” ou em produzir cópias de situações, mas em saber apreciar a validade das teses táticas e princípios revolucionários postos em ação para decidir a vitória de um povo como o cubano. Teses táticas e princípios que sempre assumem características próprias, quando aplicados à realidade concreta deste ou daquele país da América Latina. E não será difícil vir a compreender as razões da vitória do povo cubano e do acerto da posição de Fidel Castro e seus companheiros.

O futuro do Brasil pertence ao socialismo. Então as fontes de riquezas serão estatizadas e novas relações de produção entrarão em harmonia com as forças produtivas. E será eliminada a farsa de uma liberdade que para as elites tem plena expansão e para as massas apenas o significado de um mito.

As forças populares e nacionalistas constituem hoje, na medida da intensidade e consequência de sua ação contra a ditadura, o grande ponto de apoio para este desejado futuro. E, dentro das forças populares e nacionalistas, os comunistas, com seu partido, que deve ser unido, combativo, revolucionário, preparado política e ideologicamente para enfrentar as situações.

SOBRE ALGUNS PRINCÍPIOS DA TÁTICA NAS ATUAIS CONDIÇÕES BRASILEIRAS

Extraído de “A crise brasileira”, de 1966

Ademais dos elementos permanentes da tática marxista, que concorrerão para criar a força organizada do proletariado, há princípios gerais e particulares, aos quais obedece a tática, nas atuais condições brasileiras.

Esses princípios dizem respeito às regras e leis confirmadas pela prática e relacionadas com o manejo e a mobilização dos elementos, permanentes da tática, incluindo a frente única.

Dentre tais princípios, o da retirada tem um grande significado. Em nenhum momento, qualquer passo tático deve ser empreendido sem a garantia da retirada. Quanto ao princípio da ofensiva, a experiência ensina que não é obrigatório avançar sempre, desde que, em determinadas circunstâncias, estejamos obtendo vitórias ou êxitos parciais. Necessariamente, há um momento em que devemos parar e consolidar nossas forças, a fim de, em seguida, prosseguirmos avançando.

Quando a ofensiva política é do inimigo, as forças revolucionárias devem procurar abrir outra frente política sob a direção do proletariado. Esta outra frente — destinada a retirar a iniciativa ao inimigo — pode ser em qualquer área. Mas só concorrerá para a mudança de qualidade da luta política, se for uma frente de luta aberta no meio rural, entre as massas camponesas.

Outro princípio importante tem relação com o problema da força do proletariado. Quer dizer, ao tomar qualquer iniciativa política, o proletariado deve ao mesmo tempo empenhar-se em criar sua própria força. A força do proletariado reside no seu trabalho ideológico e político nas empresas industriais, entre os camponeses, as forças militares, os intelectuais, estudantes e mulheres, entre a juventude e, principalmente, entre as camadas médias nos grandes centros urbanos.

Um dos princípios corretos do acerto tático é que o proletariado jamais deve renunciar a criar sua força própria e a fortalecer-se pela base, desde o primeiro momento em que participa da frente única. Sem isto, o proletariado não assegurará sua independência. Sem força própria, o proletariado será um joguete nas mãos da liderança burguesa.

Para que a força do proletariado seja utilizada de modo correto, deve haver uma combinação do trabalho nas empresas industriais com o trabalho no campo e entre as forças militares. Se esta combinação não for estabelecida, a tática do proletariado sofrerá uma distorção. É impossível a vitória do proletariado sozinho — sem a frente única antitadadura e sem a base operário-camponesa para a frente única.

A greve geral política nacional do proletariado, sem o apoio dos camponeses e dos elementos militares revolucionários, bem como das massas populares, dos estudantes, intelectuais e mulheres, não produz o resultado desejado, pois implica em lançar o proletariado sozinho à luta.

A vitória do proletariado é impossível se — por outro lado — o movimento revolucionário depender exclusivamente das lutas camponesas isoladas das lutas urbanas. Ou somente da luta militar ou de um dispositivo de cúpula militar-sindical.

No que se refere às forças militares, é impossível obter qualquer êxito entre elas se o trabalho no seu interior estiver sob a influência da ideologia da burguesia ou do nacionalismo revolucionário, em vez de estar sob a influência da ideologia do proletariado.

Sempre que se trata da frente única, tenha-se em conta que ela não pode ser vista somente em termos de partidos ou ex-partidos políticos opostos à ditadura. É necessário ver as forças de classe da frente única e as tendências e forças políticas ou agrupamentos que as representam, sem excetuar os líderes e as lideranças.

Um princípio importante — sob esse aspecto — é o da existência de três agrupamentos de forças da frente única. No centro estão as forças intermediárias, ou sejam, as forças mais numerosas da burguesia e seus afins. À esquerda estão as forças radicais. E no extremo oposto as forças de direita da frente única.

Sem levar em consideração tal princípio, torna-se difícil atuar na frente única.

Antes de mais nada, é impossível desenvolver o trabalho de frente única com resultados positivos, limitando nossa atividade a uma ação de cúpula ou a entendimentos com a liderança das forças intermediárias. Com a cúpula não se consegue a vitória. O fundamental — nesse caso — é o trabalho de base, o que exige persistência e determinação da liderança do proletariado.

Outra questão é o princípio da unidade e luta com a burguesia dentro da frente única. Tal princípio só pode ser aplicado se o proletariado desencadear a luta de classe e souber conduzir com acerto a luta de massas nacionalista e democrática, na qual se inclui a luta pela terra. O proletariado deve assumir uma posição revolucionária clara, não lhe cabendo, em nenhuma hipótese, o papel de força moderadora da frente única. Quando isto acontece, o proletariado fica a reboque da burguesia.

Nosso papel, entretanto, não é atacar as forças intermediárias para destruí-las, nem desfechar sobre elas o golpe principal, desviando-o do alvo imperialista. O perigo é nos aliarmos somente a elas e deixarmos de lado as forças radicais. Ficaremos então à mercê das forças intermediárias.

É incorreto subestimar a união com as forças radicais. O radicalismo brasileiro é fruto do avanço do movimento revolucionário ou da resistência extrema à ditadura. Apresentando uma estratégia revolucionária e uma tática coerente com tal estratégia e a ela subordinada, faremos das forças radicais da frente única um aliado do proletariado.

Trata-se da unidade com a esquerda. Um dado valioso para essa unidade — tendo em vista atrair o centro — é a aliança com os católicos, e em particular com a esquerda católica. Ademais disso, com o mesmo fito, é imprescindível nossa união com os nacionalistas revolucionários, os partidários de Brizola, Arraes, Julião e outros, e bem assim com as demais correntes esquerdistas contrárias à ditadura. Nesse particular, o Nordeste merece uma atenção especial. Os intelectuais, por sua notória resistência ao terrorismo cultural e à ditadura, tendem à esquerda, e a união com eles assume um caráter de obrigatoriedade.

Depende da unidade com a esquerda o êxito da unidade com as forças do centro opostas à ditadura, desde as que obedecem ao comando de Jango, às que são lideradas por Jânio, Kubitschek e outros.

O proletariado não pode renunciar à aliança com o centro da frente única. Mas, se recusar a aliança com a esquerda, não terá força para atrair o centro e unir-se com ele.

Outro princípio tático importante, relacionado com a frente única, é o princípio da unidade de programa e de ação. O ponto de partida em tal princípio é a concordância da frente única no que diz respeito à derrubada da ditadura. Subentende-se, em virtude disso, que o fundamental para o objetivo em vista é a própria frente única antiditadura. Esta frente única deve ser a mais ampla possível e contar com todas as forças políticas e forças de classe opostas à ditadura, sem nenhuma exclusão.

Mesmo no caso dessas forças agirem cada uma de per si, é imprescindível que todas as ações convirjam para o principal objetivo — ou seja, a derrubada da ditadura.

O princípio da unidade de programa e de ação não importa, entretanto, em quebra da autonomia de nenhum agrupamento ou força da frente única, nem exclui o direito de crítica mútua e construtiva.

Em qualquer caso, o proletariado e juntamente com ele os comunistas devem desencadear e apoiar lutas contra a ditadura, e, por este meio, conduzir à luta as forças populares e nacionalistas.

Na luta contra a ditadura, devemos procurar empenhar as forças básicas da revolução antimperialista e antifeudal, nacional e democrática. Dentre as forças básicas, devemos destacar os camponeses. Estes não devem ser lançados à luta somente no momento da conquista do poder estatal revolucionário, ou seja, no momento da decisão estratégica. E preciso fazê-lo desde já, o que indica a importância das lutas camponesas, das reivindicações do homem do campo e de sua participação na luta nacionalista e democrática. Isto indica também a importância da luta pela terra e da participação do campesinato na luta política contra a ditadura e por sua derrubada.

Tal maneira de se proceder não significa — segundo pensam alguns — nem a mudança do caráter da revolução, que continua sendo ant imperialista e anti-feudal, nacional e democrática, nem a predominância da contradição agrária sobre a contradição nacional, ant imperialista.

A visão estratégica da etapa histórica prossegue sendo a mesma, uma vez que as contradições postas em equação não foram resolvidas até agora.

Para o desenvolvimento das lutas, o princípio básico é a combinação das formas de luta e organização legais e ilegais, e a utilização de todas e quaisquer possibilidades legais, no terreno da defesa das reivindicações nacionalistas e democráticas, inclusive camponesas, no terreno da política interna ou externa, ou no terreno jurídico.

Isto implica em atuar com firmeza onde quer que haja massas — nos sindicatos, nas organizações populares, feministas, estudantis, camponesas e quaisquer outras. O objetivo de tal atuação é desencadear e apoiar lutas e estimular a combatividade das massas.

O princípio da combinação das formas de luta e organização é subordinado à compreensão e ao reconhecimento da importância das lutas camponesas, cujo desencadeamento exige a abertura de uma segunda frente na luta política do Brasil.

O princípio fundamental da tática marxista é que, em qualquer fase da luta do proletariado, torna-se obrigatório lutar pela conquista de um tipo de governo, ou melhor, de um poder que abra caminho para a completa libertação nacional, econômica, política e social do povo. Quer dizer, que abra caminho para a solução do problema estratégico.

Nas condições brasileiras, é indispensável lutar por um governo que substitua a atual ditadura. Tal governo deve ter características realmente democráticas. Deve ser o oposto do que aí está.

A essa tarefa ficam subordinadas as demais tarefas táticas.

A tática dos comunistas — baseada no princípio de que a hegemonia da revolução deve estar com o proletariado — tem hoje um caráter completamente

diverso da tática anterior. Aquela era condicionada pelo desenvolvimento pacífico. A atual é condicionada pela perspectiva básica de que a ditadura só será aliada pela força, e de que em qualquer caso teremos de enfrentar a violência e agressão armada do imperialismo dos Estados Unidos.

Enfrentamos uma situação inteiramente nova. A tática tem que ser outra.

REJEIÇÃO DA TÁTICA QUE SUBORDINA O PROLETARIADO À BURGUESIA

Extraído de “A crise brasileira”, de 1966

O proletariado não pode seguir uma tática qualquer. A tática que não convier à conquista dos objetivos estratégicos da revolução ant imperialista e antifeudal, nacional e democrática, deve ser repelida.

Toda tática que, na nova situação do país, pretender prosseguir subordinando ideologicamente o proletariado à burguesia é uma tática condenável.

Que essa tática existe não é novidade para ninguém. Ela é o resultado da influência ideológica da burguesia no seio do proletariado.

Torna-se necessário conhecer suas características, para combater sua penetração no meio revolucionário.

Trata-se da tática que se limita a ver a aliança do proletariado com o centro da frente única, e permanece indefinidamente nestes marcos estreitos.

Sua maneira de ser é fruto de uma concepção reboquista, por falta de confiança no proletariado. Seu ponto de partida está em reconhecer que, objetivamente, o processo político brasileiro se desenvolve sob a direção da burguesia. E disso não se liberta.

É a tática que busca uma saída moderada, teme as lutas radicais e uma solução revolucionária, para não desgostar a burguesia e manter com ela uma colaboração duradoura.

A tática a que nos referimos segue religiosamente os cânones teóricos do passado, e não vê possibilidade para o desencadeamento da revolução, a não ser quando existam as condições pré-revolucionárias clássicas. A revolução cubana já pôs por terra este conceito tradicional, mas a citada tática ignora os fatos novos.

No que diz respeito à autocrítica, essa tática não parte de um ponto de vista de classe. Rejeita a idéia de que a causa principal do erro dos comunistas, anteriormente, foi a ilusão na liderança da burguesia. Recusa-se a admitir que ficamos

basicamente sob a liderança da burguesia e a seu reboque, e perdemos a autoridade sobre as massas, dando-lhes a falsa ideia de que estávamos no poder e éramos a mesma coisa que João Goulart.

Em consequência da subordinação ideológica à burguesia, acabamos caindo na política de apoio aos atos positivos de Goulart e de combate aos seus atos negativos. Isto é errôneo. E o erro consiste — nesse caso — em esperar pelas iniciativas da burguesia. Consiste em nada fazer para sair do conformismo.

Não se trata de recusar a frente única com a burguesia. Mas uma das condições típicas dessa aliança é — de nossa parte — lutar para que a hegemonia seja do proletariado e este não fique a reboque da burguesia.

A tática que combatemos não se preocupa com tais coisas. Seu grande empenho — inspirado na ideia de que somos uma força moderadora — tem outro sentido, visa significativamente a chamar a atenção para o desvio esquerdista.

Na verdade, o esquerdismo foi fruto extemporâneo da ilusão de classe, que não permitia ver a impossibilidade da conquista de um programa avançado, confiando na burguesia, em vez de confiar na luta pela base.

Atribuindo ao esquerdismo a responsabilidade principal por nosso erro, a tática em causa não deixa de desferir alguns ataques ao desvio direitista — pelo menos para guardar as aparências.

O único resultado que consegue — por esse caminho — é dividir as fileiras do proletariado em duas facções — esquerda e direita. Mas não convence ninguém. E o pior de tudo é a fuga ao exame da causa principal de nosso erro, que foi a perda do sentido de classe.

Desistindo de reconhecer que nosso mal maior é tentar prosseguir com o cordão umbilical atado à burguesia, a tática referida teme aceitar como perspectiva básica a derrubada da ditadura pela força.

Esta perspectiva é concreta, pois as condições brasileiras mostram claramente que — sem o emprego da força — não há como derrubar a ditadura. Mesmo em face de outras alternativas, será sempre necessário o uso da força, pois o imperialismo norte-americano agirá pela violência ao sentir seus interesses ameaçados.

A tática que citamos, entretanto, admite isolar e desagregar a ditadura a tal ponto que ela se torne impotente para empregar a violência contra o povo, e seja derrubada sem que a luta armada se torne a principal forma de ação.

Essa tática aceita uma tal saída porque continua alimentando ilusões na burguesia, e espera que, das contradições entre as classes dominantes, surja um desfecho favorável ao povo, sem o apelo a lutas radicais.

Não é por outro motivo que a mencionada tática — para fugir à apresentação do caminho violento de derrubada da ditadura — insiste em falar no caminho da luta de massas. Seria este o caminho indicado para levar a ditadura à derrota.

Todos sabem que falar em caminho da luta de massas para derrubar a ditadura é a coisa mais elementar e menos controvertida hoje em dia. O que todos querem saber é como será tal caminho.

A tática a que nos referimos define o caminho da luta de massas para a derrubada da ditadura como sendo a participação nas eleições, protestos, greves e manifestações. Como coroamento desse caminho, preconiza contra a ditadura uma greve geral, nacional, política, sem recorrer à luta armada, à insurreição popular ou à guerra civil.

Julga possível, assim, nas condições atuais do país, a vitória de um processo político — com eleições, greves, manifestações e protestos em que a ação decisiva das massas venha a ser exercida pacificamente.

Estamos aqui no pleno reinado das ilusões de classe, para não falar num reinado do Dr. Pangloss. Tal ilusão só se explica em virtude da tática que apreciamos acreditar que uma das facções das classes dominantes acabará buscando, ela própria, a ajuda do proletariado, para livrar-se da oposição ou da ameaça de outras facções, também em luta pela supremacia política.

A derrota da ditadura seria, assim, o resultado da luta e da liderança da própria burguesia ou de um setor burguês, que acabaria apoiando-se no proletariado, e evitando o derramamento de sangue ou a luta violenta.

Por mais incrível que pareça, a tática aqui exposta também se refere à luta armada. E até insiste muitas vezes em tal forma de luta. Apesar disso, faz-lhe uma

ressalva. É quanto ao momento de sua utilização. A tática em tela esclarece persistentemente que não se há de recorrer agora a tal forma de luta e, sim, somente quando ela se tornar oportuna e vier a ser a forma de luta principal.

Essa maneira de enfocar a questão denota que a tática em referência pretende queimar os últimos cartuchos para obter uma derrubada pacífica da ditadura, mesmo ao preço da sujeição ideológica do proletariado à burguesia.

Frustrado, porém, o caminho da solução pacífica, só aí então — segundo a tática exposta — seria o momento da luta armada.

Ao adotar semelhante critério, essa tática confunde formas de luta com o caminho tático.

A questão não está em definir formas de luta, enumerá-las, selecioná-las — aceitando umas e rejeitando outras. Não está igualmente em aceitá-las todas.

A questão está no caminho tático, e este caminho consiste em saber qual o elo que levará à derrubada da ditadura, com o emprego da ação de massas e o reforçamento da posição independente do proletariado.

O elo só pode ser o trabalho de campo, a penetração profunda no meio rural brasileiro, a preparação e o desencadeamento das lutas camponesas, com todas as consequências decorrentes das ações que contrariam o imperialismo e o latifúndio.

A tática a que nos reportamos despreza o papel do camponês na luta contra a ditadura, exatamente pelo temor da radicalização do processo político.

Daí porque — ao tratar do programa de lutas — só apresenta reivindicações relacionadas com o nacionalismo, com as liberdades democráticas e os interesses do proletariado. As reivindicações camponesas são omitidas. A luta pela terra é relegada para o momento da luta pelo poder estatal revolucionário.

Esta maneira de proceder indica que a tática em alusão só acredita em lutas urbanas, e isto implica em persistir na ideia de lançar o proletariado à luta sem o apoio do campesinato, como tem acontecido até agora no movimento revolucionário brasileiro. A tática aqui exposta não vê que o camponês é o fiel da balança no Brasil, como em toda a América Latina.

Quanto ao problema das eleições, a tática referida avalia-o mal e erroneamente, porque não confia no proletariado e prosterna-se ante a burguesia e sua liderança.

Todos veem que o caminho da derrubada da ditadura não pode ser por via eleitoral. E esta é uma tese provada pela experiência, eis que a ditadura — valendo-se da força, isto é, dos atos institucionais e complementares — transformou as eleições numa comédia, para não falar em pantomima.

A tática em causa quer, entretanto, que pelas eleições sejam infligidas derrotas parciais que debilitem o regime, apressando sua derrocada. O meio para isto seria o apoio às forças contrárias à ditadura e que mereçam a confiança do povo. Não sendo possível, tratar-se-ia de votar em branco e desmascarar a farsa eleitoral.

Depreende-se daí algo de curioso: a tática que citamos ainda não considera suficientes os instrumentos já adotados pela ditadura que invalidam as eleições e fecham as possibilidades de uma saída eleitoral, com a participação e a vitória de candidatos da confiança do povo. E isto é evidente, desde que — como tal — não podem ser classificados senão os candidatos aceitos pela ditadura ou com ela comprometidos. São estes, aliás, os únicos aptos a escapar das cassações e de outras leis e métodos fascistas.

Esperar que das eleições convocadas pela ditadura surja a possibilidade de infligir-lhe derrotas parciais, debilitar o regime, apressar sua derrocada e retomar o processo democrático — sem o persistente trabalho para desencadear lutas e chegar assim ao efetivo desmascaramento do atual governo — significa impelir o povo para o beco sem saída das ilusões eleitorais. O que levará o proletariado e as massas a navegarem ingloriamente nas águas dos candidatos da ditadura, ou dos que pretendem salvar a quartelada de abril, depois que sentiram na própria carne a repulsa do povo ao governo e sua política.

A tática que mencionamos não oferece melhor solução em face do problema sucessório, e levará o movimento revolucionário a outra estrondosa ilusão ou à estagnação no charco da pusilanimidade burguesa.

Em referência às crises de governo, a tática em pauta firma posição partindo do fato que novos golpes podem ocorrer.

A possibilidade de novos golpes é real. Mas a tática citada quer — nesse caso — a intervenção das forças populares para impedir uma "solução reacionária" com o fortalecimento de Castelo, ou a substituição de golpistas.

Tal posição demonstra que essa tática não julga Castelo suficientemente reacionário nem bastante forte, o que, entretanto, poderia vir a acontecer com o golpe. A outra alternativa para uma "solução reacionária" — ainda segundo a mesma tática — seria a subida de novos golpistas ao poder.

O fundamento ideológico dessa posição tática é norteado pela ilusão na situação atual e pela esperança na sobrevivência de uma reviravolta da própria burguesia, reviravolta destinada a pôr em ordem a situação política e ensejar uma escalada democrática.

Em resumo, as características e os aspectos da tática a que aludimos mostram que o proletariado nada tem a fazer com ela e que — se porventura viesse a cometer o equívoco de adotá-la — continuaria perplexo e vagueando por aqui e por ali, sem orientação em face dos constantes atos institucionais e complementares dos militares empoleirados no poder.

Eis porque o combate à subordinação ideológica do proletariado à burguesia e, em consequência, a rejeição de uma tática baseada nesse princípio constitui um elemento fundamental para levar-se a bom termo a luta pela derrubada da atual ditadura.

O PROLETARIADO E AS FORÇAS MILITARES

Extraído de "A crise brasileira", de 1966

O proletariado jamais pode desdenhar as forças militares. E diante delas é obrigado a tomar posição, adotando uma política.

A este propósito, num dos seus trabalhos sobre "O papel da violência na História", Engels afirma o seguinte:

"Em política não há senão duas potências decisivas: a força organizada do Estado, o exército, e a força desorganizada, a força elementar das massas populares".

Assim, segundo o conceito marxista, as forças militares são a força organizada do Estado.

Para que o proletariado defina sua posição perante elas, é necessário, antes de mais nada, encará-las como parte integrante do aparelho do Estado, seu setor armado, instituído e organizado com o fito de assegurar o domínio das classes que o Estado representa.

Conforme a natureza do Estado, assim será a natureza de suas forças armadas. O Estado jamais organizará ou permitirá forças militares que a ele se oponham, ou lhe contrariem a finalidade de dominação de classe. As forças militares têm uma função repressiva, conservadora. Este o seu conteúdo de classe.

O Estado brasileiro organizou suas forças militares, e ao longo da História as tem utilizado com a finalidade expressa de garantir a dominação das classes dirigentes do país.

As forças militares brasileiras — dentro da finalidade a que se destinam — apresentam, entretanto, um aspecto significativo: elas refletem também as contradições de classe da sociedade em que vivemos.

Este fenômeno é consequência da própria textura das forças militares. Como instituição, elas não podem deixar de contar no seu seio com elementos das várias classes da sociedade brasileira.

Em nossa infra-estrutura militar, a parcela preponderante origina-se do proletariado e do campesinato. A elite dirigente militar, porém, procede da pequena burguesia, da burguesia e dos latifundiários.

O processo de avanço do capitalismo no Brasil, sem despojar-nos da condição de país subdesenvolvido, mas com repercussão nos fatos políticos, concorreu para modificações na composição e evolução das forças militares. Em certos momentos e sob determinadas condições, como no governo de João Goulart, elementos não aristocráticos ascenderam a setores de comando militar até então impenetráveis a um acesso plebeu.

A despeito de tal fenômeno, as forças militares têm mantido no Brasil a constância do conteúdo de classe do Estado.

É que as forças militares não são um todo amorfo, nem se limitam a refletir contradições da sociedade brasileira. O Estado dotou-as de um comando ideológico e político — um comando de classe — que não lhes permite mudar de rumo ao sabor dos acontecimentos. E instituiu para isso a hierarquia e a disciplina, como armas fundamentais para livrar as forças militares dos embates mais ou menos profundos, provocados pelos choques de classes da sociedade.

Nem sempre o Estado obteve êxito nesse seu propósito. A história registra momentos em que as forças militares foram levadas a mudar de posição. Isto se deveu ao fato de que as classes dominantes já não tinham condições de manter-se nas posições primitivas.

A abolição da escravatura e a proclamação da República são acontecimentos históricos que revelam como foi possível às forças militares mudarem de atitude.

É evidente que — refletindo os choques de classe da sociedade brasileira — as forças militares, por sua maioria, em contrapartida, influíram e pressionaram assim as classes dominantes. E, com isso, desempenharam objetivamente um papel dirigente.

Acontece que se tratava de um papel positivo, pois as causas abraçadas significavam um progresso, um grande passo adiante.

Semelhantemente, nos anos recentes, no período após-guerra, as forças militares desempenharam um papel positivo, quando se colocaram — por uma imensa maioria — a favor do monopólio estatal do petróleo e a favor de outros postulados de cunho nacionalista, e mesmo democrático (11 de novembro).

As forças militares podem exercer esse papel quando não estão em jogo interesses que põem em xeque ou ameaçam o domínio das velhas classes dirigentes. Idêntica circunstância ocorre quando se extingue o poderio de velhas classes dirigentes, ou lhes é arrebatada uma parcela de poder. A condição exigida para isso é que não haja perigo de transferência de controle do Estado e de sua máquina para as mãos das massas.

A abolição da escravatura e a implantação da República, por exemplo, abalaram a velha classe dos escravocratas. Mantiveram, porém, o Estado brasileiro enfeudado ao domínio das classes exploradoras, sob o signo da conciliação entre burguesia e latifúndio, que se transformou em característica de nossa evolução histórica.

No caso da luta pelo petróleo e de certos pronunciamentos democráticos, que empolgaram a maioria das forças militares — como a defesa da Constituição no 11 de novembro — não havia risco de qualquer natureza para o Estado brasileiro, cuja estrutura permaneceu inalterável.

Em face, porém, do avanço das massas, ameaçando influir no poder, ou diante do perigo de mudança de qualidade na estrutura do Estado, as classes dominantes levantarão as forças militares contra as massas. Fá-lo-ão, desencadeando o golpe militar — como recurso extremo — para liquidar as liberdades democráticas. E, se necessário, simultaneamente, alijando do interior das forças militares os elementos suspeitos ou declaradamente favoráveis ao povo, isto é, ao nacionalismo e à democracia.

Foi o que ocorreu com o golpe de 1.º de abril de 1964, preparado, aliás, no interior das forças militares, com o estímulo, a inspiração e o apoio do imperialismo norte-americano.

É impossível deixar de relacionar os golpes militares no Brasil com a ação do imperialismo. E isto se tornou mais evidente a partir da Segunda Guerra Mundial, quando os Estados Unidos redobram seu trabalho no seio das forças militares brasileiras.

A esse respeito, vale a pena lembrar o discurso que Adalgiza Néry pronunciou na Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara, e que foi publicado no "Diário da Assembleia Legislativa" do mesmo Estado, com a data de 13 de novembro de 1964. Da leitura desse discurso podemos inferir as desastrosas consequências a que fomos arrastados pela assinatura e ratificação do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos.

Significativo, também, é o que nos revela Nelson Werneck Sodré, em sua obra já citada "História Militar do Brasil", página 403, ao afirmar:

"O grande esforço do imperialismo, sem dúvida alguma, vem sendo desenvolvido nesse sentido: o de transformar as Forças Armadas nacionais em tropa de ocupação a seu serviço. Para isso, em todos os momentos, nos repetidos encontros de chefes militares em cursos especiais que oferecem, em viagens de estudo que proporcionam e, principalmente, valendo-se das missões militares, manipulam o anticomunismo. Acabar com o comunismo, e pela violência armada, constituiria, para todas as Forças Armadas do mundo "ocidental e cristão", a missão fundamental, conjugando-as como únicas, obedientes ao mesmo comando, despojadas de características nacionais, desinteressadas dos problemas específicos de cada um dos países a que devem servir. Essa continuada e minuciosa operação de lavagem cerebral, que não pode atingir individualmente e de perto cada indivíduo das Forças Armadas, tem atingido, realmente, e com êxito, determinados grupos delas, grupos especializados e por isso mesmo atingíveis: os do comando, os do Estado Maior, os de alguns serviços especiais. O que vem acontecendo, assim, entre nós, é a tentativa, rigorosamente planejada e executada, de ganhar o aparelho de comando das Forças Armadas porque, ganho este, como tais instituições operam por gravidade, isto é, de cima para baixo, por força da hierarquia e da disciplina, o resto vem como consequência. É preciso confessar que, realmente, o imperialismo vem conseguindo alguns êxitos espetaculares nesse sentido".

A influência e o domínio do imperialismo norte-americano no alto comando das forças armadas brasileiras exercem um papel altamente negativo.

Os fatos demonstram que, sobretudo em consequência disso, a tendência repressiva militar chegou a ponto demasiado elevado nas circunstâncias atuais.

É incontestável que, em decorrência de uma relativa composição pequeno-burguesa da elite militar, e em virtude do impacto que o conhecimento da realidade brasileira provoca em muitos homens dessa elite, uma plêiade de oficiais

das forças armadas brasileiras passou-se ao marxismo. Seria, entretanto, absolutamente fora de sentido não ver a constância do surgimento — quase ininterrupto — de oficiais torturadores e espancadores, de feitio nazista, em que são abundantes as três armas.

O importante é assinalar que nas forças armadas foi crescendo uma tendência reacionária e fascista, culminando com sua predominância no alto comando militar e entre os oficiais golpistas responsáveis pela abrilada.

Tal tendência cresceu e estendeu-se até a decantada teoria da geopolítica e à tese da interdependência da soberania nacional. Uma e outra — diga-se de passagem — destinadas a dar cobertura aos interesses do imperialismo norte-americano, em detrimento do sentido nacional.

A despeito de que uma parte das forças militares não aceita a tendência mencionada e simpatiza com o nacionalismo, não se pode deixar de reconhecer que o miolo das forças armadas a ela se adapta, diante do pavor infundido pela campanha anticomunista.

Um erro comum dos comunistas e das forças de esquerda em geral foi a propaganda da tese de que as forças armadas brasileiras são democráticas ou têm tradição democrática. Semelhante tese — a julgar pelo papel dos militares no desempenho atual do poder através do balanço histórico de sua atuação permanente — não tem substância marxista. Constituiu, na verdade, mais uma ilusão difundida por aqueles que mais deveriam estar prevenidos contra ela.

Não tem substância marxista, porque o marxismo aprecia os fatos do ponto de vista histórico e do ponto de vista de classe. E, sob esses pontos de vista, as forças armadas brasileiras jamais deixaram de acompanhar as classes dominantes, e têm sido, até hoje, o instrumento destinado a protegê-las e salvá-las nos momentos mais difíceis.

É preciso insistir na tese de que as forças militares se identificam com o Estado e têm uma posição de classe definida, uma função repressora ante o movimento de massas e sua expansão.

É esta função coibitiva das forças armadas que sistematicamente dá origem, em seu interior, aos golpes militares antipovo.

Outra questão controvertida é saber se se pode obter o apoio das forças militares em seu conjunto para o triunfo da revolução no Brasil. A isto os marxistas respondem negativamente, pois o contrário seria fugir à tese de que as forças armadas em seu conjunto são um instrumento de repressão do Estado, e se identificam com ele. Não há nenhum exemplo histórico de triunfo da revolução com a ajuda total das forças militares do Estado completamente reacionário, ou simplesmente democrático-burguês, se a revolução em causa é popular, ou mesmo nacional e democrática, sob a liderança do proletariado.

Afastada a idéia de ganhar o conjunto das forças armadas para a revolução — o que constituiria um visionarismo — resta ao proletariado adotar uma política militar, cujo objetivo seja atrair para o lado da revolução uma parte das forças militares convencionais.

Tal objetivo é viável e pode ser atingido. Para isso, deve-se levar em conta que as forças militares são compostas de classes e refletem os choques, conflitos e colisões da sociedade brasileira, estando sujeitas a dividir-se e a fender-se.

E ainda que a maioria, no interior das forças armadas, prossiga sendo o esteio da reação, sempre há uma parte — por menor que seja — que se poderá ganhar contra a reação.

Ao traçar sua política militar, o proletariado rejeita, desde logo, colocar-se sob a hegemonia da burguesia, render-lhe obediência.

O comando da burguesia — mesmo nos momentos em que um dos setores burgueses no poder ou fora dele pretende realizar reformas — é um comando vacilante, temeroso das massas e do proletariado. É um comando que ensaia a luta, mas quando os golpistas das forças militares levantam a cabeça, acaba capitulando, como aconteceu no governo João Goulart.

Em matéria de política militar, o proletariado sofrerá um derrota inevitável sempre que subordinar sua ação à liderança da burguesia ou alimentar ilusões num dispositivo militar-sindical. Este foi um dos erros capitais das forças populares e nacionalistas no curso do governo goulartiano, quando a política militar dessas forças esteve submetida à direção do setor burguês do Poder Executivo. Militares que seguiram essa política

e acabaram sendo expulsos das forças armadas pela ditadura atual, em um documento bastante significativo, fazem autocrítica nos seguintes termos:

"Chegamos mesmo à posição reboquista, de deformação ideológica, ao supor que poderíamos manter um comando militar dentro do comando da burguesia".

Dentro do comando da burguesia evidentemente quer dizer: subordinado ao comando da burguesia. E, acrescentamos, é inútil ficar esperando pelas diretrizes do comando burguês nas forças armadas, pois essas sempre fracassam pelo medo da burguesia em dar chance ao proletariado.

No documento citado, os militares a que nos referimos chegam à conclusão de que a política militar de subordinação ao comando burguês levou-os à perplexidade diante dos acontecimentos do dia 31 de março de 1964, culminando com a incapacidade de resistir mesmo com aquilo de que ainda dispunham.

Os que adotam uma política militar reboquista fogem a uma posição de classe, fogem à essência do marxismo-leninismo. Fogem também ao espírito de classe do proletariado os que pregam uma política militar esquerdizante. São os que afirmam que a política militar existe para comandar a luta armada e destruir o Estado e as próprias forças armadas.

Nas condições atuais, uma tal política dentro das forças militares leva ao isolamento dos seus propugnadores.

A verdadeira política militar existe como elemento tático permanente da estratégia revolucionária. E consiste em unir os elementos militares revolucionários sob a liderança do proletariado. Simultaneamente, uni-los com o povo, com o proletariado, com os camponeses. As lutas militares devem ser combinadas com as lutas operárias e camponesas, dentro da tática e da estratégia do proletariado, entendendo-se por lutas militares também a luta nacional dentro das forças armadas.

Quando falamos em elementos militares revolucionários, é exatamente porque nem todos os militares podem ser revolucionários, e só uma parte deles passará para o campo da revolução.

Por outro lado, ao nos referirmos às lutas militares, queremos distingui-las da luta armada, uma vez que esta última inclui também a participação do elemento civil e pode até assumir o aspecto de luta camponesa. Isto significa que a luta armada não é para ser desencadeada necessariamente sob a direção militar.

Uma política militar que só vê as forças armadas como uma coisa em si e só se dedica a enfrentar o trabalho político dentro delas, sem relacioná-las com o trabalho revolucionário extramilitar, não tem condições de êxito.

Estabelecidas estas premissas, e feita a ressalva de que a verdadeira política militar jamais deve subordinar-se ao comando da burguesia, resta conceituar as táticas de atuação no interior das forças armadas. Nesse sentido, o documento dos militares a que já referimos afirma o seguinte:

"Podemos conceituar as táticas de atuação nas forças armadas como uma tática legal, ampla, podendo-se caracterizar como uma tática de massas. Uma outra, clandestina, secreta, fechada."

Do ponto de vista amplo, de massas, é impossível impedir que os patriotas lutem dentro e fora das forças militares pela reformulação das tarefas impostas às forças armadas brasileiras. E é nessa tecla que o proletariado deve insistir, sem ceder às pressões e à vacilação da liderança burguesa, que teme defender para as forças armadas um programa nacionalista e democrático.

Elementos desse programa encontram-se no livro de Nelson Werneck Sodré, a "História Militar do Brasil", nas Conclusões, à pág. 404. A elas remetemos o leitor.

Em tal programa destacamos como fundamental levantar reivindicações democratizadoras de caráter profissional, ou melhor dizendo, a democratização da estrutura militar, e bem assim a nacionalização do equipamento material.

É o que Nelson Werneck Sodré situa com precisão na obra citada, pág. 407, ao dizer:

"Torna-se pacífica e de entendimento geral a compreensão de que o equipamento material das Forças Armadas jamais poderá ser convenientemente atendido enquanto fornecido de fora, e segundo interesses que não são os nossos. Trata-se de produzir tais equipamentos, de acordo com as nossas verdadeiras necessidades e colocando o aparelhamento das Forças Armadas na exata correspondência com o desenvolvimento material do país, e não mais através de processos de aquisição

no exterior que se colocam na mesma linha e no mesmo sentido do processo de endividamento externo e de deterioração do comércio exterior que surge, hoje, com demasiada clareza para continuar a ser aceito e tolerado. Devemos, por isso, não apenas nacionalizar o material em uso, mas a técnica de sua produção, os princípios a que seu uso obedece, os conhecimentos a que está ligado".

Do ponto de vista de massas, estas e outras reivindicações alicerçam uma correta política militar. Do ponto de vista da tática fechada, basta citar o documento dos militares, já referido linhas atrás, quando afirma o seguinte:

"A tática conspirativa ilegal, no sentido primário, seria a existência de um órgão de comando coordenador independente e fora da máquina de comando da burguesia".

A conceituação das duas táticas no interior das forças militares não significa, entretanto, que elas atuem isoladamente. Pelo contrário, devem convergir para um único ponto: o isolamento da direita militar.

AS GUERRILHAS COMO FORMA DE LUTA

Extraído de “A crise brasileira”, de 1966

A forma de luta geral que o povo brasileiro emprega contra a ditadura é a luta de resistência das massas. Torna-se dispensável aqui tecer outros comentários sobre a resistência como forma de luta geral do povo, eis que o assunto foi motivo de apreciação no livro "Por que Resisti à Prisão", no capítulo intitulado "O papel das forças populares e nacionalistas".

A luta de guerrilhas é — no caso brasileiro — uma das formas da luta de resistência das massas.

As guerrilhas são uma forma de luta complementar. Em si mesmas, elas não decidem a vitória final. Seja na guerra ou na luta revolucionária, elas pressupõem a existência de uma forma de luta principal. Em relação a tal princípio, os exemplos históricos das lutas de guerrilhas mostram o importante papel que elas desempenham na libertação dos povos e na derrubada das tiranias.

No Brasil, é conhecido o exemplo da luta de guerrilhas desencadeada contra a invasão dos holandeses. As guerrilhas dirigidas por Luiz Barbalho tiveram como objetivo eliminar as fontes de alimentos que abasteciam os invasores. Luiz Barbalho marchou do Rio Grande do Norte até a Bahia, passando por entre as linhas dos holandeses, e alcançou o sítio onde foi construído o forte de Barbalho, ainda hoje existente no bairro do mesmo nome, na cidade do Salvador.

A luta de guerrilhas de Barbalho foi combinada com a política de terra arrasada, o que — de fato — prejudicou o fornecimento de alimentos ao inimigo estrangeiro. Mas o que veio a decidir a situação, determinando a expulsão definitiva dos holandeses, foi, finalmente, a forma de luta principal — as grandes batalhas de Monte das Tabocas e dos Montes Guararapes, e o cerco dos invasores, com a conseqüente rendição da Campina do Taborda.

Outros exemplos podem ser citados: o da Espanha, quando da invasão dos franceses; o da China, quando da guerra contra os japoneses e na luta civil contra Chiang Kai Chek; o de Cuba, com Fidel Castro à frente, acompanhado de Che Guevara e outros valorosos combatentes.

Uma luta de guerrilhas persistente e prolongada — quando ainda não existe um exército regular de combatentes do povo — leva à formação desse Exército, se for uma luta conduzida com acerto e se condições objetivas e subjetivas o permitirem.

A luta de guerrilhas constitui assim na tática dentro da estratégia revolucionária, estratégia esta capaz de conduzir — nas condições atuais — as forças populares e nacionalistas a uma vitória.

A luta de guerrilha é uma forma de luta política. Mas é uma forma de luta política diferente — aplicável quando a luta política já não pode resolver-se pacificamente, e tem que fazer-se por outro meio. Ainda que a insurreição e a guerra civil constituam igualmente outros meios de efetuar luta política, não resta dúvida que a luta de guerrilhas tem a vantagem de poder organizar-se mais rapidamente, e com efetivos pouco numerosos a princípio. Também em qualquer momento, a luta de guerrilhas pode ser entrosada com as duas outras formas de luta referidas, quer simultaneamente, ou com cada uma delas em separado.

As forças populares e nacionalistas necessitam de um poderio. Daí que, *pari passu* com a luta política pelos meios ainda possíveis nas cidades, seja conveniente lançar mão da guerrilha. Por meios ainda possíveis nas cidades, entendemos as mais variadas formas de protestos e manifestações, dentro da linha de resistência de massas, mesmo que a ditadura se lance contra, reprimindo, punindo, usando da violência.

Fica subentendido que a luta de guerrilhas não é inerente às cidades, não é uma forma de luta apropriada às áreas urbanas. A luta de guerrilhas é típica do campo, das áreas rurais, onde há terreno para o movimento e onde a guerrilha pode expandir-se. Guerrilha que não se expande não preenche seu papel.

A luta política no Brasil sofreu uma mudança de qualidade. Já não há possibilidades reais de levá-la à vitória pela via eleitoral, ou através de movimento de massas destinado a pressionar o governo. Convém não confundir duas coisas distintas: a utilização de possibilidades legais e a possibilidade da vitória final.

Uma coisa é utilizar as mínimas possibilidades legais nos vários terrenos, inclusive no eleitoral e no jurídico. É sempre possível e necessário trabalhar para obter vantagens, acumular forças, dar incremento à frente única antiditadura,

através de processos legais. Por mais precárias que sejam as condições, tais possibilidades mínimas jamais devem ser desprezadas.

Outra coisa, entretanto, é pretender exclusivamente através dessas possibilidades chegar à vitória final.

Desde abril de 1964 estamos sob uma ditadura militar, que emprega a violência e o terror contra o povo. Severas penas são aplicadas pelos tribunais aos lutadores e oponentes da ditadura. São penas mais pesadas que as do tempo do Estado Novo. Leis proibitivas — como a que dissolveu os partidos políticos e muitas outras — são baixadas inexoravelmente. Repetem-se os atos institucionais. As eleições e posse dos eleitos passaram a ser concessões da ditadura, que instituiu as eleições indiretas e a discriminação contra os candidatos, excluindo-os sistematicamente do preceito político legal, Com o que foi abolido o chamado sistema representativo, transformadas as eleições numa farsa. Os direitos individuais e sociais foram riscados, a Constituição rasgada e o arbítrio erigido em lei.

O poder é controlado pelos coronéis fascistas, senhores absolutos dos IPMs e principais responsáveis pela intromissão indevida e intolerável nos assuntos civis. Milhares de brasileiros — civis e militares — estão com os direitos políticos cassados e impedidos de arranjar emprego condigno. A ditadura os reduziu à condição de marginalizados.

Os detentores do poder ocupam-se em abrir IPMs, interrogar acusados, mandar prender e condenar, desobedecer ordens de habeas-corpus. Outra atividade que os empolga é decretar leis restritivas ou fascistas, obedecer aos Estados Unidos e aplicar uma política econômico-financeira de desastrosas consequências. Tal política paralisa o país, sobrecarrega o povo de impostos, agrava a carestia, não detém a inflação e entrega o país de portas abertas aos trustes e monopólios norte-americanos e ao governo dos Estados Unidos.

Não é difícil prever, diante deste quadro, que a situação econômico-social brasileira gera condições capazes de nos impelir às guerrilhas e à guerra civil.

Os fenômenos que se operam internamente no Brasil e que levaram à derrota das forças populares e nacionalistas, e podem agora arrastar-nos à guerrilha, não estão desligados de fatos novos, surgidos no panorama internacional, e com reflexos imediatos na América Latina e em nosso país.

Estes fatos novos decorrem da crise geral do capitalismo, em sua terceira fase, quando se equaciona o problema da libertação dos povos, em condições assinaladas pela inexistência de uma conflagração mundial. Desses fatos, um dos mais característicos é que as forças armadas, em certo número de países subdesenvolvidos ou recentemente libertados do colonialismo, se transformaram em pontos-de-apoio fundamentais do imperialismo norte-americano e das forças retrógradas internas desses países. Depois do golpe militar no Brasil, em 1964, tivemos o golpe militar da Argentina, o da Indonésia, o do Congo. É de prever que outros golpes militares sejam desencadeados, e que continue o processo de utilização das forças armadas convencionais de muitos países como instrumento principal na luta contra a democracia e contra a libertação dos povos. Em tais condições, alertados pelas ilusões numa vitória fácil com apoio das cúpulas, e despertados para o exame da falta de preparo ante os golpes militares que os apanharam de surpresa, os revolucionários — agora amargando a derrota — procurarão corrigir seus erros e passar a outras formas de luta. Alguns povos — privados da liberdade — poderão encontrar refúgio na guerrilha, deslocando a luta para as áreas rurais, abrindo uma segunda frente.

A experiência atual das lutas dos povos assinala a importância do deslocamento da ação de massas para o interior, tendo em vista a necessidade de apoiar o proletariado urbano e mudar a qualidade do movimento de oposição às forças retrógradas e à ditadura.

É no campo, entre as massas rurais, que serão encontrados os elementos, fatores e condições mais condizentes com o tipo de resistência a que somos chamados.

Tenha-se como certo que as lutas nas áreas urbanas crescerão, a despeito da repressão que lhes fará a ditadura e da perseguição que continuará movendo contra os revolucionários. Estes, porém, disseminados no campo, poderão levar o apoio das massas rurais à luta política das cidades.

Um fator favorável é que em vários países latino-americanos, onde predominam as massas camponesas e as nacionalidades índias espoliadas, as lutas de guerrilhas tendem a comprimir-se sobre a área fronteira de fundo do Brasil. Tal fenômeno não poderá deixar de refletir-se entre as massas rurais do nosso país.

Os revolucionários brasileiros têm como certo que a luta será decidida através da iniciativa das forças em ação dentro do país. Nada parece aprovar a idéia de uma luta de guerrilhas que não surja das entranhas do movimento camponês e do movimento de massas, da resistência do povo brasileiro. A mais perfeita identificação com os camponeses, em seus usos, costumes, trajes, psicologia, constitui fator de decisiva importância, segundo o que se conhece de mais elementar na tática de guerrilhas. Todo princípio básico deste tipo de luta tem que resultar de uma concepção identificada com a maneira de ser que resultar do povo brasileiro, com o seu próprio cerne.

A natureza peculiar da guerrilha, pelo seu cunho irregular e pelo desapego a todo e qualquer convencionalismo militar, é incompatível com princípios táticos que não encontrem por parte do povo amparo, cobertura, apoio e a mais extensa e profunda simpatia. A guerrilha tem por isso mesmo um caráter nitidamente voluntário. Qualquer tipo de coação, visando ao seu alargamento e expansão, provocará efeito contrário.

Condicionada pela sua dependência e inteira conformidade ao tipo de resistência brasileira contra a atual ditadura, a guerrilha — nas condições políticas atuais de nosso país — terá a seu encargo fustigar as forças repressivas, impelir o campo para a luta política, incentivar o camponês à luta de classe, incorporando-o à luta geral. A guerrilha é uma das formas de plantar no fundo do país a bandeira da liberdade e da luta pela terra, pelo progresso, pela independência e a quebra do domínio norte-americano, pela abolição das injustiças dos latifundiários, por um mínimo de bem-estar e melhoria para a população rural sofredora.

O Brasil é um país cercado pela atual ditadura militar entreguista e pelos círculos dirigentes norte-americanos, a cujo serviço se encontram os traidores que empolgaram o poder.

Dentro das condições desse cerco, a guerrilha brasileira — com seu conteúdo nitidamente político — não pode deixar de significar um protesto, uma referência para a elevação da luta do nosso povo. Seria imperdoável não lhe dar a necessária continuidade e durabilidade, arriscando-a a lutar onde o inimigo tem superioridade de forças concentradas ou permitindo-lhe aventurar-se a travar batalhas ou mesmo combates decisivos com as forças da reação.

Ninguém espera que a guerrilha seja o sinal para o levante popular ou para a súbita proliferação de focos insurrecionais. Nada disso. A guerrilha será o estímulo para o prosseguimento da luta de resistência por toda parte. Para o aprofundamento da luta pela formação da frente-única antiditadura. Para o esforço final da luta de conjunto, de todos os brasileiros, luta que acabará pondo por terra a ditadura.

LUTA INTERNA E DIALÉTICA

1966

Todos os partidos do proletariado que foram adiante e obtiveram vitórias — inclusive chegando ao poder — passaram por um processo mais ou menos agudo do luta interna. Isto aconteceu na URSS, na China, em Cuba e outros países.

A experiência histórica brasileira mostra — por sua vez — que todos os passos para a frente em questões de orientação ou de correção da erros, na vanguarda do proletariado, sempre foram acompanhados de intensa luta interna.

Foi o que se deu em 1942-1945 (período do Estado Novo) e em 1956-1958 (período da discussão do culto à personalidade). É o que se dá agora, no período da derrota imposta ao nosso povo pelo golpe militar-fascista de 1º de abril de 1964.

Que é a luta interna, como e por que ocorre no partido marxista do proletariado?

A luta interna é o choque que sobrevém no seio do partido, quando se confrontam ideias contrárias, relacionadas com a prática na atividade dos militantes.

A dialética marxista incumbe-se de explicar o mecanismo da luta interna e sua natureza intrínseca, isto é, sua natureza própria, peculiar.

A dialética marxista mostra que, no mundo, tudo é inter-relacionado, tudo se desenvolve, quer se trate da natureza, da sociedade humana ou do pensamento. A vanguarda do proletariado brasileiro, que é um organismo social vivo, representando interesses políticos e ideológicos de uma determinada classe, não foge aos princípios da dialética marxista. O que se passa na vanguarda de nosso proletariado obedece às leis fundamentais da dialética marxista. A ideologia do partido é uma ideologia determinada, é a ideologia do proletariado. Sobre ela, porém, exerce uma enorme influência a ideologia burguesa, vinda do exterior.

O choque é inevitável, sobretudo nos momentos de derrota do proletariado, quando a ideologia burguesa aproveita as brechas ocorridas no seio da vanguarda e penetra mais fundo.

A derrota do partido marxista do proletariado é — via de regra — consequência de erros que se localizam na incompleta acumulação ideológica no seio da vanguarda ou na influência demasiado acentuada da ideologia burguesa. Outras causas de erros podem subsistir. Mas o fundamental consiste em causas ideológicas,

Devido, pois, ao papel ativo das ideias na sociedade e no partido marxista do proletariado, a luta interna deve obrigatoriamente ser tratada como luta ideológica, não podendo ser levada a efeito, com resultados positivos, se não obedecer às leis da dialética materialista, aos princípios da filosofia marxista.

Sob o ponto-de-vista dos princípios, o primeiro cuidado na luta interna é não tratá-la como *luta entre inimigos*.

O partido em seu conjunto luta contra os inimigos de classe. Sua finalidade é assegurar a direção da luta de classes dos trabalhadores — e como consequência a direção da luta de todo o povo pela sua libertação, a paz, o progresso, o socialismo.

A luta interna é chamada *luta interna*, no partido marxista do proletariado, exatamente para diferenciá-la da luta que ele — o partido marxista — trava e dirige em nome dos interesses políticos e ideológicos do proletariado e de todo o povo, contra os inimigos da classe operária e da nação brasileira, contra o imperialismo, contra o latifúndio, contra as classes exploradoras, contra tudo o que freia o progresso, a marcha para a frente.

A luta interna não é um reflexo da luta de classes nem a própria luta de classes no interior do partido.

No interior do partido não há tal, porque o partido não é uma organização composta de classes opostas.

Os membros do partido lutam pelos objetivos de classe do proletariado e esforçam-se por [para] que sua consciência seja uma só — a consciência do proletariado.

Os conflitos que surgem no partido não provêm de choques de classes diferentes, atuando internamente, mas de influências ideológicas das classes que exteriormente são hostis ao desenvolvimento da consciência de classe do proletariado e de seu partido.

Os que discordam no interior do partido não são inimigos de classe. As discordâncias são uma contingência dialética do desenvolvimento da consciência e derem ser toleradas e admitidas normalmente.

Na luta interna não se trata de liquidar quadros. Não se trata de aplicar medidas de coação.

Quando a luta interna é encarada como luta de classes no interior do partido, estamos em face de um desvio, de um desvirtuamento do marxismo e sua filosofia.

Ter a luta interna na conta de luta de classes (ou de uma forma de luta de classes) é um procedimento que estimula a prepotência, favorece o clima do culto à personalidade, fomenta o poderio individual ou a luta de grupos.

É igualmente errôneo considerar a luta interna como luta desordenada, visando a desrespeitar o centralismo democrático, princípio diretor da estrutura e funcionamento do partido, onde a unidade e a disciplina permanecem necessária e obrigatoriamente como fundamentos partidários.

Difundir a intolerância, exercer qualquer tipo de coação, liquidar quadros, fracionar, abalar a unidade e a disciplina, são métodos condenáveis e condenados na luta interna.

Não sendo uma luta entre inimigos, a luta interna tem que obedecer necessariamente a um método capaz de fazer avançar o partido marxista do proletariado, sem destruí-lo internamente e sem debilitar t sua unidade ou enfraquecê-lo perante o inimigo de classe.

Dentro do partido não se pode evitar a luta interna. Os que pensam impedir ou deter a luta interna (ou diante dela se omitem) desconhecem a inexorabilidade das leis que presidem ao desenvolvimento social.

A luta Interna, como qualquer outra luta que diz respeito a relações entre os homens, não é desencadeada por forças cegas, espontâneas. Ao contrário, a

luta interna, assim como qualquer outra lei objetiva do desenvolvimento social, manifesta-se através da ação dos indivíduos. Estes, a princípio, podem ser surpreendidos com a manifestação das leis objetivas. Ou podem ser levados a exageros e excessos ao interpretá-las, ou à omissão.

Todas as leis objetivas, porém, são *cognoscíveis*, podem vir a ser conhecidas, e os homens podem utilizá-las ou vir a utilizá-las corretamente em sua atividade prática.

Assim, uma vez surgida, é através da ação dos homens, é através da atividade e da consciência dos membros da vanguarda que a luta interna será realizada. Os homens são seres conscientes, que propõem determinadas objetivas e se esforçam por alcançá-las.

O marxismo é o que pode haver de mais oposto e contrário ao espontaneísmo e à renúncia ao domínio das leis sociais.

Em vez de deixar que as leis objetivas se manifestem sem dominá-las, o materialismo histórico procura conhecê-las e utilizá-las como guia em favor da ação do proletariado.

Daí por que só há um método correto a ser aplicado na luta interna, um único método capaz de fazer avançar o partido no curso de tal luta, e este é o método dialético-materialista.

Segundo tal ponto-de-vista, a luta interna constitui a um só tempo uma luta ideológica e teórica.

A teoria por si só não pode modificar a realidade, não tem condições para fazê-lo. Mas sem a teoria é impossível conhecer e dominar as leis objetivas, uma vez que o conhecimento não é mais do que a atividade teórica do homem.

Como luta teórico-ideológica, a luta interna exige que se saiba generalizar a experiência da realidade brasileira, a experiência concreta de nossa revolução e de nosso partido. E isto não se consegue sem o manejo da teoria.

O objetivo da luta interna — no seu aspecto teórico-ideológica — ou como luta teórico-ideológica — é conseguir chegar a mudanças na cabeça dos homens, na consciência dos militantes da vanguarda.

Assim se podem obter transformações internas (do ponto-de-vista ideológico), transformações que facilitem melhor traçado e execução da linha política. Tudo está em obter um avanço na acumulação ideológica, em melhorar a condição ideológica do partido em favor das concepções proletárias.

A luta ideológica, aliás, ou a luta teórica-ideológica, não é uma luta abstrata. Ela só tem valor quando inler-relacionada com a luta política, levando-se em conta que, se as coisas não forem vistas sob o ângulo da ideologia de classe do proletariado, nada se conseguirá no terreno da política.

Por exemplo, sob o governo Goulart a linha política foi levada a uma derrota (a de 1º de abril) em consequência da falta das condições ideológicas. Ou seja — de nossa parte — a existência de profundas ilusões de classe na burguesia, ao lado de uma flagrante submissão à política do governo, então empenhado na luta pelas reformas de base.

Todos os Partidos a homens (teóricos ou práticos) que avançaram no caminho da revolução marxista, só o fizeram reformando sua ideologia no curso de lutas internas. Mesmo Marx e Engels — fundadores do socialismo científico — antes de se transformarem em marxistas, eram hegelianos de esquerda, e, em dado momento, feuerbachianos, como confessaram. Não teriam superado suas posições de democratas radicais, se não se colocassem sob o ângulo de visão do proletariado e não tivessem mudado de ideologia.

O caso de Cuba é outro exemplo. Ali, reformas ideológicas foram efetivadas no curso da luta interna, e à medida que se foi dando, na prática, o emprego da crítica e da autocrítica.

É por isso que a crítica e a autocrítica fazem parte obrigatória e indispensável do método aplicado na condução da luta interna. É necessário não esquecer — nesse caso — que o emprego da crítica e autocrítica exige como ponto-de-partida fixar uma posição de classe (a posição de classe do proletariado), para o exame dos erros cometidos. Examinados esses erros — sob tal ponto-de-vista — não é difícil chegar à conclusão de que o fundamental na luta interna e no método de encaminhá-la é chegar a uma reforma da ideologia.

Como tal entende-se renunciar às posições ideológicas falsas e chegar às posições ideológicas inerentes à classe operária.

Quais são as posições falsas, quais as que correspondem aos interesses do proletariado?

A luta interna pode responder a estas questões — no caso brasileiro — quando se defrontam as ideias em torno da hegemonia da revolução da questão agrária, da aliança operário-camponesa, do problema do poder, da constituição da frente única, dos caminhos da revolução (pacífico ou armado), da tática eleitoral, das formas de luta, do papel do partido, de sua independência de classe ou do reboquismo ante a burguesia, e várias outras questões.

CARTA À COMISSÃO EXECUTIVA DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

1966

À Comissão Executiva

Prezados Camaradas:

Escrevo-lhes para pedir demissão da atual Executiva.

Os contrastes de nossas posições políticas e ideológicas é demasiado grande e existe entre nós uma situação insustentável.

Na vida de um combatente, é preferível renunciar a um convívio formal a ter de ficar em choque com a própria consciência.

Nada tenho a opor aos camaradas pessoalmente.

No trabalho sob o título "Luta interna e dialética", publicado na *Tribuna de Debate* e em um folheto, procurei tornar clara a ideia que tenho sobre a necessidade do tom pessoal na luta interna.

Na verdade, nenhuma pessoa por si só está em condições de determinar a marcha da história, coisa que compete, sem nenhuma dúvida e antes de mais nada às massas trabalhadoras.

O que torna ineficaz a executiva é a sua falta de mobilidade, é não exercer o comando efetivo e direto do Partido nas empresas fundamentais do país, é não ter atuação direta entre os camponeses.

O centro de gravidade do trabalho executivo repousa em fazer reuniões, redigir notas políticas e elaborar informes. Não há assim ação planejada, a atividade não gira em torno da luta. Nos momentos excepcionais, o Partido inevitavelmente estará sem condutos para mover-se, não ouvirá a voz do comando, como já aconteceu em face da renúncia de Jânio e da deposição de Goulart.

Solicitando demissão da atual Executiva — como o faço aqui —, desejo tornar público que minha disposição é lutar revolucionariamente junto com as massas e jamais ficar à espera das regras do jogo político burocrático e convencional que impera na liderança.

1. A Circulação da Ideias

Uma das questões em que a Executiva se mostra temerosa e conservadora é quanto ao aparecimento de livros e à circulação de ideias.

Acerca de um ano e meio publiquei o livro *Por que resisti à prisão*.

A experiência das lideranças passadas em matéria de lançamento de livros não é boa. As direções executivas dificultavam ou impediam tal coisa por meio de subterfúgios, retendo originais ou exercendo a censura prévia.

Os camaradas da Executiva atual reclamam, entretanto, que só *a posteriori* tomaram conhecimento do livro mencionado.

Mesmo assim não o discutiram; sobre ele não emitiram nenhuma opinião, apesar de interpelados por militantes e outros dirigentes.

Agora, passado mais de um ano, os companheiros fazem autocrítica pela omissão e opinam sobre o livro, considerando boa a primeira parte (que faz o relato da prisão). Não concordam, porém, com a segunda parte (que expõe os assuntos ideológicos e políticos), porque esta — segundo pensam — é contra a atual linha do Partido.

Parece estranho condenar uma parte do livro e não condenar igualmente a outra.

As duas partes são indivisíveis. Uma é decorrência da outra. Há uma interação entre elas, uma relação de causa e efeito. A resistência à prisão não teria havido se os motivos políticos expostos no livro não a justificassem.

Os companheiros, porém, não atentam para essa evidência. Entram pelo terreno da abstração e do agnosticismo kantista e separam coisas inseparáveis.

E vão mais além, sustentando a tese de que um membro da liderança não pode escrever, publicamente, discordando.

A tese é stalinista, mas aí a temos de volta.

Ora, a discordância nunca é um fato repentino, mas o amadurecimento de um processo contraditório, facilitado sempre que se abre o debate, sobretudo quando o último foi travado seis anos atrás.

E é exatamente neste momento — com os debates abertos — que os companheiros afirmam a impossibilidade da discordância pública.

Recai-se, assim, na "teoria da unanimidade", que tanto prejuízo trouxe no passado. Volta-se a concepção antimarxista e anti-dialética do "núcleo dirigente" monolítico superposto ao coletivo. Em suma, trata-se de uma tentativa de intimidação ideológica, o recurso a uma forma de coação para evitar a circulação de idéias que são temidas.

Entretanto, revelar as contradições é uma forma e até mesmo um método para superá-las, desde quando as idéias entram em confronto uma com as outras e a prática é tomada como critério para testar a verdade.

2. De Onde Vem a Discordância

Nossas discordâncias não são de agora. Vêm de muito antes. Cresceram a partir dos acontecimentos subsequentes à renúncia de Jânio, quando o nosso despreparo político e ideológico ficou demonstrado.

Em 1962, perante o coletivo do Partido, critiquei os métodos não marxistas, os remanescentes do individualismo na direção e a falta de tomada de posição ideológica em face do nosso despreparo.

O golpe de abril — vitorioso sem nenhuma resistência — mostrou mais uma vez que política e sobretudo ideologicamente estávamos mesmo despreparados.

A resistência à prisão e o livro que tratou do assunto significavam aquela tomada de posição ideológica em face do despreparo e da perplexidade geral.

O despreparo ideológico e político da Executiva — segundo penso — revela-se em suas concepções, já agora postas em dúvida por muitos militantes.

São concepções imbuídas de fatalismo histórico de que a burguesia é a força dirigente da revolução brasileira. A Executiva subordina a tática do proletariado à burguesia, abandona as posições de classe do proletariado. Com isso perde a iniciativa, fica à espera dos acontecimentos.

O livro que publiquei sob o título *A crise brasileira (ensaios políticos)* é exatamente uma contribuição ao debate aberto em torno das posições da liderança, posições que venho combatendo publicamente, amparado no princípio da livre discussão.

Não vejo mal em combater tais posições, pois o que todos desejamos é uma Executiva em condições de ir para a ação e manejar o método dialético-materialista.

3. As Ilusões de Classe

As ilusões da Executiva — perdoem-me os companheiros — permanecem intactas. Daí porque a vimos refletidas nas ilusões de uma boa parte dos dirigentes e militantes que acreditavam em líderes burgueses, como Juscelino, Jânio, Adhemar, Amauri Kruehl, Justino Alves e outros, e tinha esperança na resistência que prometiam fazer contra a ditadura. O episódio da cassação de Adhemar não foi, porém, a última decepção.

Temos agora o caso da "frente ampla". A Executiva manifestou-se com inequívocas simpatias pela "frente ampla", renunciando a criticá-la e a esclarecer às massas sobre o seu significado.

Lacerda — líder fascista — quer fazer seu próprio partido, exibindo-se como popular e reformista.

A Executiva acha tudo isto um "fato político positivo" ("A Voz Operária", n.22, nov. 1966), admitindo que a "frente ampla" venha a ter a capacidade de lutar contra a ditadura, pelas liberdades e os interesses reais do povo brasileiro.

A jogada de Lacerda é abrir novos caminhos para servir ao imperialismo norte-americano e evitar a liberação nacional de nosso povo. Lacerda é incapaz — por sua situação de classe — de lutar realmente pelo povo, contra o latifúndio e o monopólio da propriedade privada da terra, em favor dos camponeses e em favor da classe operária. O que Lacerda pretende — segundo se deduz dos fatos — é a colaboração de classes, é a conciliação que leva ao apoio a Costa e Silva.

A Executiva silencia sobre isto, ajuda a semear ilusões.

As ilusões são justificadas em nome da propalada política ampla, em nome do combate ao sectarismo e ao esquerdismo, enquanto se despreza a luta em favor da ideologia do proletariado. Esquece-se o papel do partido marxista, da sua independência de classe e cai-se no reboquismo ante a burguesia.

Em vez de combater as ilusões, apressou-se a Executiva a combater o revanchismo, adotando uma posição burguesa como se não devêssemos ajustar contas com a ditadura à maneira proletária, ou seus crimes e chamar seus autores à responsabilidade. Como se não devêssemos apostar ao proletariado os criminosos golpistas, denunciar "à maneira plebéia", segundo diria Marx em seu tempo.

4. Caminho Eleitoral ou Caminho Armado

A Executiva ainda pensa em infligir à ditadura derrotas eleitorais capazes de debilitá-la. E dá grande importância ao MDB, apontado como capaz de permitir aglutinação de amplas forças contra a ditadura. Ou então apoia a "frente ampla" do Lacerda.

Não é isto querer desfazer-se da ditadura suavemente, sem ofender os golpistas, unindo gregos e troianos?

Em vez de uma tática e estratégia revolucionárias, tudo é reduzido aberta ou veladamente — a uma impossível e inaceitável saída pacífica, a uma ilusória redemocratização (imprópria até no termo).

Parece não se ter compreendido Lenin, quando em "Duas táticas" afirma que: "os grandes problemas da vida dos povos se resolvem somente pela força".

Em outra parte, falando sobre a vitória, acrescenta Lenin que esta: "deverá apoiar-se inevitavelmente na força armada das massas, na insurreição", e não em tais ou quais instituições criadas "por via legal" e "pacífica".

Depois de tanto se ter falado que a violência das classes dominantes se responderia com a violência das massas, nada foi feito para que as palavras coincidissem com os atos. Esquece-se o prometido e continua-se a pregar o pacifismo.

Falta o impulso revolucionário, a consciência revolucionária, que é gerada pela luta.

A saída do Brasil — a experiência atual está mostrando — só pode ser a luta armada, o caminho revolucionário, a preparação da insurreição armada do povo, com todas as conseqüências e implicações que daí resultarem.

É verdade que nossa influência, a dos social-democratas (quer dizer, a dos comunistas), sobre a massa do proletariado ainda é muito insuficiente; a dispersão, a falta de desenvolvimento, a ignorância do proletariado e sobretudo dos camponeses, ainda são [texto truncado no livro] velocidade. Cada passo dado no seu desenvolvimento desperta terrivelmente enorme.

A revolução, porém, aglutina as forças com rapidez e as instrui com a mesma massa e as atrai com uma força irresistível para o programa revolucionário, o único que exprime de modo conseguinte e concreto os seus verdadeiros interesses, e seus interesses vitais.

Há no Brasil forças revolucionárias internas capazes de resistir à ditadura e ir à luta. E é verdade que o pensamento leninista brota por toda a parte onde o proletariado faz sentir sua influência.

5. Razões Irreversíveis

A questão mais importante, a fundamental, é a questão do poder. Os revolucionários no Brasil não podem propor a uma outra coisa senão a tomada do poder, juntamente com as massas. Não há porque lutar para entregar o poder à burguesia, para que seja construído um governo sob a hegemonia da burguesia. Foi o que se pretendeu com o governo nacionalista e democrático. E o que se pretende agora, propondo-se a conquista de um "governo mais ou menos avançado",

eufemismo que traduz a esperança num governo sob hegemonia burguesa, fadado a não resolver os problemas do povo.

Isto não significa a renúncia à luta pelo poder através da ação revolucionária, a confiança no caminho pacífico e eleitoral, a capitulação ante a burguesia.

A Constituição fascista, autoritária, que elimina o monopólio estatal, que sustenta a atual estrutura agrária retrógrada, que assegura a total entrega do país aos Estados Unidos, que reduz o Parlamento e a justiça a instrumentos dóceis do Poder Executivo, tal Constituição não permitirá nenhum governo democrático por via eleitoral.

É preciso pôr abaixo tal Constituição, derrubar a ditadura, estabelecer um governo apoiado em outra base econômica, em outra estrutura. Fora disso, é permanecer mais dez, vinte anos fazendo acordos eleitorais e ajudando as classes dominantes e o imperialismo norte-americano a manter o Brasil como uma ditadura institucionalizada, a serviço da repressão ao movimento de libertação dos povos latino-americanos.

A conclusão não pode ser diferente, sobretudo em face de vinte anos de acordos eleitorais feitos no passado, acordos eleitorais sem princípios, que nos descreditaram e desgastaram ante as massas.

São tentativas inviáveis, prática e teoricamente, pois a época das revoluções democráticas e liberais já está ultrapassada.

Temeroso da Revolução Cubana, o imperialismo norte-americano, agora, apoiado nas forças armadas convencionais latino-americanas, não vacila em desencadear os golpes militares, ao menor sinal de um avanço no caminho da libertação dos povos de nosso continente. E nem mesmo desiste ou recua do emprego da guerra de agressão mais brutal, como no Vietnã.

A luta pelas reformas de base não é possível pacificamente, a não ser através da tomada do poder por via revolucionária e com a conseqüente modificação da estrutura militar que serve às classes dominantes.

O abandono do caminho revolucionário leva à perda de confiança no proletariado, transformado, daí então, em auxiliar da burguesia, enquanto o partido marxista passa a ser apêndice de outros partidos burgueses.

A subordinação e a perplexidade ante a burguesia e sua liderança impelem ao menosprezo do campesinato na revolução brasileira.

Daí a causa porque o trabalho no campo jamais constitui atividade prioritária, chocando-se os esforços nesse sentido com a indiferença e a má vontade da Executiva.

Entretanto, o camponês é o fiel da balança da revolução brasileira, e sem ele o proletariado terá que gravitar na órbita da burguesia, como acontece entre nós, na mais flagrante negação do marxismo.

Sem o camponês, o Partido não fará outra coisa senão acordos políticos e acordos eleitorais de cúpulas, para não falar em barganhas.

São razões que não podem deixar de contribuir para o meu pedido de demissão, tornando-se impossível aceitar qualquer conciliação ideológica.

6. O Problema de São Paulo

A Executiva — segundo me parece — subestima o Partido nas empresas, não ajuda a construí-lo aí, com uma firmeza inabalável.

Quem pensa em fazer a revolução tem que se apoiar nas empresas e na classe operária. No Brasil, tem que se apoiar em São Paulo, a concentração operária fundamental e decisiva no país.

Entretanto, a situação do Partido em São Paulo é desastrosa, afastado como está das empresas e atingido pelas influências ideológicas da burguesia.

A Executiva assistiu indiferente ao declive do Partido em São Paulo. Não obstante, inquietou-se e deu sinal de contrariedade quando — sem ser levada em conta sua opinião — os militantes de São Paulo elegeram para a direção estadual um dos membros da Executiva e outro dirigente nacional.

Tentando rechaçar a iniciativa dos militantes, a Executiva invocou uma resolução inexistente, proibindo qualquer de seus membros de pertencer a uma direção estadual; o que seria transformar a Executiva numa espécie de torre de marfim sem atuação direta junto às bases da empresa ou do campo. Inconformados,

os militantes de São Paulo já haviam afastado da direção estadual todos os quadros para ela designados pela Executiva, e que não haviam correspondido. Tanto mais quanto o Partido enveredara pelo reboquismo à burguesia, tendo sido permitido em suas fileiras forte penetração e influência da ideologia burguesa, particularmente do janismo e do adhemarismo.

Campeavam, então, em São Paulo, as teses da burguesia, sintetizadas sobretudo na chamada "conquista do poder local" e na existência de um partido cujo nome era evitado e substituído pela denominação de "movimento comunista", onde, aliás, não devia haver lugar "para os homens cuja revolta os leva ao desajuste e ao afastamento da convivência social".

Em vez de um Partido revolucionário de massas, as teses preconizavam um Partido pacífico, bom para entendimentos e acordos eleitorais.

Um dos objetivos programáticos dessas teses, em circulação em São Paulo, era "uma reestruturação democrática da máquina administrativa dos órgãos judiciais e do aparelho policial".

As teses mencionadas contribuía para desacreditar e deformar o Partido e eram ao mesmo tempo uma consequência disto.

A conferência estadual realizada em São Paulo reagiu contra as deformações e a influência ideológica da burguesia e rejeitou *in totum* aquelas teses oportunistas.

Ao invés de saldar a conferência e os seus resultados, a rejeição de semelhantes teses e a posição dos militantes elegendo quadros de sua confiança para a direção, ainda que — sem consultar a Executiva e sem levar em conta os seus veredictos — a Executiva descontenta-se e trata de agir em São Paulo, passando por cima da direção estadual.

Somente agora a Executiva chegou à conclusão de que precisa discutir o problema de São Paulo, depois que o Partido ali foi quase destruído e as teses da burguesia penetraram fundo.

Se é assim, que se apurem as responsabilidades, que se assinalem as causas que levam o Partido a perder suas bases nas empresas, porque não se realizava

trabalho entre os camponeses e não se apoiava o esforço revolucionário dos estudantes, porque os intelectuais se distanciavam do Partido e porque eram preferidos os acordos e entendimentos eleitorais.

A causa principal dessas deformações está — segundo creio — na fraqueza teórica e ideológica da Executiva.

Foi isto que a levou a não ter vigilância de classe, a permitir que caíssem documentos na mão da polícia. A gravidade da questão não está apenas em nomes revelados, mas também em permitir — por inadvertência — a revelação à polícia de assuntos internos do Partido.

A verdade é que a Executiva está ausente no trato com o marxismo-leninismo, não escreve trabalhos teóricos, não generaliza a experiência da revolução, teme a publicação de livros e as ideias neles expostas, omite-se diante das questões fundamentais, preferindo a conciliação e o exercício do paternalismo.

É, para mim, doloroso escrever-lhes como o faço neste momento. Mas não seria de meu feitio deixar de dizer a vocês, perante o coletivo partidário e à opinião pública o que sinto realmente.

Não acredito que o individualismo ou a ação pessoal possa resolver todos esses problemas. As ideias é que desempenharam o papel decisivo. E somente elas encontraram eco.

A causa revolucionária brasileira, a libertação de nosso povo do jugo dos Estados Unidos, o empenho pela unidade do Partido em torno das idéias marxistas estão acima de qualquer acomodação, sobretudo quando o que mais se exige de nós, comunistas revolucionários marxistas-leninistas, é justamente a coragem de dizer e agir.

Sem mais, com saudações proletárias.

Carlos Marighella

A falha capital das "Teses" (em debate) é preferir o ecletismo e deixar de lado a concepção filosófica marxista. O ecletismo é a junção de tendências filosóficas discrepantes: o materialismo ao lado do idealismo, a dialética mesclada à metafísica. O pensamento evolucionista fundido ao pensamento revolucionário e assim por diante.

A tática marxista, entretanto, não permite a substituição da teoria do proletariado por outra, nem mesmo a mistura de teoria.

Ao expor a teoria do socialismo científico, no trabalho que escreveu para o dicionário Granat, em 1913, Lenin afirmou o seguinte: "Marx determinava a tarefa essencial da tática do proletariado de modo rigorosamente baseado nas premissas de sua concepção materialista-dialética".

A tática marxista é incompatível com qualquer evolucionismo. Ela tem em conta — no dizer de Lenin — a "dialética objetivamente inevitável da história da humanidade". A tática marxista utiliza e desenvolve a consciência, as forças e capacidade de luta do proletariado. Ao mesmo tempo orienta todo o trabalho preparatório no sentido do objetivo final visado pelo proletariado, capacitando-o a resolver na prática as tarefas que lhe estão reservadas pela História.

O que distingue a tática marxista é ser exata e rigorosamente uma tática da classe de vanguarda, uma tática de combate.

A tática marxista jamais pode ser uma tática a reboque da burguesia. Ao contrário, caracteriza-se pelo fato de que o proletariado pode e deve assumir a liderança do movimento democrático de todo o povo contra a ditadura atual.

Fatores relacionados com causas ideológicas levaram, porém, a que as "Teses" traçassem uma tática baseada não na hegemonia do proletariado, mas na hegemonia da burguesia.

Tornou-se, assim, impossível para as "Teses" a formulação clara de uma tática marxista. E as coisas são ali apresentadas sob uma forma dúbia, condicional e incerta, ou sob o efeito de uma opção.

Submissão à Burguesia e Ilusões

As "Teses" submetem-se à incoseqüência da burguesia. Em vez de apresentar a questão da saída decisiva contra a ditadura, com o trabalho prioritário do partido apoiado nas forças fundamentais da frente única antiditatorial (classe operária, camponeses, pequena burguesia urbana) — teoria que de resto já encontramos sustentada por Lenin antes de 1905 — as "Teses" preferem destacar o papel do MDB [Movimento Democrático Brasileiro] e da oposição burguesa (Tese 54).

O partido aparece diluído ou quase diluído na burguesia, é chamado a trabalhar de pés e mãos atadas diante dela, e com isto a iniciativa e a energia dos militantes são inapelavelmente rebaixadas. Esta sujeição à "débil e tímida" oposição burguesa ajudará as classes dominantes brasileiras a encontrar uma saída de conciliação depois do caminho aventureiro empreendido com o golpe de abril.

A força capaz de obter a vitória completa e decisiva sobre a ditadura, sejam quais forem as conseqüências futuras, é o povo, e não a burguesia.

A identificação das "Teses" — nesse particular — ainda agora serve de estímulo às repetidas declarações de nossos documentos combatendo o revanchismo, como se o partido devesse ter a preocupação burguesa de salvar os criminosos golpistas, em vez de chamar o povo concretamente a uma luta; querem que o proletariado seja dócil e moderado para não assustá-la, querem negociar com a burguesia sua benevolência e seu consentimento à ação. Tudo isso sob o pretexto de que não somos fortes, de que a hegemonia ainda está em mãos da burguesia. É a teoria da inevitabilidade e do fatalismo histórico da liderança burguesa.

Conseqüência dessa teoria são as ilusões nos líderes políticos burgueses. Tais ilusões não estão sepultadas e, após o golpe de abril, foram passando de

Mauro Borges a Juscelino Kubitschek, Justino Alves, Amauri Kruehl, Adhemar de Barros, até chegar a Carlos Lacerda e sua pretendida "frente ampla".

Tática Não-Marxista e Espontaneísmo

A tática atual apresentada pelas "Teses" prevê saídas para as variadas situações criadas no chamado processo de acumulação de forças, indo dos *movimentos reivindicatórios* às *manifestações anti-ditadura* e à *luta armada* (Teses 57). O máximo previsto nessa tática é a combinação de formas elementares e legais de luta com a luta armada. A insurreição armada e a guerra civil são admitidas quando impostas ao povo pela ditadura, com o apoio do imperialismo norte-americano (Teses 58 e 60).

Uma tática que se ocupa fundamentalmente em dar saída a cada uma das situações erradas no decurso do movimento não é uma tática marxista. Essa tática não é subordinada à estratégia revolucionária, não é determinada para um plano marxista. Em um momento político determinado, como é o caso da ditadura atual em nosso país, o marxismo estabelece obrigatoriedade de um plano de atividade sistemática, baseado em princípios firmes e aplicado rigorosamente, único plano que merece o nome de tática — segundo Lenin — e sem o qual é impossível a vitória do proletariado contra o governo.

Tal plano tático exclui subordinar insurreição armada ou a guerra civil a uma imposição da ditadura, sobretudo quando esta, pela violência com que reprime o povo e sufoca as liberdades, já por si *justifica* a ação revolucionária do partido e das massas.

Fora disso é cair no espontaneísmo: a tática vem a ser um processo do crescimento das tarefas do partido. Tudo passa a obedecer a fórmulas: "é desejável a luta que é possível, a luta que se trava em um momento dado", fórmula que Lenin, já em seu tempo, criticou e rejeitou como ofensa ao marxismo.

Em vez da escolha do caminho direto e decisivo, em vez da mobilização das energias das massas, que não solicitam concessões e aspiram a esmagar a ditadura atual, teremos caminhos enfiados, entendimentos de cúpula à expectativa de uma ação da ala burguesa opositora.

De acordo com essa tática, já se apregoa a derrota da ditadura como consequência de uma explosão espontânea das massas ou por efeito das contradições entre as classes dominantes.

A propósito de tais questões, seria útil reler agora "Que fazer" e "Duas Tácticas da Social-Democracia na Revolução Democrática". Nesta última obra Lenin diz que o erro fundamental é render culto ao espontaneísmo, pois quanto maior e mais poderoso seja o auge espontâneo das massas, tanto mais se exige elevar a consciência do partido. Sem isso não se pode *dirigir* todo o movimento. E de explosões espontâneas nada se pode esperar, se não há liderança da vanguarda do proletariado.

A Perspectiva Errônea de um Novo Caminho Pacífico

Deixando de estabelecer um plano tático marxista, as "Teses" se omitem quanto aos caminhos da revolução brasileira, talvez porque consideram subentendida sua aquiescência ao caminho pacífico.

A esse respeito é interessante transcrever a passagem do livro intitulado "A Crise Brasileira" (Ensaio Político), surgido a propósito do debate.

É do seguinte teor:

"A adoção mais uma vez de um caminho pacífico por parte dos marxistas não lhes permitiria tomar a iniciativa, nem desencadear nenhuma ação decisiva contra a ditadura e sua pretendida institucionalização. E isto porque a ditadura está baseada na força, que é o principal elemento empregado contra o povo e contra a oposição. O único efeito de um novo caminho pacífico, tentado à guisa de solução da crise brasileira, seria impelir os marxistas a um erro de cálculo e a uma inevitável colaboração com a ditadura, em benefício dos interesses das classes retrógradas".

E mais adiante:

"O caminho pacífico da revolução brasileira no momento atual teria o efeito de prosseguir alimentando ilusões no povo, e minaria o moral das forças populares e nacionalistas, que precisam de estímulo revolucionário. Os fatos indicam que o proletariado, em face do tremendo impacto da *abrilada*, não tem outro recurso senão adotar uma estratégia revolucionária, que leve à derrubada da ditadura. Trata-se da revolução, da preparação da "insurreição armada popular." Trata-se do caminho não pacífico, violento, até mesmo da guerra civil. Sem o recurso à violência por parte das massas, a ditadura será institucionalizada por um período de maior ou menor duração.

Sem uma estratégia revolucionária, sem a ação revolucionária apoiada no trabalho pela base e não exclusivamente de cúpula, é impossível

construir a frente única, movimentar as massas e dar-lhes a liderança exigida para a vitória sobre a ditadura".

ALGUMAS QUESTÕES SOBRE AS GUERRILHA NO BRASIL

1967

*Com este trabalho queremos homenagear
a memória do Comandante Che Guevara,
cujo exemplo de Guerrilheiro Heróico
perdurará pelos tempos e frutificará em
toda a América Latina.*

Carlos Marighella

A luta de guerrilhas, através da história, sempre foi um instrumento de libertação dos povos e a experiência provou, inúmeras vezes, quão importante é e que valor tem na mão dos explorados.

Além desta inapreciável importância, a guerrilha assumiu, nos dias de hoje, uma nova dimensão, ao lhe ser atribuído o papel estratégico decisivo na libertação dos povos. Quer dizer, a guerrilha incorporou-se definitivamente à vida dos povos como a própria estratégia de sua libertação, o caminho fundamental, e mesmo único, para expulsar o imperialismo e destruir as oligarquias, levando as massas ao poder.

Tal formulação do problema, como seja o do papel estratégico da guerrilha, não surgiu casualmente e sim porque a revolução cubana o introduziu no cenário da história.

Até então a experiência das revoluções de caráter marxista-leninista assentara suas bases na transformação da guerra anti-imperialista mundial em guerra civil pela tomada do poder. Esta situação, com suas indispensáveis variantes, assinalou o desenvolvimento da história dos povos pelo menos durante quatro décadas, a partir do triunfo da Grande Revolução Socialista de Outubro.

A revolução cubana, como parte integrante da revolução socialista mundial, trouxe ao marxismo-leninismo um novo conceito: o da possibilidade de conquistar o poder através da guerra de guerrilhas, e expulsar o imperialismo quando não há guerra mundial e não se pode, portanto, transformá-la em guerra civil.

Esta contribuição teórica e prática da revolução cubana ao marxismo-leninismo elevou a um plano inteiramente novo a guerrilha, colocando-a na ordem-dia por toda parte, em especial na América Latina.

No Brasil este assunto é da maior atualidade e, por isso, apesar da vigilância e da repressão da ditadura militar que massacra nosso povo, em todo o país aumenta o interesse sobre a guerrilha e são discutidos os temas mais importantes.

Que há de fundamental e ao mesmo tempo de mais elementar nas guerrilhas no Brasil? Quais os problemas que nos chamam a atenção?

É uma visão geral desses problemas o que pretendemos apresentar a seguir, tomando como apoio a incipiente experiência brasileira sobre guerrilhas.

Aniquilar as Forças do Inimigo: Tarefa Fundamental da Guerrilha

O Brasil é um país de quase 90 milhões de habitantes, dispendo de uma imensa extensão territorial. Em área contínua, no mundo, só é superado pela União Soviética, a China e o Canadá.

As condições histórico-sociais e geográficas favorecem no Brasil – tal como aconteceu com a URSS e a China – o desencadeamento da revolução e sua vitória.

Em nossa maneira de pensar, a revolução no Brasil é a guerra revolucionária, em cujo centro se encontra a luta de guerrilhas.

A tarefa estratégica fundamental da guerrilha brasileira é a libertação do Brasil, com a expulsão do imperialismo dos Estados Unidos. Falando em termos de guerra, essa tarefa estratégica fundamental consiste em aniquilar as forças do inimigo, compreendendo-se como tal não só as forças militares do imperialismo dos Estados Unidos, como as forças militares convencionais dos "gorilas" brasileiros.

"Aniquilar" quer dizer tirar ao inimigo a capacidade de agir militarmente, destruindo e capturando suas armas e impossibilitando-o de prosseguir na guerra de manobras.

Quando se trata das forças militares dos "gorilas" brasileiros, "aniquilar" também quer dizer desgastá-las, esgotá-las, desmoralizá-las e separá-las, no final, das forças militares dos Estados Unidos, deixando os imperialistas sozinhos e as reacionárias forças armadas nacionais completamente destruídas. Sempre que os Estados Unidos estiverem acompanhados de forças militares "gorilas" de países latino-americanos, é necessário "aniquilar" o inimigo um a um e deixar os imperialistas combatendo isolados. Será este sempre o sentido em que empregamos o termo "aniquilar".

A Estratégia Global da Guerrilha

O imperialismo norte-americano adota uma estratégia global contra os povos e aplicará tal estratégia contra a guerrilha brasileira, que será combatida pelas forças militares dos Estados Unidos e seus títeres latino-americanos.

Responderemos com a mesma moeda, combatendo o imperialismo e sua estratégia global com uma estratégia global latino-americana.

A estratégia global da guerrilha, no Brasil, baseia-se no internacionalismo proletário dos revolucionários brasileiros e no seu elevado espírito de solidariedade aos povos que lutam de armas na mão.

Em consequência desse internacionalismo, um dos objetivos da estratégia global de nossa guerrilha é lutar para tornar efetiva a palavra de ordem de "criar dois, três... muitos Vietnãs".

Outro objetivo de nossa estratégia global é concretizar a solidariedade a Cuba através da luta armada em nosso país. A revolução cubana e Cuba socialista são vanguardas da revolução latino-americana, constituem nossos aliados fundamentais e nosso mais firme ponto-de-apoio em virtude de sua luta contra o imperialismo norte-americano. Para nós, é uma questão de princípio estar a favor da revolução cubana e encaminhar a guerrilha brasileira por uma estratégia global, capaz de criar obstáculos ao bloqueio e à posição agressiva dos Estados Unidos contra Cuba.

Nossa guerrilha visa, fundamentalmente, à conflagração de toda a América Latina. Quer dizer, trata-se de entrelaçar as guerrilhas dos países limítrofes, e de

que os revolucionários dos países em luta se apoiem uns nos outros para o aniquilamento dos "gorilas" latino-americanos.

O imperialismo dos Estados Unidos, nosso inimigo comum, deverá ficar reduzido à situação de ver seus aliados destruídos e ter que lutar sem eles contra todos os povos latino-americanos.

A Ofensiva Estratégica como Principal Método de Condução da Guerrilha no Brasil

Nos países que estão em guerra regular com o inimigo e onde ocorrem guerrilhas, estas desempenham um papel de complemento da guerra regular em curso. Temos dois exemplos clássicos desse tipo, na Segunda Guerra Mundial, com os casos da URSS e da China.

Este não é o caso do Brasil atual, onde a guerra de guerrilhas não desempenha o papel de complemento de uma guerra regular, que não existe, não é para se desincumbir de uma missão tática, e sim para cumprir uma função estratégica.

O problema do Brasil é que as forças populares e revolucionárias sofreram uma derrota com o golpe de abril de 1964 e bateram em retirada com pesadas perdas.

Para livrar-se da ditadura e do imperialismo e de suas forças armadas de repressão, as forças populares e revolucionárias têm que sair da defensiva e passar à luta de guerrilhas, enfrentando o inimigo. Nesse caso, o principal método de condução da luta armada é a ofensiva estratégica.

O Brasil é um país de área continental e, por conseguinte, apropriado para a ofensiva estratégica da guerrilha, que precisa de espaço para mover-se.

A guerrilha brasileira tem que estar educada para operações móveis, desde as mais elementares até as mais complexas, pois uma guerra revolucionária prolongada no Brasil será uma guerra de movimento.

A ofensiva estratégica, como método principal de conduzir a luta armada, proporciona o máximo de iniciativa à guerrilha e uma liberdade de movimentos

que não é permitida ao inimigo, lançado aos azares de uma perseguição interminável, em áreas rurais tremendamente hostis e desconhecidas.

Além disso, a diversidade de territórios e a variedade de ocupações da numerosa população do país possibilitam à guerrilha dispor de reservas estratégicas tais como: recursos em potencial humano amplamente reforçados pelos contingentes de operários e camponeses, recursos provindos das atividades dos trabalhadores rurais e recursos oriundos do potencial econômico das áreas urbanas.

Contando com tais reservas estratégicas e pugnando por objetivos políticos patrióticos, como a expulsão do imperialismo e a tomada do poder para a total libertação do país e sua radical transformação, a guerrilha brasileira tem na ofensiva estratégica um método invencível de condução da guerra revolucionária.

Evitar o Cerco Estratégico do Inimigo

Devido às condições históricas brasileiras, a concentração da superestrutura das classes dominantes e de suas forças repressivas se verifica na extensa faixa à margem do Atlântico, a região mais bem povoada do Brasil, de maior penetração do capitalismo, servida por modernas ferrovias e rodovias.

Esta é a região do cerco estratégico. Tal cerco ocorre por diversos fatores, dentre os quais destacamos os dois seguintes:

1. o inimigo tem suas tropas acampadas em toda a região litorânea, onde proliferam as relações capitalistas, com inumeráveis facilidades para comunicações e transportes, além dos recursos da técnica moderna;

2. o inimigo domina com suas forças militares o relevo norte-sul, bem como o mais importante sistema orográfico do país, projetado sobre o Atlântico, e erguido dentro da faixa litorânea, entre os maiores centros urbanos brasileiros.

A guerrilha brasileira deve evitar o confronto com a esmagadora superioridade do inimigo na faixa Atlântica, onde este tem suas forças concentradas. Se optar por esta solução, a guerrilha, mesmo que disponha de meios para instalar-se no sistema orográfico existente dentro da área inimiga, estará por sua própria iniciativa dentro das condições de um cerco estratégico.

Ao contrário, lançar a luta guerrilheira na área fora das condições do cerco é iniciar o caminho da ofensiva estratégica contra o inimigo, obrigando-o a deslocar-se da faixa litorânea para perseguir a guerrilha.

Tal situação permitirá o crescimento da ação das forças revolucionárias urbanas, que poderão cortar vias de abastecimento e comunicações, dificultar o transporte de tropas e intensificar o apoio logístico à guerrilha.

Assim, as consequências para as forças armadas convencionais serão desastrosas, não só por terem de combater fora do seu "habitat" natural, como por que se verão obrigadas a enfrentar o castigo das forças urbanas revolucionárias na retaguarda.

As Fases Fundamentais da Luta de Guerrilhas

A luta de guerrilhas não se desenvolve jamais de um só jato, isto é, desde quando se inicia até quando termina, com a vitória ou o fracasso. Pensar que isto pudesse ser assim significaria considerar a guerrilha como uma luta improvisada e arbitrária e não como uma luta de classes que se desenvolve segundo as leis da guerra.

Ainda que seja um prolongamento da política, a guerra tem suas leis específicas. Quando estamos em guerra, devemos saber que sua lei básica é a preservação de nossas próprias forças e o aniquilamento das forças do inimigo.

Nenhuma destas duas coisas pode se obter de uma só vez, e é obrigatoriamente necessário passar por um certo número de fases para atingir os objetivos previstos.

É por isso que o desenvolvimento da luta guerrilheira se processa por meio de fases distintas e bem características, interdependentes e relacionadas entre si.

Não se trata de fases determinadas arbitrariamente, mas presididas por leis inerentes à atividade consciente dos homens e das classes em luta. Essas leis têm traços comuns. O traço comum fundamental de qualquer delas consiste em sua subordinação total à lei básica da guerra: preservar nossas próprias forças e aniquilar as do inimigo.

Mas cada fase tem seus objetivos e suas particularidades e deve conter em si mesma os elementos e requisitos indispensáveis para a passagem à fase posterior.

Assim, na luta guerrilheira no Brasil distinguem-se três fases fundamentais.

A primeira é a do planejamento e preparação da guerrilha.

A segunda é a do lançamento e sobrevivência da guerrilha.

A terceira é a do crescimento da guerrilha e sua transformação em guerra de manobras.

O tempo de duração de todas ou de cada uma dessas fases não importa, como ensina a história, pois os povos que lutam pela libertação jamais se preocupam com o tempo de duração de sua luta.

Planejamento e Preparação da Guerrilha

Um dos requisitos básicos para a primeira fase da guerrilha é a existência de um pequeno núcleo de combatentes, surgido em condições histórico-sociais determinadas. Esse requisito constitui uma regra geral. Sua única exceção é em caso de guerra regular, quando a guerrilha preenche um papel tático, e o seu surgimento se dá por variadas maneiras.

O núcleo inicial de combatentes deve ser imune ao convencionalismo dos partidos políticos de esquerda tradicional e suas lideranças oportunistas, e ter condições para enfrentar e conduzir a luta ideológica e política contra o grupo de direita oposto ao caminho armado.

A luta ideológica deve ser levada ao conhecimento do povo com enorme audácia, confiança e amplitude, tendo em vista assegurar o apoio político e revolucionário das massas.

Deve ser exposto às massas com muita clareza o objetivo político da guerrilha, ou seja, a expulsão do imperialismo dos Estados Unidos e a destruição total da ditadura e suas forças militares, para, em consequência, estabelecer-se o poder do povo.

Não se deve, entretanto, empreender a guerrilha sem um plano estratégico e tático global, com base na realidade objetiva. Tal plano é necessário para que a guerrilha não venha a ser uma iniciativa isolada, desligada dos grandes objetivos patrióticos perseguidos por nosso povo, e sem a imprescindível visão do processo de aniquilamento das forças do inimigo.

Além do plano, a guerrilha requer preparação. Uma boa preparação começa com a seleção cuidadosa dos homens, que devem advir, isto é chegar depois, particularmente, do setor de operários e camponeses.

A preparação da guerrilha exige ainda o adestramento do combatente, sobretudo para o tiro e a marcha a pé, algumas armas e munições, a exploração do terreno, noções de sobrevivência e orientação, e a organização inicial de apoio logístico, incluindo a coleta de recursos de todos os tipos.

O que caracteriza o planejamento e a preparação da guerrilha é o segredo, a vigilância e a segurança mais absoluta, a proibição rigorosa do uso de papéis e cadernetas com nomes e endereços escritos, planos e apontamentos que podem vir a cair nas mãos do inimigo.

Sem esses cuidados, a primeira fase da guerrilha não tem condições de ir adiante.

Lançamento e Sobrevivência da Guerrilha

Apesar de que o inimigo no Brasil já está prevenido e reprime violentamente as tentativas de guerrilha, a primeira fase da luta guerrilheira ainda prossegue.

Quanto à Segunda fase, esta é a do lançamento e sobrevivência da guerrilha, e se destina a converter uma situação política em situação militar.

Com esta segunda fase, as tarefas políticas convencionais propostas pelos direitistas, como sejam eleições, "frente ampla", luta pacífica, etc., caem no des crédito público. Surgem métodos de luta revolucionários e de apoio à guerrilha, com a finalidade de aniquilar as forças do inimigo.

Esta mudança é muito violenta e produz um impacto em todos os setores da luta.

O "gorilas" se defrontarão com uma situação militar, que procurarão resolver segundo os métodos convencionais do militarismo profissional. Estes métodos serão confrontados com os métodos não convencionais da guerrilha. A vitória será de quem melhor o emprego fizer da lei básica da guerra. Ou de quem tenha melhores condições no meio do povo para fazê-lo. A vitória será da guerrilha.

O lançamento da guerrilha deve constituir obrigatoriamente uma surpresa para o inimigo, como decorrência de dois fatores. Um deles é que, na segunda fase da luta de guerrilhas no Brasil, a forma principal das ações de combate consiste nas ações de surpresa e na emboscada. O outro é que o método principal de condição da luta de guerrilhas nesta fase reside na ofensiva, cujo papel decisivo se revela no aniquilamento das forças do inimigo.

Em matéria de formas de ação de combate e métodos de conduzir a luta armada, a derrota da guerrilha no ato de seu lançamento é produzida pelos seguintes erros:

- a) não utilizar a surpresa contra o inimigo;
- b) deixar-se surpreender pelo inimigo ou cair no seu cerco tático;
- c) travar combates decisivos em pontos onde o inimigo, mesmo eventualmente, tenha superioridade;
- d) começar a luta nas condições do cerco estratégico do inimigo e não ter plano estratégico e tático global, não conhecer o terreno e violar grosseiramente as leis da guerra.

Na maioria desses casos estão incursas as tentativas de guerrilhas fracasadas no Brasil, incluindo Caparaó.

Fatores de que Depende a Sobrevivência

Quando a guerrilha é lançada com êxito, o problema da sua sobrevivência passa a ter prioridade e uma importância fundamental e decisiva. A sobrevivência da guerrilha depende então:

- a) dos seus objetivos políticos;
- b) do método de condução da luta armada;
- c) da estreita relação entre a guerrilha e o povo.

Quanto aos Objetivos Políticos

Nesse particular, os princípios são os seguintes:

a) procurar despertar o povo e particularmente os camponeses com a contínua presença dos combatentes guerrilheiros e a repercussão de sua ação política e revolucionária;

b) tornar conhecido do povo o objetivo político da guerrilha (a expulsão do imperialismo dos Estados Unidos e a destruição total da ditadura e suas forças "gorilas"). A guerrilha deve contar para isso com aparelhamento e organizações revolucionárias clandestinas, além de pontos de apoio em todo país.

Quanto aos Métodos de Condução da Luta Armada

Sob tal aspecto, são estes os princípios:

a) o princípio básico da guerrilha é partir de uma situação em que temos inferioridade e o nosso inimigo superioridade, e chegar a uma situação em que temos superioridade e o nosso inimigo inferioridade. Nesse caso não só as armas decidem. O fator decisivo mesmo é o homem, que maneja as armas e captura o inimigo. Se o decisivo fossem as armas, venceriam os "gorilas";

b) subordinar todas as ações de combate à lei básica da guerra, não se deixando aniquilar e aniquilando o inimigo nas variadas oportunidades, para crescer às suas custas e preservar as forças da guerrilha;

c) a ofensiva é o melhor meio de aniquilar o inimigo, porém jamais devemos esquecer o princípio de combinar a ofensiva e a retirada;

d) toda operação estratégica deve ser bem planejada para nunca nos de-
termos a meio caminho;

e) o objetivo de nossa estratégia não é solucionar problemas econômicos
no curso da guerra de guerrilhas, e sim aniquilar o inimigo. Daí por que jamais
devemos ter bases fixas, ocupar ou defender territórios;

f) devemos deixar ao inimigo a tarefa de defender suas bases fixas e terri-
tórios ameaçados de incursão, ocupá-los ou recuperá-los. Isto põe o inimigo na
defensiva, enquanto a guerrilha goza de liberdade de ação e iniciativa, desde que
não se deixe aniquilar e preserve suas forças;

g) os combates, ações de surpresa, emboscadas e pequenas manobras táti-
cas têm como objetivo principal capturar armas e munições;

h) além da extrema mobilidade, rapidez e decisão nas ações de combate, a
norma de conduta da guerrilha é o permanente deslocamento, favorecido pela
extensão continental do país e a diversidade das condições do terreno;

i) a guerrilha deve exercer severa vigilância e exigir rigoroso cumprimento
das normas de segurança.

Quanto às Relações entre a Guerrilha e o Povo

Os princípios da sobrevivência aqui são os seguintes:

a) a guerrilha deve ter uma conduta honesta e leal, não fazer injustiças e
dizer a verdade. Estimar, respeitar, ajudar o povo e jamais violentar os seus inte-
resses;

b) a guerrilha deve viver e nutrir-se no meio dos camponeses, identifi-
cando-se com eles e respeitando seus costumes e religião. Explicar-lhes a natu-
reza de classe do inimigo, o papel da guerrilha e o seu objetivo político. Organizar
entre eles o trabalho de informação e o apoio logístico da guerrilha;

c) a guerrilha deve abster-se de aplicar qualquer método de banditismo,
levar a efeito qualquer ato próprio de bandido ou juntar-se a eles.

Quando a Segunda fase da guerrilha é conduzida de tal modo que os erros são corrigidos no processo da luta, a estagnação e a passividade são abolidas e a sobrevivência da guerrilha fica assegurada; estão preenchidas as condições para a passagem à terceira fase.

O Crescimento da guerrilha e sua Transformação em Guerra de Manobras

A terceira fase da guerrilha é a última da guerra revolucionária.

É a fase do crescimento da guerrilha e sua transformação em guerra de manobras, a fase decisiva de aniquilamento do inimigo.

O desenvolvimento desta fase é impossível sem uma série de condições entre as quais se destacam:

- a) o crescimento político da guerrilha;
- b) o crescimento de sua potência de fogo;
- c) o aparecimento da retaguarda;
- d) a criação do exército revolucionário;
- e) a mudança na forma principal das ações de combate.

O Crescimento Político da Guerrilha

Na terceira fase, o objetivo político da guerrilha passa a ser conhecido do povo, terminando a situação em que era conhecido apenas um círculo limitado de pessoas.

O objetivo político da guerrilha transforma-se, então, no mesmo objetivo de grandes massas do povo. Decorre daí o crescimento da autoridade política do comando da guerrilha. Seu trabalho ideológico se torna mais eficiente. As palavras-de-ordem da guerrilha passam a influir nas cidades. O comando total da luta se transfere para a guerrilha.

O Crescimento da Potência de Fogo da Guerrilha

Com o sucesso das formas de ações de combate da Segunda fase, a guerrilha passa a ter novos tipos de armas. Melhora a qualidade do armamento. Pode dispor de mais animais de transporte, chegar à motorização e a operações com aviação. Melhora o serviço de comunicações e informações e de socorro médico. Consolida-se a rádio rebelde clandestina, cuja instalação pode fazer parte da fase anterior da luta. Aumenta a experiência da guerrilha. Seu heroísmo, perseverança e capacidade combativa se reforçam.

Todos estes fatores combinados determinam o aumento da potência de fogo da guerrilha.

Quando aumenta sua potência de fogo, a guerrilha deve aplicar os dois princípios seguintes, tendo em mira o aniquilamento do inimigo:

1 – Passar de uma situação sem muita capacidade de fogo para a situação de estender a linha de fogo.

2 – Aumentar o espírito combativo da guerrilha e fazer vacilar o espírito combativo do inimigo.

O Aparecimento da Retaguarda

A característica da guerrilha em suas duas fases anteriores é operar sem retaguarda e somente com pontos de apoio. O crescimento político da guerrilha lhe dá pontos de apoio coletivos e leva à criação de uma retaguarda.

Na fase final, a guerrilha brasileira dispõe de uma retaguarda interna e de uma retaguarda externa, esta última pelas forças dos países socialistas, as forças dos países do Terceiro Mundo e as forças progressistas do mundo capitalista.

A retaguarda interna da guerrilha brasileira será constituída por toda a área do apoio logístico e da luta complementar da guerrilha.

A guerrilha passará, assim, de uma situação sem retaguarda para uma situação em que terá retaguarda. Isto levará o apoio logístico a um avanço jamais atingido em qualquer fase anterior e, graças ao apoio do povo, o abastecimento da guerrilha se transformará num sistema regular de abastecimento.

Dispondo de retaguarda, a guerrilha terá em suas mãos reservas estratégicas que poderá, então, manejar em larga escala.

A Criação do Exército Revolucionário

Para que seja atingido o objetivo fundamental da guerrilha, é necessário criar o exército de origem guerrilheira, exército revolucionário capaz de aniquilar as forças armadas convencionais e de conduzir as massas à tomada do poder, destruindo o aparelho burocrático-militar do atual Estado brasileiro e substituindo-o pelo povo armado.

A criação de um exército dessa natureza é um princípio geral da revolução, princípio sobre o qual Lenin insistia, ao afirmar o seguinte:

"O exército revolucionário corresponde a uma necessidade porque os grandes problemas históricos só podem resolver-se pela força, e a organização da força é, na luta moderna, a organização militar" (Artigo publicado no "Proletari", em 1905, sob o título "Exército Revolucionário e o Governo Revolucionário").

No mesmo artigo, Lenin acrescenta: "O governo revolucionário é necessário para assegurar a direção política das massas do povo".

Partindo do marco zero, a guerrilha possibilita a organização da força do povo, a princípio sob a forma de um pequeno núcleo de combatentes que se lança à luta, dentro de um plano estratégico e tático global. E, em seguida, sob a forma de um exército combatente, que nada tem a ver com o convencionalismo militar.

Uma das indispensáveis tarefas da estratégia da guerrilha no Brasil, é a criação desse exército genuinamente popular, que parte do nada e, através da guerra revolucionária, chega a uma organização militar capaz de praticar a guerra de manobras, vencer o inimigo, e, em consequência, conquistar o poder para o povo.

O crescimento da guerrilha em prestígio político, potência de fogo e apoio de massas produz modificações no curso da luta, atingindo a organização militar, os métodos de conduzir a guerra, as ações de combate e o emprego das forças da guerrilha.

A guerrilha dá um salto para a frente. E passa do tipo de organização de grupos guerrilheiros para o tipo de organização de um exército revolucionário. Mas um exército revolucionário não convencional, surgido da guerrilha, com base na aliança armada de operários e camponeses, aos quais se reunirão estudantes, intelectuais e outras forças da revolução brasileira.

Destacamentos, coluna e outras formas revolucionárias de organização militar constituirão o exército do povo que libertará o país.

A Mudança da Forma Principal das Ações de Combate

Na terceira fase da guerrilha, a forma principal das ações de combate são as ações de manobras e não mais as ações de surpresa da segunda fase.

Isto significa uma mudança de qualidade na luta de guerrilhas. Trata-se agora da transformação da guerrilha em guerra de manobras. É possível agora à guerrilha concentrar forças ou deslocá-las para aniquilar o inimigo e realizar operações de cerco e aniquilamento.

O método principal de conduzir a guerra de manobras continua sendo a ofensiva. Mais do que nunca, porém, nesta fase a guerrilha deve estar atenta a dois princípios:

1. Não somente avançar, mas também admitir a retirada.
2. Não expor as forças principais da guerrilha a um golpe inimigo de relevo na condução da luta ou no desfecho da guerra revolucionária.

A sorte da guerra se decide por suas ações de manobras. O inimigo, em inferioridade de forças, é obrigado a passar para a guerra de posições ou render-se e desintegrar-se, com o aniquilamento total.

O Núcleo Operário-Camponês e o Apoio do Povo - Segredo da Vitória

Quando se desencadeou o golpe de abril de 64, no Brasil, não houve resistência. O imperialismo norte-americano e os "gorilas" nacionais se aproveitaram

disso e estão massacrando o nosso povo. Se fizermos a resistência, eles tentarão aniquilá-la, para que tenha prosseguimento a exploração do Brasil. Mas a resistência deve ser feita. A resistência do povo brasileiro é a guerrilha.

A guerrilha é para defender a causa dos pobres, dos humilhados e ofendidos, dos homens e mulheres de pés descalços. É para conquistar a libertação do Brasil, expulsar o imperialismo norte-americano, aniquilar a ditadura e suas forças armadas, derrubar seu poder, e instaurar o poder do povo.

Nossa guerrilha não tem base fixa. Sua base é o povo, é o homem brasileiro. Seu principal sustentáculo é o núcleo operário-camponês, a aliança armada de operários e camponeses brasileiros, que constituem a maioria da nação.

A guerrilha brasileira não ocupará terras nem adotará a tática de autodefesa dos camponeses, para não ter que defender territórios e bases fixas e desviar-se de sua rota de ofensiva estratégica, caindo na defensiva. A defensiva é a morte.

As dívidas dos camponeses serão canceladas. Os papéis e comprovantes de suas dívidas serão queimados. Os camponeses que ocupam terras, os arrendatários, os parceiros, posseiros que lutam contra os despejos, os assalariados agrícolas que queimam canaviais, os trabalhadores rurais que fazem greve no campo, lutam por suas reivindicações e são perseguidos pela polícia e o exército, por sua atividade organizando sindicatos, ligas camponesas e associações, podem ingressar na guerrilha e, dentro dela, prosseguir na luta pela revolução agrária, pelo aniquilamento do inimigo e a tomada do poder.

A guerrilha brasileira castigará os latifundiários norte-americanos que são donos de terra no Brasil e os latifundiários brasileiros contra-revolucionários, bem como os seus capangas e os que abusam das mulheres dos camponeses.

O que a guerrilha deve fazer é convulsionar o campo, levando aí a bandeira da luta armada.

A guerrilha brasileira incursionará nos povoados, mas só em defesa dos interesses do povo e em busca de seu apoio político e logístico. Para isso, formará secretos destacamentos armados da população local e organizará o povo sob formas revolucionárias.

A guerrilha brasileira será dotada de um espírito político avançado e progressista, guiando-se pelos princípios do marxismo leninismo, com o que conquistará o apoio do povo. O apoio da população deve existir para excluir a possibilidade de filtração de informação da guerrilha ao campo inimigo. A tarefa de eliminar os delatores será confiada ao povo.

A causa do inimigo é injusta. E ele sabe disso, pois tem consciência de que é um explorador. Ao ver-se acuado no campo pela guerrilha, o inimigo tornar-se-á mais cruel. Essa crueldade nos dará o apoio de milhões de pessoas. A guerrilha será o oposto da crueldade, dará um tratamento humano aos prisioneiros, os respeitará e socorrerá os feridos.

No seio do inimigo há muitos militares que individualmente apoiam o povo. Esses militares, no momento oportuno, devem desertar com suas armas e apetrechos e ingressar na guerrilha.

O fator decisivo da vitória da guerrilha está no apoio do povo, na confiança cega e absoluta nas massas. A guerrilha deve fazer a mobilização política do povo, uma ardente agitação no meio dele. Nos ombros de milhões de mulheres e homens do povo, particularmente entre a juventude, devem ser colocadas as tarefas de responsabilidade: coletar fundos, conseguir armas, munições, remédios, recursos de toda natureza, enviar combatentes e voluntários à guerrilha.

Para vencer é preciso unidade. O povo deve unir-se pela base, em suas organizações, e com isto chegar à unidade das forças populares e revolucionárias e jamais permitir o engodo das frentes burguesas do tipo "frente ampla".

O segredo da vitória é o povo.

Havana, Outubro de 1967.

CHAMAMENTO AO POVO BRASILEIRO

1968

De algum lugar do Brasil me dirijo à opinião pública, especialmente aos operários, agricultores pobres, estudantes, professores, jornalistas e intelectuais, padres e bispos, aos jovens e à mulher brasileira.

Os militares tomaram o poder pela violência em 1964 e foram eles mesmos que abriram o caminho à subversão. Não se podem queixar nem ficar assombrados de que os patriotas trabalhem para desalojá-los dos postos de mando que usurparam descaradamente.

Afinal, que classe de ordem querem preservar os "gorilas"? Os assassinatos de estudantes na praça pública? Os fuzilamentos do "Esquadrão da Morte"? As torturas e espancamentos no DOPS e nos quartéis militares?

O governo desnacionalizou o país, entregando-o aos Estados Unidos, o pior inimigo do povo brasileiro; os norte-americanos são os donos das maiores extensões de terra do Brasil, têm em suas mãos uma grande parte da Amazônia e de nossas riquezas minerais, incluindo minerais atômicos.

Possuem bases de foguetes em pontos estratégicos de nosso território. Os agentes de espionagem norte-americanos da CIA, estão dentro do país como se estivessem em sua própria casa, orientando a polícia em caçadas humanas aos patriotas brasileiros, e assessorando o governo na repressão ao povo.

O acordo MEC/USAID (acordo entre o Ministério da Educação e Cultura e a USAID norte-americana) vem sendo poso em prática pela ditadura, com o propósito de aplicar em nosso país o sistema norte-americano de ensino e de transformar nossa universidade numa instituição de capital privado, onde somente os ricos possam estudar. Enquanto isso, não há vagas e os estudantes são obrigados a enfrentar as balas da polícia militar, disputando com o sangue o direito de estudar.

Para os operários, o que existe é o arrocho salarial e o desemprego. Para os camponeses, os despejos, a ocupação ilegal de terras, os arrendamentos usurários. Para os nordestinos, a fome, a miséria e a doença.

Não existe liberdade no País. A censura é exercida para coibir a atividade intelectual.

A perseguição religiosa cresce dia a dia, os sacerdotes são presos e expulsos do País, os bispos agredidos e ameaçados.

A inflação segue desenfreada. Há demasiado dinheiro em poder dos grandes capitalistas, enquanto é cada dia escasso nas mãos dos trabalhadores. Nunca pagamos tão caro os aluguéis e os artigos de primeira necessidade, com salários tão baixos e cada vez mais reduzidos.

A corrupção campeia o governo. Não é de se estranhar que os maiores corruptos do país sejam ministros e oficiais das forças armadas. Membros do governo vivem como príncipes, praticando o contrabando e o roubo. Entretanto, os empregados públicos não recebem mais que um miserável 20% de aumento.

Diante da escandalosa avalanche de mentiras e acusações terrivelmente injuriosas lançadas contra mim, não tenho outra atitude a tomar senão a de responde à bala ao governo e às suas asquerosas forças policiais, empenhadas em minha captura, vivo ou morto.

Agora não será como em 1964, quando eu estava desarmado e a polícia disparou sem que pudesse pagar com a mesma moeda.

As organizações ultradireitistas assaltam, atiram bombas, matam, sequestram. Contudo, ninguém tem conhecimento de que o governo esteja perseguido sequer um dos assaltantes ou terroristas do CCC (Comando de Caça aos Comunistas).

A ditadura diz que existe um plano subversivo e uma conspiração de políticos, provados e seus direitos, para derrubar o governo. E fazendo uma caçada às bruxas, procura encarniçadamente o comando da subversão. Porém, o comando da subversão está no descontentamento popular, pois ninguém pode aguentar mais tal governo.

O movimento que produz tanto pavor nos "gorilas" surge de baixo para cima. Não vem dos políticos provados de seus direitos, mas sim das entranhas de um povo descontente, decidido agora e recorrer à força das massas para sua unidade e organização.

Não derrubaremos a ditadura através de quarteladas, nem de eleições, re-democratizações ou outras panaceias da oposição burguesa consentida.

Não acreditamos num parlamento conformado e submisso, mantido com o beneplácito da ditadura e disposto a ceder em tudo para que os deputados e senadores possam sobreviver com seus subsídios.

Não cremos na solução pacífica. As condições para violência nada têm de artificiais e estão criadas no Brasil desde que a ditadura se impôs pela força.

Violência contra violência. E a única saída é fazer o que estamos fazendo: utilizar violência contra os que tiveram a primazia em usá-la para prejudicar os interesses da pátria e das massas populares.

Os "gorilas" pensam que a morte de Che na Bolívia significou o fim da guerrilha. Ao contrário, inspirados no desprendido exemplo do Guerrilheiro Hérico, prosseguimos no Brasil sua luta patriótica, trabalhando junto a nosso povo com a certeza na mente e a história a nosso favor.

O que acontece em nosso país é um vasto movimento de resistência contra a ditadura. E, de dentro dele, irromperam as operações e táticas guerrilheiras. E aceitando o honroso título de "inimigo público número um: que me foi outorgado pelo governo "gorila", assumo a responsabilidade pela irrupção de tais operações e táticas guerrilheiras.

Quem desencadeará os ataques vindouros, onde, como e quando serão desencadeados? Isto é um segredo da guerrilha que o inimigo em vão tentará saber.

A iniciativa revolucionária está em nossas mãos. Já passamos à ação.

Nada mais vamos esperar.

Os "gorilas" ficarão num labirinto escuro até que sejam obrigados a transformar a situação política numa situação militar.

Ao desencadear a revolução popular, utilizando táticas guerrilheiras, temos como objetivo organizar a guerra justa e necessária total do povo brasileiro contra seus inimigos. A guerra revolucionária no Brasil é uma guerra longa e não uma conspiração.

Sua história já se escreve com o sangue dos estudantes nas ruas e nas prisões, onde os patriotas são torturados e aniquilados; na ação dos sacerdotes perseguidos, nas greves dos operários, na repressão aos camponeses, nas lutas das áreas rurais e dos grandes centros urbanos, envolvidos na violência.

O destino das guerrilhas está nas mãos dos grupos revolucionários e na aceitação, apoio, simpatia e participação direta ou indireta de todo o povo. Para isso, os grupos revolucionários devem unir-se na ação de baixo para cima.

Os revolucionários de todos os matizes e de qualquer filiação partidária, onde quer que se encontrem, devem prosseguir na luta e criar pontos de apoio para a guerrilha. Uma vez que o dever de todo revolucionário é fazer a revolução, não pedimos permissão a ninguém para praticar atos revolucionários e somente temos compromissos com a revolução.

A experiência recente das lutas de nosso povo demonstra que o Brasil entrou numa fase de táticas guerrilheiras e ações armadas de todos os tipos, ataques de surpresa e emboscadas, captura de armas, atos de protesto e sabotagem. Manifestações de massa, comícios-relâmpago, manifestações estudantis, greves, ocupações, sequestro de policiais e "gorilas" para trocá-los por presos políticos.

O princípio tático que devemos seguir agora é distribuir as forças revolucionárias para intensificar essas formas de luta. Mais adiante deveremos concentrar as forças revolucionárias para organizar planos e manobras.

Na área rural ou urbana, dentro dos caminhos a serem escolhidos pelos revolucionários, existem três grandes opções: atuar na frente guerrilheira, na frente de massas ou na rede de sustentação.

Em qualquer uma destas frentes, é necessário que o trabalho seja clandestino, é preciso organizar grupos secretos, manter a vigilância contra infiltração policial, castigar com a morte os delatores, espões e batedores, não deixando filtrar nenhuma informação ao inimigo.

Seja qual for a situação, é necessário ter armas e munições, aumentar a potência de fogo dos revolucionários e utilizá-la com acerto, decisão e rapidez, inclusive em pequenas ações como a distribuição de panfletos e pichações de muros.

Entre algumas das medidas populares previstas para serem executadas de forma inapelável, com a vitória da revolução, executaremos as seguintes:

- aboliremos os privilégios e a censura;
- estabeleceremos a liberdade de criação e a liberdade religiosa;
- libertaremos todos os presos políticos e os condenados pela atual ditadura;
- eliminaremos a polícia, o SNI (Serviço Nacional de Informação), o Cenimar (Centro de Informações da Marinha) e os demais órgãos da repressão policial;
- depois de julgamento público sumário, executaremos os agentes da CIA encontrados no país, e os agentes policiais responsáveis por torturas, espancamentos, tiros e fuzilamentos de presos;
- expulsaremos os norte-americanos do país e confiscaremos suas propriedades, incluindo as empresas, bancos e terras;
- confiscaremos as empresas de capital privado nacional que colaboraram com os norte-americanos e que se opuseram à revolução;
- tornaremos efetivo o monopólio estatal das finanças, comércio exterior, riquezas minerais, comunicações e serviços fundamentais;
- confiscaremos a propriedade latifundiária, terminando com o monopólio da terra, garantindo títulos de propriedade aos agricultores que trabalhem a terra, extinguindo as formas de exploração como a meia, a terça, os arrendamentos, o foro, o vale, o barracão (escravidão agrária), os despejos e a ação dos grileiros, e castigando todos os responsáveis por crimes contra camponeses;
- confiscaremos todas as fortunas ilícitas dos grandes capitalistas e exploradores do povo;
- eliminaremos a corrupção;
- serão garantidos empregos a todos os trabalhadores e às mulheres, terminando com o desemprego e o sub-emprego e aplicando o lema "de cada um segundo de sua capacidade, a cada um segundo do seu trabalho";
- extinguiremos a atual legislação do inquilinato, eliminando o acordo e reduzindo o aluguéis, para proteger os interesses dos inquilinos, assim como criaremos condições materiais para a aquisição de casa própria;
- reformaremos todo o sistema de educação, eliminando o acordo MEC-USAID e qualquer outro vestígio da intromissão norte-americana, para dar ao

ensino brasileiro o sentido exigido pelas necessidades da libertação de nosso povo e seu desenvolvimento independente;

- daremos expansão à pesquisa científica;
- retiraremos o Brasil da condição de satélite da política exterior norte-americana para que sejamos independentes, seguindo uma linha de nítido apoio aos povos subdesenvolvidos e à luta contra o colonialismo.

Todas essas medidas serão sustentadas pela aliança armada de operários, camponeses e estudantes, de onde surgirá o exército revolucionário de libertação nacional, do qual a guerrilha é o embrião.

Estamos nos umbrais de uma nova época no Brasil, que marcará a transformação radical de nossa sociedade e a valorização da mulher e do homem brasileiros.

Lutaremos para conquistar o poder e pela substituição do aparelho burocrático e militar do estado pelo povo armado. O governo popular-revolucionário será o grande objetivo de nossa estratégia.

Ódio e morte aos imperialistas norte-americanos!

Abaixo a ditadura militar!

Viva Che Guevara!

Carlos Marighella

Brasil, Dezembro 1968

SOBRE A ORGANIZAÇÃO DOS REVOLUCIONÁRIOS

1969

Em todo e qualquer lugar onde exista nossa Organização, é preciso que os companheiros façam alguma coisa.

Nossa Organização revolucionária cresce à medida que faz ações e não à medida que recebe ajuda dos assistentes políticos mandados de outra parte.

A ação, por sua vez, só é possível criando uma infra-estrutura para tal. Não se trata de ter agora uma coordenação nacional para dirigir, pois neste caso estaríamos criando primeiro uma estrutura orgânica a partir de uma cúpula. Este caminho orgânico é próprio de quem está empenhado em construir um partido ou uma organização para fazer a revolução.

Nosso caminho é outro: para nós o fundamental é primeiro a ação e a estratégia. A organização é consequência disto e surge simultaneamente com a ação revolucionária. A organização surge pela base e não pela cúpula.

Toda a infra-estrutura revolucionária é baseada na conceituação estratégica e decorre da ação correlata com a estratégia revolucionária. Não pode haver infra-estrutura revolucionária sem aperfeiçoamento técnico do guerrilheiro.

Para manejar as armas, explosivos, munições; para fazer sabotagem, colocar minas, explosivos, explodir pontes, precisamos de técnicos e técnicos com visão estratégica da revolução brasileira.

Com os guerrilheiros que possuem preparo técnico é que podemos montar uma correta infra-estrutura revolucionária.

O mais importante para nós são os quadros, que devem ser aperfeiçoados. Sem os quadros, sem os homens revolucionários decididos, a potência de fogo da revolução não tem valor. Os homens decidem tudo. Se não fosse assim, as armas decidiriam e nós só precisaríamos também de armas e não, sobretudo, de homens que as manejassem.

A estratégia em nossa organização está colocada em primeiro plano. O comando pertence ao centro estratégico, ao qual está afeto o lançamento da guerrilha e do qual participam todos aqueles que exercem tarefas estratégicas.

O ponto global da revolução brasileira já existe e vem sendo posto em prática. O plano local decorre do plano global e deve ser efetivado através de ações táticas mesmo em caso de desligamento temporário ou prolongado do centro estratégico.

Na primeira fase de nossa luta, os maiores recursos são encaminhados para a formação dos quadros e para a ação estratégica e não para estruturar a organização abandonando a ação revolucionária. Isto põe a questão da revolução não nas costas de uma organização perfeita e acabada, mas ao contrário, a ação é que tem preferência. Jamais a estrutura orgânica precede a ação ou a revolução. A ação é que faz a vanguarda.

Alguns companheiros pensam que nossa Organização já está constituída, perfeita e acabada. Tal pensamento não é correto. Nossa Organização vai se edificando à medida que a ação aparece. Cada componente de nossa Organização tem que fazer a sua parte. A experiência tem que ser de todos.

Os dirigentes de nossa Organização não podem provir de eleições. Os dirigentes surgem da ação e da confiança que despertam pela sua participação pessoal nas ações.

Todos nós somos guerrilheiros, terroristas e assaltantes e não homens que dependem de votos de outros revolucionários ou de quem quer que seja para se desempenharem do dever de fazer a revolução. O centralismo democrático não se aplica a Organizações revolucionárias como a nossa.

Em nossa Organização o que há é a democracia revolucionária. E democracia revolucionária é o resultado da confiança no papel desempenhado pela ação revolucionária e nos que participam da ação revolucionária.

Alguns companheiros pensam que a Organização revolucionária é constituída de antemão e funciona completa antes que a revolução tenha dado frutos.

Não. A Organização é falha e débil enquanto a revolução é débil. À medida que crescem as ações, cresce a Organização. A Organização parte da estaca zero.

Quando a revolução vence, a Organização tem que enfrentar novos problemas e é reformulada de acordo com a nova situação. A vanguarda surge no curso da revolução e quando a vitória é conquistada.

Os princípios orgânicos para a construção de um partido que precede a revolução são uma coisa, os princípios de uma Organização como a nossa, que se constitui como decorrência da ação revolucionária são outra coisa. Estes princípios são quatro:

1. o dever de todo revolucionário é fazer a revolução;
2. não pedimos licença a ninguém para praticarmos atos revolucionários;
3. só temos compromisso com a revolução;
4. só agimos por meios revolucionários.

Estabelecidas nossas premissas e adotados os princípios pelos quais nos regemos, que não são os do centralismo democrático, e iniciada a ação revolucionária, tudo mais é consequência. Quem não estiver em condições de enfrentar as consequências, sofrerá uma desilusão e se verá à margem do caminho da revolução.

É perigoso pensar que temos uma força que ainda não possuímos. Quando nossa ação não tem um volume razoável e a desigualdade do movimento revolucionário é muito grande de uma região para outra, a Organização em conjunto é obrigado a refletir o pouco volume de ação e a desigualdade do movimento.

O que resolve a falha da Organização é o crescimento do movimento, o aumento do volume das ações, a superação da desigualdade do movimento revolucionário de região para região.

Ação Libertadora Nacional (ALN).



DEFENDAM A DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO DE
TEORIA INDEPENDENTE!